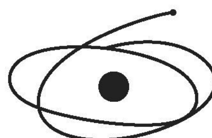
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano VI | nº 22 | 1963







ISSN 0034-7329

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano VI nº 22 Junho 1963

ARTIGOS
O movimento operário e a "Aliança para o Progresso"
Almino Affonso
A política exterior da Índia e a pressão da direita
A. P. Karukanaran
África e Brasil: relações e competições econômicas
Arthur Cézar Ferreira Reis
Internacionalização da política social
Estanilau Fischlowitz
A economia internacional do século XX
José Maria Gouveia Vieira

RESENHA: Novo Ministro das Relações Exteriores. Visita do Pres. João Goulart ao Chile e ao Uruguai. O Brasil e a Comissão Especial de Consulta sobre Segurança. Eleições na Itália. Eleições Municipais no Chile. A nova RAU. A Crise Haiti-Repú-blica Dominicana. Desnuclearização da América Latina. Força Atômica da OTAN. Brasileiro candidato ao Prêmio Nobel da Paz. O Kuwait na ONU. Papa João XXIII. Conferência Pan-Africana de Adis-Abeba.

DOCUMENTOS: Projeto de Resolução sobre desnuclearização da América Latina. Declaração Conjunta de 30 de abril de 1963 sobre Desnuclearização da América Latina. Carta da Organização da Unidade Africana. Acordo de Comércio entre o Brasil e URSS - Protocolo Comercial. Conferência de Bogotá de Ministros do Trabalho: Projeto de Resolução e Declaração de voto do Min. Almino Affonso. Ponte Quarai-Artigas e Melhoramento da Bacia da Lagoa Mirim.

LIVROS: Paulo de CASTRO, *Dois Estudos: Conflito Judeu-Árabe e Coexistência Pacífica.* Gunnar MYRDAL, *Solidaridad o Desintegración.* Davidson HOUSTON, *Russia with Your eyes Open.* COMISION, *La première Etape du Marché Comum.* Rastko VIDIC, *Situación de la Iglesia en Yugoslavia.*

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções do Podêres Públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

AVENIDA TREZE DE MAIO, 23 — SALA 1219
RIO DE JANEIRO, GB. — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A *Revista Brasileira de Política Internacional*, editada trimestralmente pelo *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais*, sob a orientação do seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organização ou movimento partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Diretor:

HENRIQUE VALLE

Direção e Administração:

Avenida Treze de Maio, 23 — Sala 1219 — Tel. 42-4553
RIO DE JANEIRO

Assinatura anual: Cr$ 1.200,00. Número avulso: Cr$ 350,00. Para o exterior: Cr$ 1.500,00 ou US$ 4.00 (Dois anos: US$ 7.00)

Escrevem neste número: ALMINO AFFONSO, Ministro do Trabalho, Deputado Federal; K. P. KARUKANARAN, Professor da Escola de Estudos Internacionais da Índia; ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS, Professor de História Social e Política do Brasil, na Escola de Sociologia e Política da Universidade Católica do Rio de Janeiro; ESTANISLAU FISCHLOWITZ, Professor de Política Social na Escola de Sociologia e Política da Universidade Católica do Rio de Janeiro, Assessor Técnico do Ministério do Trabalho, ex-perito da Organização Internacional do Trabalho e da União Pan-Americana; JOSÉ MARIA GOUVEIA VIEIRA, Professor de Economia Internacional e Diretor do Departamento de Economia da Escola de Sociologia e Política, Professor da CADES.

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano VI | **Junho** | **Págs. 183 a 370**

SUMÁRIO

Almino Affonso

O MOVIMENTO OPERÁRIO E A "ALIANÇA PARA O PROGRESSO" 187

K. P. Karukanaran

A POLÍTICA EXTERIOR DA ÍNDIA E A PRESSÃO DA DIREITA 199

Arthur Cezar Ferreira Reis

ÁFRICA E BRASIL: RELAÇÕES E COMPETIÇÕES ECONÔMICAS 209

Estanislau Fischlowitz

INTERNACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL 225

José Maria Gouveia Vieira

A ECONOMIA INTERNACIONAL DO SÉCULO XX 253

RESENHA:

Nôvo Ministro das Relações Exteriores 271
Visita do Pres. João Goulart ao Chile e ao Uruguai 275
O Brasil e a Comissão Especial de Consulta sôbre Segurança .. 289
Eleições na Itália 292
Eleições Municipais no Chile 293
A nova RAU 294
A Crise Haiti - República Dominicana 297
Desnuclearização da América Latina 301
Fôrça Atômica da OTAN 302
Brasileiro candidato ao Prêmio Nobel da Paz 305
O Kuwait na ONU 306
Papa João XXIII 306
Conferência Pan-Africana de Adis-Abeba 307

DOCUMENTOS:

Projeto de Resolução sôbre desnuclearização da América Latina 311

Declaração Conjunta de 30 de abril de 1963 sôbre Desnuclearização da América Latina 312

Carta da Organização da Unidade Africana 312

Acôrdo de Comércio entre o Brasil e URSS — Protocolo Comercial 318

Conferência de Bogotá de Ministros do Trabalho: Projeto de Resolução e Declaração de voto do Min. Almino Affonso .. 330

Ponte Quaraí-Artigas e Melhoramento da Bacia da Lagoa Mirim 333

LIVROS:

Dois Estudos: *Conflito Judeu-Árabe e Coexistência Pacífica* — PAULO DE CASTRO — Editôra Felman-Rêgo, São Paulo — 100 págs.; *Solidaridad o Desintegracion* — Gunnar Myrdal — Editora Fondo de Cultura Económica, Mexico — 454 págs.; *Rússia with Your Eyes Open* — DAVIDSON HOUSTON, Londres — 123 págs.; *La Première Etape du Marché Comum* — COMISION — Paris; *Situacion de la Iglesia en Yugoslavia* — RASTKO VIDIC — Ediditôra Jugoslavija, Belgrado — 144 págs.; Livros recentes 339

O MOVIMENTO OPERÁRIO E A ALIANÇA PARA O PROGRESSO *

Almino Affonso

O objetivo da Conferência de Ministros do Trabalho de Bogotá levou-nos a estudar a participação dos Ministérios do Trabalho na formulação e realização de planos e programas nacionais de desenvolvimento econômico e social, sob os auspícios da Aliança para o Progresso, bem como a cooperação direta dos trabalhadores, de acôrdo com o que ficou estabelecido na Resolução A-10 aprovada na primeira reunião anual do CIES em nível ministerial.[1] Todavia, há uma preliminar desde logo a vencer: é que a Aliança para o Progresso comece a existir. Acredito que a utilidade daquela Conferência está na medida em que falemos com franqueza e me parece irrefutável que até agora a Aliança para o Progresso não atingiu seus objetivos. Os brasileiros simplesmente ignoram-na e não tiveram motivos para acreditar nos propósitos de alevantamento do nível social de nosso povo que se propõe em seu programa. Faz quase dois anos que, em verdade, a Carta de Punta del Este acendeu esperanças novas na América Latina. Não que fôssem tantas a ponto de criar um clima de euforia, mas era irrecusável que ela marcava um momento nôvo nas relações da América La-

---

(*) Adaptado do discurso proferido pelo Ministro Almino Affonso na Conferência de Ministros do Trabalho sôbre a Aliança para o Progresso, realizada em Bogotá, de 5 a 11 de maio último.

(1) Vide neste número na parte de Documentos, Projeto de Resolução e a respectiva Declaração de Voto, apresentado pelo Ministro Almino Affonso na referida Conferência.

tina com os Estados Unidos da América. Vínhamos de um período ao longo do Govêrno Eisenhower em que predominava a tese de que a ajuda norte-americana deveria expressar-se em têrmos de investimentos de capitais privados e os empréstimos de Govêrno a Govêrno baseados mais na política de solidariedade continental e rechaçados. O Senhor George Humphrey, Secretário do Tesouro, zelava por essa diretriz política sem cansaço.

A célebre carta do Presidente Kubitschek ao Presidente Eisenhower traçando as perspectivas da Operação Pan-Americana fixa a inconformidade latino-americana àquela linha política, sem dúvida alguma denotadora da mais completa falta de visão histórica. A Declaração dos Povos da América ressoa portanto cheia de bons augúrios. Releiam-se no entanto, agora, as normas que estabeleceram os objetivos da Aliança para o Progresso desde as que dizem respeito ao atendimento dos problemas sociais mais agudos, porque elementares como exigências humanas, até aquelas outras que dizem respeito ao processo de industrialização, à maior produtividade agrícola, à eliminação do analfabetismo, à manutenção dos preços em níveis estáveis evitando inflação e deflação, tudo o mais, enfim, que se conhece na Carta de Punta del Este, e verificar-se-á como, a rigor, a Aliança para o Progresso até agora limita-se a ser mais uma declaração de Direitos Formais dos povos da América Latina.

Devo dizer com absoluta franqueza que, no Brasil, a Aliança para o Progresso não apenas não alcançou as graças da sustentação pelos trabalhadores como chegou mesmo a tornar-se impopular. E, não obstante, pleiteou-se na Conferência que os Ministros do Trabalho estudassem, debatessem e formulassem a maneira pela qual os trabalhadores viessem a participar dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social sob os auspícios da Aliança para o Progresso. Detenho-me na análise da hipótese e não posso deixar de confessar meu entusiasmo ao imaginar a presença dos trabalhadores na elaboração dos planos de desenvolvimento social e econômico da América Latina. Não se escandalizem os técnicos: disse "na elaboração

dos planos". Pois é claro que ninguém pode ter a ilusão de pretender que os trabalhadores surjam apenas para aplaudir o que os outros fizeram à sua revelia ou até mesmo ao arrepio dos interêsses do povo que êles, em síntese, representam.

Sou dos que acreditam, aliás, que sòmente através das pressões sociais lograremos realizar as reformas de estrutura nos países da América Latina, que são postulados, é bom que seja lembrado, bàsicamente, entre os objetivos da Aliança para o Progresso. Sem a presença do povo no processo político — vale dizer diretamente participando também dos debates que vão instruir os planos de desenvolvimento econômico e social — não creio que as elites dirigentes da América Latina realizem reformas estruturais ou, se as fizerem, hão de acomodá-las tanto quanto possível ao sabor dos seus interêsses. Ora, não é preciso repetir o que todos sabem, que sem as reformas estruturais levadas a têrmos e efetivamente traduzindo interêsses do povo não há como falar-se com seriedade em planos de desenvolvimento econômico e social. Em outras palavras, é o que diz com sabedoria Frei Thomas Suavet em sua obra "Economie Saine ou Bien-Faisance Sociale": se a economia está estruturalmente desequilibrada, não há investimentos que bastem para atender a miséria que ela agrava sempre e cada vez mais. Nem é outra, por via diversa de raciocínio, a conclusão de Paul Baran, quando assinala que o processo de desenvolvimento econômico através de todos os tempos sempre implicou em profundas modificações das estruturas política, econômica e social, no seu livro "A Economia Política do Desenvolvimento Econômico". Se é verdade que será rigorosamente ilusório falar-se em planos de desenvolvimento econômico e social sem modificações estruturais; se parece lógico não bastassem os fatos comprovar que as elites dirigentes não estão muito firmes na decisão de realizá-las, é claro que a presença dos trabalhadores da cidade e do campo nos debates e na formulação dos referidos planos, como recomenda a Resolução A-10 aprovada na Primeira Reunião anual do CIES em nível ministerial, é fundamental e inadiável.

II

A lição de Sua Santidade o Papa João XXIII, em sua Encíclica *Mater et Magistra,* reclamando a presença dos trabalhadores nos conselhos decisórios, fortalece minha convicção: "Na época moderna verificou-se crescente movimento associativo dos trabalhadores e seu reconhecimento geral nas disposições jurídicas dos diversos países e no plano internacional para fins específicos de colaboração, notadamente através do contrato coletivo. Não podemos entretanto deixar de frisar o quanto seria oportuno e necessário que a voz dos operários tivesse possibilidade de fazer-se ouvir além do âmbito de cada organismo da produção e em todos os níveis. A razão consiste em que os organismos produtivos particulares, por maiores que sejam as suas dimensões, e elevada e influente sua eficiência, estão vitalmente inseridos no contexto econômico e social das respectivas comunidades políticas e condicionadas por êles. Porém as resoluções que mais influem sôbre aquêle contexto não são tomadas no interior de cada uma das emprêsas privadas; são, pelo contrário, decididas pelos podêres públicos ou pelas instituições que operam no plano mundial, regional ou nacional, ou de setor econômico, ou de categoria produtiva. Daí a oportunidade ou a necessidade de que em tais podêres ou instituições, além dos que têm capitais ou de quem representa seus interêsses, também se façam presentes os operários ou quem represente seus direitos, exigências e aspirações." E páginas adiante, referindo-se ao setor agrícola, acentuou o Santo Padre: "Estamos convencidos, não obstante, que os protagonistas do desenvolvimento econômico, do progresso social e da elevação cultural nas zonas rurais devem ser os próprios interessados, quer dizer, os trabalhadores da terra." Sei bem o quanto a hipótese da participação direta dos trabalhadores nas decisões mais importantes do país há de vencer os maiores obstáculos até que seja uma realidade. Eu a defendo, no entanto, com entusiasmo. Defendo-a em nome das próprias instituições democráticas, num desdobramento do raciocínio, que assim formulo: não há democracia que sobreviva sem o apoio popular; o povo não tem por que susten-

tar um regime democrático que não lhe resolve os problemas do teto, da escola, do pão, da saúde, do trabalho, da terra e da renda. Êsses problemas, tão elementares aparentemente, são a carga natural dos países subdesenvolvidos, e o subdesenvolvimento não será superado sem o rompimento das velhas estruturas; e só o povo, em verdade, tem interêsse concreto e não-transacionável da superação do impasse que impede o desenvolvimento econômico do país.

III

Também a OEA reclamou, através da Resolução A-10 do CIES, a *presença dos trabalhadores e reuniram-se os Ministros* do Trabalho para discutir essa participação. Querem-na de fato ou apenas desejam os aplausos? Se é verdade que reconhecem a necessidade da participação dos trabalhadores nos planos de desenvolvimento econômico social, então me permitam algumas considerações. Corresponde, em verdade, aos interêsses do povo o atendimento imediato de algumas necessidades elementares: serviços de água, esgôto, casa, escolas primárias etc. Mas é importante que *todos saibam* que os *trabalhadores brasileiros estão* ganhando, ao longo das lutas sociais que travam, tão alto grau de politização que êles não poderiam aplaudir planos de benefício sociais que não viessem acompanhados de planos de desenvolvimento econômico que efetivamente proporcionassem ao país a multiplicação da riqueza e gerassem para todos bem-estar social. Pode acaso a Aliança para o Progresso atender o deficit habitacional no Brasil? Assinalo alguns dados: quando era Ministro do trabalho o Deputado Franco Montoro, foi elaborado um plano nacional de habitação. Estimava-se o deficit em três milhões de casas (e técnicos brasileiros reputam essa estimativa muito aquém da realidade), acrescido anualmente em cêrca de 300 mil casas. O que vale dizer que precisariam construir 600 mil casas por ano para o término de um decênio haver superado o deficit habitacional. O plano chegou a ser modesto; ambicionou fazer construir 1 milhão e 100 mil casas ao longo de 5 anos.

Bateu-se às portas do BID; solicitou-se um empréstimo de 90 milhões de dólares e até hoje aguardamos que a primeira casa se construa com os dólares do BID. Ouvi os Ministros do Trabalho de outros países e cada qual tem uma história semelhante.

Os problemas sociais podem e devem ter atendimento imediato, pois não é humano pedirmos ao povo que aguarde os resultados do desenvolvimento econômico. Mas, por igual razão, é inabalável minha convicção da inutilidade da Aliança para o Progresso, se ela se reduz a tarefas assistenciais e disto os trabalhadores brasileiros estão conscientes muito mais do que eu próprio estou. Por isso, com muito mais razão me associo à palavra de tantos ilustres colegas que têm dado absoluta ênfase ao problema da deterioração das relações de trocas comerciais. Na verdade, se cada um dos países latino-americanos fizer um levantamento quantitativo de seus produtos de exportação e do que êles recebem em dólares, há de constatar que não precisaríamos de auxílio externo algum ao nível pelo menos de que temos recebido, se os preços dos nossos produtos houvessem sido mantidos em têrmos médios ao longo dos últimos 20 anos. No que diz respeito ao Brasil, nosso Embaixador em Washington, Senhor Roberto Campos, fêz recentemente uma análise dolorosa, na qual demonstra que, no período de 1953 a 1960, o volume de comércio exterior brasileiro aumentou em 20% e os preços deterioram-se em 37%. Pode acaso algum país libertar-se econômicamente se não colocar um paradeiro nesse processo de espoliação que avilta o trabalho do povo e coloca a Nação na dependência econômica de outros países? Valho-me das palavras do Professor Sidney Dell do Departamento de Assuntos Econômicos das Nações Unidas: "A questão econômica básica entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos é o comércio e não o auxílio. Envolve o papel total dos países subdesenvolvidos na economia mundial e não simplesmente as migalhas que possam cair das mesas dos ricos. Diz respeito à renda merecida que deveria pertencer aos países subdesenvolvidos de direito e não à caridade que é dêles por discrição e sujeitas aos caprichos passageiros de predileções de outros." Ou a Aliança para o Progresso enfrenta êsse problema da deterioração das

relações de trocas comerciais ou os países da América Latina continuarão esmagados, sem estímulo e sem perspectivas senão aquelas que o povo em desespêro ouse rasgar como imperativo de sua própria sobrevivência.

IV

Há uma pergunta fundamental: A Aliança para o Progresso faz-se em nome dos interêsses dos povos latino-americanos ou em função dos privilégios das minorias? Ela resguarda os interêsses de grupos internacionais ou, em verdade, deseja o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos? A Aliança para o Progresso tem que optar. É a sua definição que marcará as linhas mestras de uma nova política. Supere a fase acanhada dos objetivos meramente assistenciais e ainda assim tão reduzidos; ouse financiar planos de desenvolvimento que arranquem da miséria e da ignorância nossos povos; reformule a sua própria estrutura, dando acesso ao trabalhador nos conselhos decisórios e que os representantes operários sejam aquêles que as suas organizações sindicais indicarem livremente; descentralize os órgãos de decisão e que em cada país os projetos sejam estudados e aprovados em nível técnico e político sem precisar visto da Embaixada norte-americana ou as revoadas a Washington; transforme a Reforma Agrária e o processo espoliativo externo representado na queda dos preços dos nossos produtos de exportação, nas suas bandeiras de luta, e o apoio dos trabalhadores será uma conseqüência natural.

Sem isso não se poderá ganhar o apoio dos trabalhadores à Aliança para o Progresso. No Brasil, felizmente, a classe trabalhadora é ciosa de sua autonomia e não se junge à orientação alheia. A Aliança é que deve conquistá-los pela seriedade de seus objetivos e pela demonstração de suas obras. Disse certa feita o Ministro Celso Furtado, responsável pelo planejamento econômico, que se tem cuidado mais da Aliança do que do Progresso. E eu diria, em verdade, que o único caminho seguro para a solidariedade americana, a que não se agastará com os

ressentimentos, a que será cada vez mais forte e mais viva, há de ser aquêle que forje a Aliança através do Progresso.

É verdade que, no Brasil, a crítica à Aliança para o Progresso generaliza-se. Homens de esquerda e homens de centro; estudantes e trabalhadores. Curiosamente, os mais ardorosos defensores da Aliança para o Progresso são também os mais ferrenhos adversários das reformas de base, sem as quais ela não será senão um *slogan* sem razão. Vale aqui transcrever um pronunciamento do Senador Kubitschek, criador da OPA: "Os bilhões de dólares a serem destinados pelos Estados Unidos para custear a Aliança terminaram sendo reduzidos pelo Congresso norte-americano a 600 milhões de dólares anuais. Essa soma ainda seria respeitável se significasse realmente uma contribuição de recursos novos. Mas pelo que se viu, a Aliança se converteu em mera rubrica contábil, aplicada a empréstimos já concedidos a vários títulos, inclusive com caráter retroativo. Em conseqüência de uma lei inevitável de economia, as instituições de crédito preexistentes à Aliança, como o EXIMBANK, se retraem com seu surgimento.

Ao mesmo tempo, a lei de auxílio externo cercou a ajuda externa de tamanhos requisitos e de tantas complicações burocráticas que a disponibilidade real de recursos novos ficou reduzida a níveis mínimos. Como exemplo, basta mencionar o fato de que a ajuda da AID só pode ser admitida quando qualquer solicitação de empréstimo tenha sido recusada por tôdas as demais instituições ou agências de crédito internacional. Isso transforma a AID em verdadeiro pátio de milagres, onde sòmente é ouvido quem está em situação desesperadora."

Eu creio na América Latina; na luta secular de seus povos desde quando sonharam com a liberdade até os dias de hoje, quando aprenderam que a liberdade não se esgota como um fim em si mesmo; porque em realidade dela é sobretudo um instrumento de luta indispensável às conquistas sociais dos homens e dos povos. Creio na sua unidade, que se forja no sofrimento comum a todos nós. A taxa de mortalidade infantil e a percentagem de analfabetos são, no Brasil, em média, tão elevadas

como as dos demais países latino-americanos e também nos dói e envergonha não têrmos superado problema tão elementar.

Ainda há pouco, em memorável visita ao Chile, o Presidente João Goulart pronunciou um discurso perante o Congresso Nacional, do qual reproduzo as seguintes considerações: "Atingimos de fato o momento na evolução de nossas Pátrias em que os mais altos princípios de nossa filosofia de vida se encontram gravemente ameaçados de se transformar em conceitos vazios e inoperantes. Vivemos hoje o drama de uma imensa comunidade, a América Latina, que ao alcançar a sua maturidade política se descobre mergulhada na pobreza e dêsse modo incapaz de proporcionar aos vastos setores de sua população as condições mínimas de bem-estar, sem as quais deixamos de ter servido aos valôres da cultura que mais desejamos preservar. Se lançados ao pauperismo, se desatendidos em suas mais justas reivindicações sociais, dos povos da América Latina não podemos exigir a capacidade de reconhecer e muito menos de salvaguardar a grandeza de nossos ideais históricos. Esta é, sem dúvida, a grande e fundamental ameaça que paira sôbre nós. E não será com palavras que vamos comprová-la, mas sim levando a êsses povos os instrumentos de um esfôrço efetivo para a verdadeira justiça social que tão legìtimamente reclamam."

A justiça social que assenta sua base em valôres morais e materiais. Sei no entanto que a justiça social não se garante sòmente através da lei: é a luta do povo que a conquista e que a defende, luta que pressupõe a liberdade e por isto mesmo eu evoco a figura legendária de Simón Bolívar, como homenagem a mais verdadeira à luta do trabalhador de tôda a América Latina.

* * *

THE LABOR MOVEMENT AND THE ALLIANCE FOR PROGRESS

This article dealing with Latin American—but principally Brazilian—syndicates participation, in the regional economic social development and their attitude toward the Alliance for Progress, has been adapted from the speech

delivered by the Brazilian Minister of Labor Mr. Almino Affonso on the occasion of the Interamerican Conference of Ministers of Labor, whose inauguration took place on May 6th of the current year, in Bogota, Colombia. At the outset, the author states that, though arising new hopes in Latin America, when it was launched two years ago, the Alliance has not achieved its proclamed objectives, and, more than that, it has not gained the support from the proletarian segments of the populations and has even become unpopular. Continuing, he comments on the favorable position adopted by the Bogota Conference toward the working classe participation in the national economic plans; much sympathetic himself to this participation, Mr. Almino Affonso believes that there would be an illusion to expect Latin American masses to applaud what others have done apparently in their favor but, in reality, without any consultation and, in certain cases, against their own interests. On the other hand, the author understands that only through social pressure from the masses, basic reforms will be carried out in Latin American countries. Although recognising these reforms as one of the prerequisites of the Alliance, he observes that, absent the people from the political process, the ruling elites will not make basic reforms and, if they do, they will make them in such a way as to preserve their privileges. And without these structural changes, there is very little to say about economic and social development South of Rio Grande, once one takes is seriously; in connection with this idea, he quotes the American economist Paul Baran, who has affirmed in his book "The Political Economy of Economic Development" that the economic development process has always implied, in all times, in deep alterations in the political, economic and social structures. In addition to it, the authorized word on the subject from the Pope John XXIII is referred when he declared indispensable the participation of the workers in the decisions taken at local, regional and international levels. Next, he reminds us that one of the objectives of the Bogota Conference assembled this year was to study the participation of the syndicates in the economic and social development plans of the Alliance. Now, has the mentioned Conference taken this course just for the record, to appease the masses or has it meant a real attitude? About it, the author warns that the Alliance will result useless if its social welfare programs will replace the economic plans demanded by regional development and there is no doubt that Latin American workers will not support the Alliance should it prefer this last alternative. Further on, he explains that Latin American countries have a backword economy, to a great extent, on account of the deterioration of their exporting products prices; actually they would not need at all financial assistance from abroad had these prices remained stable, in medium terms, during these last twenty years. Backing his argument, the author cites Mr. Sidney Dell's statement in the sense that the crucial economic problem between less and developed countries it is a question of trade, not of help, a remark that deserves some attention if one takes into account that it has been made by a person who works for the Economic Department of the United Nations. In Mr. Almino Affonso's mind, if the Alliance for Progress really

judges indispensable the support of the workers it should: stand for the interests of Latin American peoples, despite the opposition of minority groups which fight to maintain their privileges; face the hard pression from international trusts interested in the present social order; put aside the idea that their development projects will have to emphazise social welfare programs; permit workers to participate of its decisions; see to it that the programs involved be studied and approved by Latin American countries, thus cancelling the intervention of American embassies in the process and calling off the prevailing method based on "meaningful" trips to Washington; stand for the agrariam reform and oppose the exploitation process, that is, the deterioration of raw materials prices in the international market. Taking into consideration these facts and conditions, the Alliance for Progress would turn out a satisfactory reality, for as has stated President João Goulart, in his speech before the Chilean Congress: when comes to convert into facts the social justice that Latin American peoples aspire for, words will not do.

* * *

L'ALLIANCE POUR LE PROGRÈS ET LE MOUVEMENT OUVRIER

Cet article qui traite de la participation des syndicats latin-américains, mais principalement brésiliens, dans le développement économique et social de l'Amérique Latine et de leur attitude en rapport à l'Alliance pour le Progrès, a été extrait d'un discours prononcé par le Ministre du Travail du Brésil, M. Almino Affonso, pour occasion de la Conférence Interaméricaine de Ministres du Travail, dont la séance d'inauguration s'est realisée le 6 mai de cet an, à Bogota, Colombe. D'abord, l'auteur assure que, bien qu'elle aie éveillé de nouveaux espoirs dans l'Amérique Latine, quand elle a été lancée, il y a deux ans, l'Alliance n'a pas concrétisé les buts annoncés, et, plus que cele, n'a pas obtenu l'appui des couches prolétaires des populations et est devenue, même, impopulaire. En poursuivant, il commente la position favorable adoptée par la Conférence de Bogota sur la participation de la classe ouvrière dans les plans économiques nationaux; très sympathique, lui-même, à cette participation, M. Almino Affonso croît qu'il serait une illusion d'attendre que les masses latin-américaines applaudissent ce que d'autres on fait, apparemment, en leur faveur, mais, en réalité, sans aucune consultation et en certains cas, contre leurs propres intérêts. L'auteur comprend aussi que seulement à travers des pressions sociales des masses, les réformes basiques seront faites dans les pays latin-américains. Bien qu'en reconnaissant que ces réformes constituent une des conditions essentieles de l'Alliance, il observe que, absent le peuple du procès politique, les élites gouvernantes ne réaliseront pas les réformes basiques et, si elles les font, elles les feront de manière à préserver leurs prévilèges. Et sans ces modifications structurelles, il y a bien peu à dire sur déve-

loppement économique et social au Sud du Rio Grande, quand on l'envisage sérieusement; en accord avec cette idée, il cite l'économiste américain, Paul Baran, qui a assuré dans son livre "L'Économic Politique du Développement Économique" que le développement économique a dependu en tous les temps des modifications profondes dans les structures politiques, économiques et sociales. Il cite encore la parole autorisée sur le sujet du Pape Jean XXIII, quand il a déclaré indispensable la participation des ouvriers dans les décisions prises au niveau local, régional ou international. Ensuite, il nous rappelle qu'un des buts de la Conférence de Bogota réunie à l'année courante a été d'étudier la participation des syndicats dans les plans de développement social et économique de l'Alliance. Mais cette Conférence aura-t-elle suivi cette orientation pour apaiser les masses, ou a-t-elle eu le significat d'une attitude réelle? Sur cela, l'auteur avertit que l'Alliance sera inutile si ses programmes d'assistance sociale substituent les plans économiques exigés par le développement régional, et il n'y a pas de doute que les ouvriers latin-américains ne donneraient pas leur appui à Alliance si elle préférait la dernière alternative. Ensuite, il explique que les pays latins-américains sont économiquement en rétard à cause de la détérioration des prix de leurs produits d'exportation; en réalité, ils n'auraient pas besoin d'assistance financière de l'exterieur s'ils avaient eu des prix stables pendant ces derniers vingt ans. En faveur de son argumentation, l'auteur se rapporte à la déclaration de M. Sidney Dell, dans le sens que le problème économique crucial entre les pays développés et moins développés c'est une question de commerce, pas d'aide, une observation qui mérite quelque attention si l'on considère qu'elle a été faite par une personne qui travaille pour le Département des Affaires Économiques des Nations Unies. Dans l'opinion du M. Almino Affonso, si L'Alliance pour le Progrès trouve réellement indispensable l'appui des ouvrier, elle devrait: défendre les intérêts des peuples latins-américains, malgré la position des groupes minoritaires qui luttent pour soutenir leurs prévilèges; la forte pression des *trusts* internationaux intéressés dans l'ordre social actuel; abandonner l'idée que leurs projets de dévelcppment devront donner emphase aux programmes d'assistance sociale; permettre aux ouvriers la participation dans leurs décisions; s'efforcer pour que les programmes soient étudiés et résolus par les pays latin-américains annulant ainsi l'intervention des ambassades américains dans le procès et supprimant la méthode actuelle basée en des voyages significatifs à Washington; défendre la réforme agraire et s'opposer au procès espoliatif, c'est-à-dire, à la détérioration des prix des matières-primaires dans le marché international. Si l'Alliance s'apercevût de ces problèmes, elle deviendrait une réalité satisfaisante, car comme le Président João Goulart a affirmé dans son discours devant le Congrès Chilien: quand il s'agit de convertir en des faits la justice sociale à laquelle aspirent les peuples latin-américains, les mots ne sont pas suffisants.

A POLÍTICA EXTERIOR DA ÍNDIA E A PRESSÃO DA DIREITA

K. P. Karukanaran

Os conflitos armados entre a República Popular da China e a Índia na fronteira himalaia proporcionaram nôvo alento aos adversários da política exterior hindu do não-alinhamento a exercer pressão sôbre o Govêrno com o fim de induzi-lo a mudar tal política. Para poder apreciar a importância dessa ofensiva da direita, é preciso compreender a relação existente entre a política exterior e a política interna na Índia, assim como os objetivos que perseguem aquelas fôrças que conseguiram emergir, no primeiro plano, durante o recente estado de guerra.

Vamos considerar, em primeiro lugar, a relação entre a política exterior e a política interna. Mesmo um observador superficial do cenário político hindu sabe que partidos como o Jana Sangh e o Swatantra, que apoiaram sempre a orientação pró-ocidental da política exterior da Índia, representam os elementos mais conservadores e, sob muitos aspectos, os elementos mais reacionários da vida política nacional. A diferença principal entre os dois consiste em que a orientação do partido Swatantra é laica, enquanto que o Jana Sangh luta pela restauração do hinduísmo. Embora êste último partido alimente ódio aos muçulmanos, revela-se, ao mesmo tempo, também, inimigo do Paquistão. É muito conhecido que Gandhi, pai da pátria, foi assassinado por um fanático da restauração hinduísta devido a sua suposta atitude conciliadora para com o Paquistão. Os defensores da restauração do hinduísmo eram reacionários também no plano social e trataram de impedir por

todos os meios a promulgação de leis que visavam modernizar a sociedade hindu.

Apesar de terem eliminado Gandhi, essas fôrças não puderam impedir a afirmação das fôrças laicas e modernas da vida pública hindu. O símbolo dessa afirmação era Nehru. Nehru era imensamente popular em todo o país por representar essas fôrças laicas e modernas, fortemente arraigadas em todo o país e em todos os setores da opinião pública.

Contràriamente a isso, os defensores do hinduísmo combativo contavam com certo respaldo de massa mas sòmente nas regiões do Nordeste do país. Não contavam, enquanto isso, com nenhum apoio em Kerala, Madras, Andhra, em algumas regiões de Maharashtra e Gujerat, em áreas consideráveis de Uttar-Pradesh, Orissa, Bengala e Assam. Mesmo em seus próprios redutos, como o do Penjab e Madhya Bharat, têm por adversários aos muçulmanos, os *sikhs* e uma parte dos hindus.

II

Não obstante, a guerra fronteiriça com a China ofereceu, até certo ponto, a êsses sectários hindus ocasião propícia para que se sobressaíssem na vida política da Índia. Êstes esforçam-se para influir com seu nacionalismo agressivo nos sentimentos patrióticos do povo.

O Partido Swatantra é seu grande aliado no que se refere a favorecer uma política exterior fundada no anticomunismo. Êste partido não se bate nem pela reação social nem pela restauração religiosa; porém, no plano econômico, mostra-se abertamente conservador, contrário ao setor estatal e a tôda planificação econômica de largo alcance. O Partido Swatantra deseja, na realidade, preservar e aumentar a liberdade da iniciativa privada e a colaboração entre os capitalistas estrangeiros e os capitalistas hindus. A oposição ao radicalismo no país é acompanhada naturalmente pela oposição aos países comunistas e a todo regime revolucionário estrangeiro. Não contam, além

disso, com um apoio de massa significativo, salvo em alguns dos antigos Estados governados por príncipes nacionais, com a adesão dêsses governantes, que arrastaram consigo parte de seus anteriores súditos analfabetos. Os dirigentes dêste partido são, enquanto isso, proprietários de uma parte considerável da imprensa, que exagera demasiado sua importância no cenário político nacional.

O Partido Swatantra leva vantagem também no fato de contar com dirigentes capazes, tais como Rajagopalachary, o Professor Ranga, e M. R. Masani, que, ao contrário dos dirigentes do Jana Sangh, sabem como influir eficazmente sôbre a sociedade moderna. A invasão à China pela Índia e sua repercussão no país criaram um terreno propício e fértil para a atividade dêsses dirigentes. Fizeram todo o possível para se apresentarem como superpatriotas. Nessa tentativa não tiveram talvez tanto êxito como o Partido Jana Sangh, porém controlando a imprensa e outras fontes de poder dispõe de grandes possibilidades de influir sôbre o Govêrno e o partido que se encontra no poder.

Durante alguns anos e há algum tempo militou em estreita colaboração com o Jana Sangh e o Swatantra outro partido — o Partido Socialista Praja. Êste partido adota, sem qualquer adaptação, teorias políticas que não têm a menor importância nas condições hindus, e sua oposição ao comunismo e aos países comunistas consiste mais na questão ideológica que na compreensão realista da política nacional e internacional. O Partido Socialista Praja, que se encontrava em declínio, aproveitou a oportunidade oferecida pela invasão chinesa para tirar vantagem da situação e afirmar-se novamente.

Alguns independentes de destaque, que não pertencem a nenhum partido, propõem soluções tão fáceis e simples para os problemas decorrentes da invasão, como, por exemplo, a "libertação" do Tibete e a invasão do território chinês. Alguns dêles pediram também o abandono do não-alinhamento e a renúncia de Nehru, pois, ao que pensam, dirigir em tempo de guerra não é o mesmo que dirigir em tempo de paz.

O estado de guerra não é a ocasião mais propícia para que sejam discutidas as intenções dos diferentes funcionários civis e militares de formular a política governamental. Não obstante, não estaríamos longe da verdade se deduzíssemos que prevaleceram agora entre êles os elementos pró-ocidentais.

Essa situação revelou também a debilidade da chamada "ala esquerda" do Partido do Congresso, ou seja, do partido que se encontra no poder. Ao ver-se pela primeira vez ameaçada, a ala esquerda desmoronou-se como um castelo de cartas. Quando a "direita" empreendeu a ofensiva contra o ex-Ministro da Defesa Menon, grande parte do Partido do Congresso não se opôs a que êle abandonasse tôdas as suas posições de poder. Afirma-se que mesmo alguns membros da ala esquerda do Partido do Congresso aderiram ao lado contrário e começaram a atacar violentamente Menon, com um zêlo próprio de neófitos.

Parece que Nehru se opôs em princípio à pressão que exigia que alguém fôsse sacrificado. Nehru havia declarado, em várias ocasiões, que pelos erros cometidos pelo Govêrno era responsável todo o Gabinete em seu conjunto. Quando, finalmente, cedeu à pressão e aceitou a renúncia de Menon, justificou êsse ato com a declaração de que havia auscultado o sentir do povo e que a grande maioria dêsse povo se havia voltado contra seu ex-colega. Torna-se difícil, por conseqüência, emitir um juízo sôbre a opinião pública em época de crise, que permite um lado — dos que pertencem à ala direita — passar à ofensiva, enquanto que o outro — o da esquerda — vê-se obrigado a manter-se na defensiva. É significativo que os podêres extraordinários conferidos ao Govêrno foram utilizados para deter líderes comunistas e operários de vários credos políticos, enquanto se permitiu a muitos indivíduos e jornais direitistas criticar aberta e livremente o Govêrno e às vêzes fazer até declarações que em nada contribuíram para levantar o ânimo do exército e do povo. Essa propaganda estava impregnada de um colorido fascista. Portanto, não estranha absolutamente que muitos tenham tido a impressão de que os podêres extraordinários do Govêrno seriam utilizados apenas contra a esquerda, e não, ao mesmo tempo, contra a direita.

Com relação a isso, é lógico que surjam dúvidas sôbre se a Índia se manterá fiel à sua política de não-alinhamento. Os países estrangeiros exercerão, certamente, uma pressão nesse sentido. Não há dúvida de que a pressão do Ocidente será poderosa e que se tornará mais difícil enfrentar essa pressão que as de outras áreas, pois a defesa da Índia e seu programa de rearmamento com armamentos modernos se baseia, até certo ponto, na ajuda do Ocidente. De tôda maneira, o Egito mostrou que sua dependência do bloco soviético, no que se refere ao abastecimento de armamento, no momento da crise suscitada por membros menores do bloco ocidental, não o converteu, não obstante, em arma e satélite do bloco oriental. Nesse caso, à afirmação da independência da vítima da agressão contribuiu também o fato de que o país-líder do bloco ocidental não secundou seus aliados.

A atitude da União Soviética com respeito à invasão chinesa da Índia foi também neutra. Se, uma vez acabada a crise, fôr possível que a Índia e a União Soviética prossigam a ampla colaboração recíproca, então êsse aspecto de pressão, por parte das potências ocidentais, talvez não seja um fator decisivo do caráter da política externa da Índia. Outra questão diferente é, enquanto isso, o que podem fazer as fôrças da reação no próprio país.

Antes de passar a considerar essa questão, podemos observar que o método antigo de julgar a situação internacional de pós-guerra como situação em que domina a guerra fria entre os Estados Unidos da América e seus aliados, por um lado, e a União Soviética e seus aliados, por outro, está agora superado. Os blocos de potências já não são tão compactos como eram antes; a rebelião da China contra a União Soviética é uma das numerossa brechas no sistema dos blocos. Outro nôvo fato importante é a intenção, parcialmente coroada de êxito, das duas maiores potências de abalar a tirania internacional. Nem a China nem as fôrças reacionárias da Índia podem inverter essa tendência nem tampouco podem fazer recrudescer a guerra fria. Há ironia no fato de que precisamente no momento em que os

elementos dirigentes da vida política dos Estados Unidos mostram indícios de compreender a política hindu de não-alinhamento muitos, na própria Índia, exigem o abandono da mesma.

Se os que pedem a revisão das bases da política exterior da Índia logram o seu intento, o máximo que poderão fazer é proceder da mesma maneira que o atual Govêrno chinês e criar, dêste modo, um foco a mais de tirania no mundo. Adotando uma posição hostil para com os países comunistas, serão, por isso *mesmo, capazes de aumentar o número de inimigos* da Índia, no plano internacional. Adotando uma política impopular na Ásia e na África, conseguirão isolar a Índia dos países dêsses dois continentes. O Govêrno se verá, então, abandonado, à mercê dos países industrialmente adiantados do Ocidente e, segundo consigne a história, tais governos jamais tiveram um destino invejável.

Um govêrno hindu que quisesse seguir a política de intensificar a tirania e aumentar o número dos seus inimigos no mundo teria que se defrontar com uma crescente oposição em seu próprio país — com uma oposição que sòmente poderia ser reprimida suprimindo a liberdade de palavra e ação. Em outros têrmos, o Govêrno da Índia deveria rejeitar a democracia parlamentar e introduzir o sistema fascista de govêrno. Isso dificilmente poderia verificar-se na Índia, não sòmente porque a democracia conta no país com uma fôrça permanente, mas também porque o caráter multilingüe e pluralista da sociedade hindu não favorece a implantação de um poder fascista. Não obstante, não é sutil excluir completamente a possibilidade de um êxito transitório das fôrças fascistas ou o estabelecimento de um regime ditatorial no país. Uma tendência ditatorial poderia ser favorecida por muitos acontecimentos sôbre os quais a Índia não poderia ter contrôle. Tais acontecimentos seriam, por exemplo, uma nova e poderosa ofensiva armada chinesa, uma decisão da União Soviética de prestar completa ajuda à República Popular da China, o desejo das potências ocidentais de impor condições para ajudar a Índia.

III

A China é um fator imprevisível. Por outro lado, para os comunistas chineses nada seria mais valioso que a conquista do poder na Índia pelos fascistas ou os agentes imperialistas, pois, neste caso, ficaria demonstrado que sua apreciação teórica da sociedade e do regime político da Índia era exata, alcançando, assim, uma vitória ideológica sôbre a União Soviética. (A êste respeito, os maiores amigos dos chineses na Índia são alguns membros dos partidos Jana Sangh e Swatantra, que desejam converter a Índia em um Estado fascista.) Por outro lado, temos que considerar que o Govêrno chinês não pode empreender uma ação determinada na fronteira himalaia ou em outro lugar sòmente para demonstrar um ponto de vista teórico, pois os chineses devem levar em conta muitos favores desfavoráveis antes de desfechar nova e poderosa ofensiva chinesa no futuro.

A União Soviética não pode ter interêsse algum em empurrar a Índia para o bloco ocidental e perder dêste modo muito do que logrou conseguir na Ásia não-comunista durante os últimos anos.

Nos Estados Unidos da América do Norte existem duas correntes — uma constituída pelos sequazes de Dulles e Mac Arthur e a outra pelo Govêrno atual. A primeira é por uma Índia integrada no bloco ocidental, a outra por uma Índia independente que colabore estreitamente com os Estados Unidos, no plano internacional. É difícil avaliar com precisão a influência que êsses fatôres poderão ter no futuro curso da política exterior da Índia. Poderíamos deduzir que a considerável ajuda que a Índia está recebendo do Ocidente implicará um certo grau de orientação pró-ocidental na política exterior dêsse país, porém não em grau tal que abandone completamente seu não-alinhamento e a um bloco de potências.

As relações cada vez mais cordiais entre o Paquistão, vinculado por um pacto militar aos Estados Unidos da América do Norte, e a China, vinculada por um acôrdo com a União Soviética, refutam evidentemente a teoria de que o que está acon-

tecendo na fronteira, no Himalaia, constituiria um recrudescimento da guerra fria entre os dois blocos de potências. Os que não estão em posição de perceber êste fato vivem evidentemente em um mundo de ilusões e sonhos. Os futuros acontecimentos lhes proporcionarão novas surprêsas e esperamos que os tornem um pouco mais sensatos.

As fôrças políticas no mundo se encontram em situação tal que a decisão sôbre a guerra e a paz poderá estar tanto entre Pequim e Nova Delhi, como entre Moscou e Washington. As ameaças contra a integridade territorial da Índia poderiam chegar não sòmente de Pequim como também de outras áreas. A ajuda para o fortalecimento econômico da Índia pode vir de Moscou ou mesmo de Washington. Para uma nação que deseja consolidar a sua independência, o ritmo de desenvolvimento econômico é tão importante como o ritmo de fortalecimento de sua fôrça militar. Na realidade, o êxito dêste segundo depende do primeiro.

Embora a questão de abandonar o não-alinhamento não se apresente, em primeiro plano, no futuro, apresentar-se-á, sim, a seguinte indagação: Deveria a política exterior da Índia prosseguir o seu caminho e ajudar o país em suas aspirações de estabilidade política e progresso econômico e social ou deveria retroceder e anular o que já se alcançou nesses setores? O ataque contra a política exterior da Índia é, na realidade, um ataque à política interna do Govêrno. Os homens e os dirigentes pòliticamente conscientes compreendem êsse aspecto da questão e já desenvolvem suas ações, até certo ponto, em harmonia com essa concepção.

* * *

THE FOREIGN POLICY OF INDIA AND THE PRESSION FROM THE RIGHT

Mr. K. P. Karukanaran, Professor at the School of International Studies of India, starts this article with the statement that the Sino-Indian border dispute has encouraged the attacks against the foreign policy of India by national conservative parties and groups. The author then adds that in

order to understand the hard pression brought upon the Indian government to change that policy it is indispensable to look into (as he does) the intricacies of internal politics and establish the connection between the former and the latter; with this background he goes on to evaluate the importance of what he calls the "offensive from the right". In accordance with this assumption, mention is made of the reactionary role played by three Indian political parties — Jana Sangh, Swatantra and, to a certain extent, the Praja Socialist Party — all of which campaign for a pro-Western foreign policy at the same time that, internally, oppose popular reforms, support private enterprise, own the press and favor increasing collaboration between foreign and Indian capitalists. In some other instances, non-partisan individuals express quite unrealistic opinions proposing easy clear-cut solutions, going from resignation by Prime-Minister Nehru and abandon of non-aligned foreign policy to invasion of the Popular Republic of China and liberation of Tibet. On the other hand, the complex situation resulting from the non-aligned policy adopted by his country, even when India is obliged to defend itself from aggression by a communist country, has revealed the real weakness of the left wing of Congress Party, he observes that this "wing" collapsed like a sand castle once under the fire of the "right"; in consequence, ex-Minister of Defence Khrisna Menon had to resign his position, with reluctant acquiescence of Prime-Minister Nehru and in open disagreement with some of his leftist party fellows. Following, Mr. Karukanaran remarks that, taken into account these developments, it is only logical if there arises some questioning about whether India will remain faithful to its independent foreign policy; according to him, pression from foreign countries is to be expected, mainly from the western camp, exactly because India depends much more on the West than on the Soviet Union to modernize its army. Otherwise the author understands that it has been outdated by the facts the conception that divides the world into opposed camps, for the blocs have lost their monolithic character after the Chinese rebellion against the Soviet Union. Another important fact is the intention of the two big powers to deny support to international tyranny, what they have been doing with partial success. In addition, the closer relations between Pakistan, which has a military agreement with the United States and the Popular Republic of China, which has celebrated a defense treaty with the Soviet Union, refute the theory that intends to prove that the Sino-Indian border conflict has meant an intensification of the cold war. To Mr. Karukanaran, the big question is: Should the Indian foreign policy follow its present course and help the country to reach political stability and economic social progress or should it move backward and undo what has been achieved in these fields?

LA POLITIQUE EXTÉRIEURE DE L'INDE ET LA PRESSION DE LA DROITE

M. K. P. Karukanaran, Professeur de l'École d'Études Internationales de l'Inde, commence son article par l'affirmation que la dispute de frontière sino-

-indienne a estimulé les attaques à la politique extérieure de l'Inde par les partis et groupes conservateurs nationaux. Ensuite l'auteur ajoute que pour comprendre la forte pression que le governement indien a subi pour modifier cette politique, c'est indispensable d'examiner les subtilités de la politique interne, et établir la relation existente entre la première et la dernière; basé dans ce *background*, il passe à évaluer l'importance de ce qu'il appelle "l'offensive de la droite". D'accord avec cette préconception il montre alors le rôle réactionnaire répresénté par trois partis politiques de l'Inde — Jana Sangh, Swatantra et, jusqu'à un certain point, le Parti Socialiste Praja — lesqueles luttent tous en faveur d'une politique extérieure pro-Occident, en même temps que internement ils s'opposent aux réformes populaires, ils appuient l'initiative privée, détiennent la presse et défendent la croissante collaboration entre les capitalistes étrangers et indiens. En d'autres occasions, des gens sans parti expriment des opinions complètement divorcées de la réalité en proposant des solutions simplistes et faciles en suggerant, depuis la renonce du Premier-Ministre Nehru et l'abandon de la politique extérieure de non-alignement, à l'invasion de la République Populaire de la Chine et la libération du Tibet. En outre, situation complexe qui résulte de la politique de non-compromis adoptée par son pays, même quand il est obligé à se défendre de l'agression d'un État communiste a révélé la faiblesse réelle de l'aile gauche du Parti du Congrès, il remarque que cette "aile" s'est défaite comme un château sur le sable lorsqu'il est resté sous le feu de la droite; en conséquence le Ministre de Défense, M. Khrisna Menon, dû renoncer à son poste avec acquiescement résistant du Premier-Ministre Nehru et en désaccord complet avec quelques uns de ses compagnons de parti de gauche. Ensuite M. Karukanaran affirme que, considérés ces développements, il est parfaitement logique de s'admettre quelques doutes sur si l'Inde se maintiendra fidèle à sa politique externe indépendante; selon l'auteur, on doit attendre la pression des pays étrangers, principalement du bloc occidental, précisement parce que l'Inde dépend plus de l'Occident que de l'Union Soviétique pour moderniser son armée. D'ailleurs l'auteur comprend que la conception qu'insiste en diviser le monde en deux champs opposés n'éxiste plus car les blocs ont déjà perdu leur caractère monolithe notamment après la rébélion de la Chine contre l'Inde. Un autre fait important c'est l'intention des deux grandes puissances de s'opposer à la tyrannie internationale, dans ce qu'elles ont partialement réussi. Les relations de plus en plus cordiales entre le Paquistan, attaché par un accord militaire aux États Unis de l'Amérique et la République Populaire de la Chine, liée par une convention defensive à la URSS, réfutent la théorie que ce qui se passe dans la frontière sino-indienne constitue une recrudescence de la guerre entre les deux blocs. Pour M. Karukanaran, la grande question à répondre c'est: La politique extérieure indienne dévrait-elle poursuivre en avant et aider le pays à acquérir l'stabilité politique et progrès économique, ou devrait-elle rétrograder et annuler ce qui a été obtenu dans ces secteurs?

ÁFRICA E BRASIL: RELAÇÕES E COMPETIÇÕES ECONÔMICAS

Artur Cezar Ferreira Reis

Já vimos, em nosso artigo anterior, como a África negra entrou na história e a posição que ocupa em nossos dias, quando se encerra o período doloroso do colonialismo para iniciar-se o da aventura política de suas participações num mundo de soberanias, que traz consigo não apenas a dignificação política, mas os rigores das competições nas áreas econômicas e o pêso da manutenção do nôvo *status*. Isso implica em dispêndios com a máquina governativa interna, com a rêde de relações internacionais e com a manutenção ou preservação da ordem interna e externa.

Há, no entanto, ainda a funcionar, em têrmos de império colonial, embora sob o disfarce de províncias ultramarinas, como se dissera ao tempo em que lhe vivíamos sob o domínio, o chamado território português d'além-mar, representado em Angola e Moçambique. Compõem os restos de uma gigantesca área de submissão, que principiou com as descobertas do Infante, atingiu o Oriente, cresceu na América para se ir desintegrando numa continuada perda de substância, que importava na revelação de que a metrópole esgotara as energias no jôgo das competições internacionais e se desvitalizava na ordem interna. Essa desintegração é uma fatalidade histórica a que estamos assistindo como um dos fenômenos mais importantes de nossos tempos. Sim, porque para o Brasil a desintegração dos impérios coloniais significa a entrada, em linha de competência, não mais de áreas coloniais, mas de Estados soberanos, que nos disputarão os mercados, na livre concorrência que tanto louvamos, mas que no seu bôjo esconde surprêsas quando não

vale, só por si, como uma fôrça de destruição dos que não se aparelharam em tempo para a refrega em desenvolvimento. Em que proporções ela se nos propõe na atualidade? Como enfrentá-la? Como nos comportaremos, se sustentamos a tese de boa vizinhança, de autodeterminação dos povos e de livre iniciativa?

Em livro recente, *África e Brasil, Outro Horizonte,* José Honório Rodrigues os traçou, em grandes quadros, tôda essa história de ontem e de agora. Trata-se de livro digno de leitura e de meditação. Nossas relações com a África são muito velhas. Datam do século XVI, quando ela e nós começamos a viver para a Europa Ocidental, proporcionando-lhe a matéria-prima que movimentava os mercados. Essas relações ocorreram em têrmos de complementação — ela nos mandava braços e nós lhe remetíamos alimentos, tabaco, cavalos e pouco mais. É certo que a nossa exportação não se processou desde os primeiros momentos, pois que nos faltavam os recursos de produção para satisfazer os pedidos dos mercados de lá. O braço que nos veio da África negra, êsse chegou cedo e serviu de alicerce a tôda a economia tropical que elaboramos na costa brasileira — cana-de-açúcar, tabaco, algodão, como mais tarde seria com os minérios e o café. Cabe aqui registrar que uma das contribuições que levamos à África negra, incorporando-a à continuidade de sua sociedade, constou de tubérculos, que prontamente se adaptaram ao solo e passaram a constituir fundamento da dieta alimentar. A propósito, o Prof. Pierre Gourou escreveu memória interessantíssima, apresentada ao III Coloquium de Estudos Luso-Brasileiro, memória de que fomos o relator e através do qual se fica a saber que a influência de tais alterações alimentares foi profunda, inclusive na estrutura física de homens e mulheres africanos.

II

As nossas relações com a África negra, assim promovidas, criaram uma vinculação profundíssima, que ainda não mereceu a atenção de nossos investigadores para a sustentação da tese

relativa à política de aproximação Brasil—África. A influência africana, constatada na linguagem, na alimentação, na formação étnica, nos usos e costumes, e mais intensamente no desenvolvimento da economia brasileira em cêrca de 4 séculos, assumiu, portanto, aspectos da mais evidente importância. Sem a África, a começar do II século do domínio português, não existiria o Brasil. O bandeirante ampliava a base física, mas quem assegurava a continuidade do processo de ocupação, de domínio político, em têrmos de estruturação econômica, êsse era o africano, na condição de trabalhador nos engenhos e mais estabelecimentos montados para ativar a criação da riqueza pública e privada.

A África Portuguêsa, pela intensidade por que se ligava ao Brasil, na ordem econômica, por isso mesmo aos poucos se foi ligando, também na ordem político-administrativa, ao Brasil. Angola, a começar do século XVII, era muito mais uma dependência do Brasil do que pròpriamente da metrópole portuguêsa na península. Os governadores vinham de Lisboa, é certo, mas na realidade os seus grandes contactos, ou antes, os contactos da pequena sociedade que dirigiam processavam-se diretamente com o Brasil. O comércio triangular dos primeiros tempos deixara de existir e se fazia diretamente. A África portuguêsa, não será uma ousadia afirmar-se, vivia para o Brasil e dêle dependia, pelo que lhe proporcionássemos para o seu sustento e para a sua permanência como parte integrante do ultramar português. Em 1648, por exemplo, conquistada Angola pelos holandeses, sua reconquista foi operação bem sucedida que se organizou no Rio de Janeiro, com tropa brasileira e sob o comando de um brasileiro — o carioca Salvador Correia de Sá e Benavides.

A partilha da África, depois das Conferências de Bruxelas e Berlim, interrompeu os contactos. A conjuntura internacional era diferente. O braço livre já promovia o progresso no Brasil, permitindo a orientação para uma nova política em têrmos de organização do trabalho. A conquista do território interior da província fluminense até o vale do Paraíba do Sul

realizara-se, é certo, no *rush* do café, com o braço do escravo negro. A conquista do Oeste paulista, todavia, já foi uma façanha do braço livre. A partilha da África, disputada pelos colonialistas europeus, que precisavam daquele espaço imenso para satisfação de seus problemas de desenvolvimento, assegurando-lhes matéria-prima abundante, assegurou-lhes também, como era natural, o domínio dos mercados, com o aparecimento das primeiras grandes crises que a América ibérica experimentou com a competição que surgia. Portugal mostrara-se incapaz de manter-se na África. Extinguira-se o vigor dos séculos XV a XVIII. O Império esfacelou-se. A perda do Brasil, antecedida pela perda do Oriente, constituíra um golpe profundo. A geração dos chamados "Vencidos da Vida" envenenara o país, que não acreditava mais nas virtudes da emprêsa colonial, havendo mesmo, em conseqüência dêsse estado de espírito, a corrente que julgava mais acertada a retirada da África, negociada a bom preço com as potências imperialistas. A Portugal sucediam os inglêses, os franceses, os belgas, os alemães.

O Brasil não se apercebeu logo da gravidade da situação que se criava. O livre cambismo que lhe animou a juventude econômica parecia-lhe garantia suficiente para sua presença, constante nos mercados europeus. Trabalhávamos e produzíamos matéria-prima ou gêneros agrícolas que nos compravam a preços compensadores. Ignorávamos que os mercados onde vendíamos eram os mercados das nações que dinamizavam os respectivos impérios para a produção justamente daquilo que nos caracterizava no particular de exportável.

Em 1925, um deputado pelo Distrito Federal, o Sr. Vicente Piragibe, relator do Orçamento da Receita, na Câmara, chamou a atenção do país para a situação que se proporia em breve. Em seu livro intitulado "O Paradoxo Nacional", sustentou a necessidade de reaparelhar-se o país para a competição. Acreditava que nos manteríamos ainda por muito tempo como uma nação agrícola. A industrialização parecia-lhe uma promessa distante, mas que já produzia crises.

Os Estados Unidos, recordaria, ainda alicerçavam a sua grandeza econômica na agricultura. E o impulsionamento in-

dustrial não se operava em prejuízo da agricultura, o que nos deveria servir de lição a seguir. Analisava, a seguir, o quadro de nossa produção agrícola, para concluir que tôda ela estava por organizar. O próprio café, em que se apoiava o Brasil para o seu intercâmbio com o exterior, precisava de tratamento para competir bem nos mercados europeu e norte-americano. No particular do cacau, exemplificava, o que estava representando a produção da Costa do Ouro criava perspectivas angustiosas para o cacau baiano, já que o cacau da Amazônia perdera expressão.

Depois, era a vez de Waldyr Niemeyer, meu colega no antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em seu livro "Nossos Concorrentes" (O Brasil, sua produção agrícola e os concorrentes da Ásia e África), propôs o assunto sem excessos, mas com um realismo admirável. Seu livro é fundamental como ponto de partida, como iniciação precisa, à luz de fatos, cifras e reflexões sensatas. Não há nêle o anúncio de uma catástrofe. Ao contrário, avisando, Niemeyer acreditava em nossa capacidade de resistência, de recuperação, de sucesso. Já então os perigos eram de uma evidência cristalina. O Ministério do Exterior, gestão Otávio Mangabeira, ativava-se para observar as reações dos mercados até onde chegáramos e os reflexos que a concorrência das áreas ultramarinas asiáticas e africanas podiam produzir. Raul Bopp e Jobim procederam, então, a um inquérito cheio do maior interêsse acêrca de nossa impetuosidade no passado e no presente e da possibilidade de competir e dominar mercados exteriores, criando novos, não cedendo ante o progresso dos impérios.

Niemeyer passara em revista o trabalho que se realizava no Quênia, Uganda, Tanganica, Costa do Ouro, Nigéria, Madagáscar, Africas Ocidental e Equatorial Francesas, África Portuguêsa e Congo Belga. No Quênia e Uganda, o café e nesta última colônia britânica o algodão compunham o forte de produção, que se intensificava e era assistida por comissões técnicas, criadas pelo govêrno, interessado na ampliação e melhoria das culturas. Entre 1926 e 1928, a produção de café

somava 38 000 toneladas. O algodão, entre 1913 e 1928, 290 *mil toneladas. Em* Tanganica, *o café já lhe garantia a* posição de 3.° produtor africano, com um total de mais de 25 mil toneladas entre 1913 e 1928. A borracha participava também dos quadros de exportação. Na Costa do Ouro entrava o cacau. Em 1913, sua presença registrava 15% do total mundial. Em 1913, a situação já se mostrava mais séria. Para um total de 505 900 toneladas, no mundo, Costa do Ouro comparecia com 50%! Assim, em 1927, os algarismos, para uma comparação, eram 213 300 toneladas da Costa do Ouro, para 50 346 da Bahia! A Nigéria distinguia-se pela produção de óleo de palmeira. Figuravam em terceiro lugar, quanto ao amendoim. Aquêle, representava-se em 230 mil toneladas, e esta, em 150 mil. O cacau, em 1920, já somava 39 800 toneladas. Entre 1913 e 1927, mais de 300 mil toneladas. Em 1913, a produção da Nigéria era maior que a dos Estados do Amazonas e Pará reunidos. A exportação de borracha, em 1927, constava porém de apenas 2 028 toneladas.

Madagáscar produzia, para exportação, café, arroz e fumo. Entre 1924 e 1928, passava o Brasil no arroz. A África Ocidental Francesa, somando 16 milhões de indivíduos, produzia café, arroz, cacau, fumo, algodão e milho, oleoginosas, banana, ananás e amendoim. A África Equatorial Francesa, com 3 milhões de habitantes, vivendo numa superfície de 1 milhão e 200 mil km^2, produzia café, cacau, milho, arroz e fumo.

A África Portuguêsa, composta de Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, entregava à metropole café, cacau, oleaginosas e açúcar. O Congo Belga, café, cacau, algodão, fumo, arroz, óleo de palmeira. Já em 1926, a Bélgica não estava mais presente às despesas com a manutenção da colônia, que vivia de seus próprios recursos.

Lembramos que todos êsses dados, expostos e analisados serenamente, para comparação com o Brasil nas suas variantes regionais ou estaduais, paravam em 1926. Daí por diante, perguntaremos, os algarismos ali indicados como se comportaram, ou antes, o que expressariam? O fato de ter havido uma ótima

política de desenvolvimento nas áreas ultramarinas da França, Inglaterra, Portugal e Bélgica, com inversões maciças de capitais do Estado ou da iniciativa privada, o que assegurou à África negra não um retrocesso mas uma intensificação de seu desenvolvimento, criou o problema grave da concorrência ainda mais perigosa, que exigiria a adoção de um plano de Estado, para a nossa segurança, plano que deveria compreender melhores condições de mercado interno para a produção brasileira, agrícola e industrial, e a ofensiva, nos mercados externos, a preços competitivos e com produção de boa qualidade. Os algarismos indicados por Niemeyer, portanto, ao invés de terem perdido sentido para menos, enriqueciam-se para muito mais. Note-se que a produção das áreas coloniais africanas negras é a mesma produção brasileira que nos garantiu, durante mais de três séculos, senão um monopólio, pelo menos uma participação muito intensa nos mercados de consumo mundiais, mercados que não se saturaram com o que a África lhes proporciona, mas têm o direito ou a precaução de escolher, preferir, triar entre os que os procuram para oferecer o que produzem. Só o café é hoje produção africana da ordem de 11 milhões de sacas!

IV

A ascensão política atingida pela África negra não terá, porém, alterado o panorama? Os territórios soberanos das 21 novas unidades, que emergiram do sistema colonialista europeu a braços com as tremendas dificuldades que o nôvo *status* seguramente lhes criou, até que ponto poderão prosseguir, de imediato, na competição ao Brasil?

Faz-se necessário considerar, desde logo, o fato de que, à exceção do antigo Congo Belga, as novas repúblicas africanas não estão entrando na vida política autônoma aos banhos de sangue, pela destruição de seus quadros sociais, de sua ordem econômica e de sua estabilidade política. Ao contrário, em tôdas, o que ocorre é um desejo imensurável de caminhar

com segurança, mantendo o que o europeu lhes deixou, para melhorar e crescer. Ademais, os países colonialistas e as organizações internacionais não as abandonaram à própria sorte. Estão a dar-lhes a mão, ajudando-as e mantendo-as como amigas, aliadas e, de certo modo, assegurando-lhes os mercados. Os capitais que haviam sido investidos não foram expatriados nem enxotados, tampouco expropriados. Asseguraram-lhes condições para prosseguir a atuação que exerciam, dando-se oportunidade para novas inversões ao lado de grandes programas de desenvolvimento.

O chamado Mercado Comum Europeu, de que fazem parte a França, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Alemanha, Itália, constituído por deliberação adotada em Roma a 25 de março de 1957, e que planejara ampla ajuda aos membros da comunidade francesa na África, nem porque tivesse ocorrido a independência da área ultramarina, fato consumado que provocou o reexame do comportamento a adotar, se retraiu ou retirou. Decidiu, antes, continuar a cooperação, proporcionando oportunidade aos novos Estados para a associação ao Mercado mediante requerimento para a associação e a ajuda. Em sessão de 18 de agôsto de 1961, realizada em Roma, o Mercado decidiu atender aos pedidos que lhe foram apresentados das seguintes repúblicas africanas: África Central, Senegal, Mali, Costa do Marfim, Nigéria. Essas medidas cobriam necessidades de ordem social e cultural. Porque os de ordem econômica já se projetavam na base de estudos, de assistência técnica, financiamentos a largo e curto prazos e o prosseguimento de obras de vulto para a criação de condições essenciais ao desenvolvimento econômico. Há mesmo um órgão especializado da ONU, a Comissão Econômica para a África, criada por proposta do Brasil, que funciona plenamente, com resultados ponderáveis. A ajuda norte-americana, de outro lado, intensifica-se, provocando inclusive certo mal-estar na América Latina. Uma Comissão de Cooperação Técnica para a África ao Sul do Saara, um Conselho Científico para a África do Sul do Saara e uma Fundação para a Assistência Mútua na África do Sul do Saara promovem a pesquisa, organizam projetos, fornecem assistência

técnica, disciplinam a aplicação de capitais, asseguram condições ao desenvolvimento, numa intensificação de atividades cujos frutos estão visíveis nas estatísticas de produção, nos quadros das conquistas sociais e culturais, através de formação de pessoal nativo e da segurança sanitária, indispensáveis ao êxito de todo êsse gigantesco esfôrço de construção. O Mercado Comum Europeu foi ampliado, convém ter em mente, pela Convenção da Cooperação Econômica Européia, criada em Paris a 16 de abril de 1948, em um de cujos artigos se estabelece que "as partes contratantes (e elas não são apenas aquêles seis países) comprometem-se a promover com energia, tanto individualmente como coletivamente, o desenvolvimento da produção pela utilização dos recursos de que dispõem na metrópole e nos territórios ultramarinos", para o que se reduziram as respectivas tarifas.

O alerta de Waldyr Niemeyer não teve eco imediato. A confederação Nacional da Indústria, todavia, em 1953, iniciou articulações a respeito da situação. Os escritórios comerciais do Brasil no exterior, em particular o de Nova Iorque, pediram a atenção das autoridades. A competição ao Brasil envolvia, também, a produção dos sintéticos. Nós próprios, em pequena memória apresentada ao Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria, de que somos membros, insistimos na urgência de um planejamento para evitar as surprêsas perigosas. E perante a Escola Superior de Guerra, a propósito da valorização da Amazônia, indicamos o esfôrço que se fazia na África para valorizá-la com rapidez.

Que se fêz de positivo, de nossa parte, para enfrentar a situação?

Em 1952, publicou-se, em São Paulo, edição da Secretaria daquele Estado, o livro "Agricultura na África", de autoria do Dr. Rui Miller Paiva, técnico daquele órgão da administração pública. O Dr. Miller visitara tôda a África, para verificar os perigos a que estava exposta a economia paulista como decorrência da aplicação dos planos de desenvolvimento do continente negro. Sua visita foi feita com olhos de ver. Suas con-

clusões não acompanharam o pessimismo já existente. A África, como área agrícola, como área de concorrência, não inspirava cuidados. Vamos acompanhá-lo na euforia das conclusões a que chegou:

"Podemos dizer, sem receio de exagerar, que são muito pequenas as possibilidades dessas colônias virem a se desenvolver no sentido de se tornarem regiões produtivas com capacidade de sustentar uma sociedade rica e civilizada. O continente africano não é, como se supõe, uma região inexplorada, rica, coberta de matas virgens e terras férteis, à espera de gente e de capital para progredir. Ao contrário, a África é um continente já gasto, muito explorado, que sustenta uma grande população há milhares de anos. Não se encontram zonas novas e férteis para serem abertas, como o nosso Norte do Paraná.

Além disso, é um continente pobre de recursos naturais. Suas terras são fracas. Afora a enorme área de deserto, que se estende por quase um têrço de seu território e das regiões semidesérticas, que também cobrem grandes extensões, o que caracteriza o continente são as regiões de savanas, também chamadas de prados tropicais e que são campos geralmente pobres de árvores, de solos laterizados e sujeitos a sêcas prolongadas, paupérrimos em rios e onde a camada de água subterrânea acha-se muito profunda, tornando difícil e de resultados problemáticos a abertura de poços artesianos. É, aliás, uma cena bem típica da África a fila de indígenas transportando água para suas casas, às vêzes de grande distância, assim como a abertura de cacimbas no leito sêco dos rios. Regiões de selvas equatoriais só se encontram nas proximidades do Rio Congo e numa pequena faixa que acompanha o Gôlfo da Guiné, mas aí as condições de clima são muito difíceis ao homem. As tribos indígenas que vivem nessas regiões são as mais primitivas e algumas delas fogem ao contato da civilização, como é o caso dos pigmeus. Quase sempre essas selvas se apóiam em solos pobres imprestáveis para a agricultura; poucas vêzes são encontradas manchas de solos férteis, como aquelas em que se acham plantadas as culturas de cacau em Costa do Ouro e Ni-

géria. Ainda mais raras são as regiões do continente, que dispõem de solos bons, em altitudes que permitem condições de clima favoráveis, como os *higlands* do Quênia, ou as terras de Ruanda-Urúndi e Quivu, no Congo Belga. É importante acentuar que essas regiões, de solos bons e de condições de clima favoráveis, já se encontram superpovoadas. E não poderia ser de outra forma, pois existem na África, à procura de solos agricultáveis e de condições de climas favoráveis, cêrca de 190 milhões de pessoas — número enorme, se considerarmos os recursos aproveitáveis do continente.

Além dos desertos e da pobreza das savanas, o continente ainda luta contra a doença do sono, que torna inabitável grande extensão de sua superfície. Aliás, a doença do sono traz outros empecilhos, pois impede a manutenção de rebanhos nas zonas infestadas e com isso torna difícil a melhoria da dieta dos indígenas e pràticamente impossível a recuperação dos solos, os quais, conforme já dissemos, são altamente laterizados e não podem ser cultivados permanentemente, sem aplicação de doses elevadas de estêrco. Outras doenças também agem no sentido de impedir o desenvolvimento da pecuária, tais como a febre aftosa, a peste bovina, a tristeza, tanto a causada pela naplasmose como pela piroplasmose, além de muitas outras.

Há ainda a considerar que as doenças que atacam o homem são de molde a dificultar o desenvolvimento de grande extensão do continente. A maleita, a filariose, vermes intestinais e muitos outros tornam difícil a colonização de muitas regiões. Ao chegarmos à África, informaram-nos de que três coisas eram essenciais ao europeu que vive no continente: chapéu de cortiça para evitar o sol, água fervida para beber e até mesmo para escovar os dentes e quinino, todos os dias, invariàvelmente.

O continente também se mostra pobre quanto aos demais recursos naturais. Falta-lhe completamente o petróleo e suas reservas de carvão são pequenas, pois enquanto as da América são calculadas em 3 430 bilhões de toneladas, as da África são de apenas sessenta bilhões. O continente é melhor dotado de quedas de água, que permitiriam a produção de energia elé-

trica, desde que fôssem instalados grandes centros elétricos. Quanto aos minerais, apesar de contribuir com cêrca de um têrço da produção mundial de ouro, 95% da de diamante e também contribuir para a de cobre, estanho e ùltimamente para a de minerais estratégicos, o continente é pobre em ferro, que é ainda o minério essencial ao desenvolvimento industrial de uma região.

Não sendo ricas em recursos naturais, torna-se difícil a essas regiões atingirem o grande desenvolvimento a que nos referimos. Seria necessário, para contrabalançar, que dispusessem de uma população muito ativa e laboriosa, que pudesse manter um índice elevado de produção. Mas é justamente o contrário que se dá, porque os indígenas denotam grande atraso cultural, conforme tivemos ocasião de explicar e, o que é mais importante, mostram-se muito pouco desejosos de trabalhar. Essa atitude em relação ao trabalho não encontra como causa apenas a falta de alimento e excesso de doenças. É algo mais que isso; é o modo de compreender a vida e o valor que dão às coisas; é, enfim, a filosofia do indígena. Considerando essa causa, parece-nos que a possibilidade de modificá-los e de fazer com que se apliquem mais no trabalho é muito pequena, porque a vinda de imigrantes, imbuídos de outros conceitos sôbre o trabalho, que seria a forma mais fácil de se conseguir isso, não pode ser promovida em grande escala, uma vez que o índice demográfico é elevado nas regiões que se prestam a essa imigração.

V

A conclusão a que se chega após a enumeração dessas dificuldades é que são, de fato, muito pequenas as possibilidades dessas colônias adquirirem elevado grau de desenvolvimento econômico. Seus recursos materiais não se mostram suficientes para sustentar uma população com padrão de vida equiparado ao das sociedades civilizadas. É sua população autóctone, de-

vido ao atraso cultural em que se encontra, não tem possibilidade de melhorar em futuro próximo."

Para êle, os planos em execução "sòmente poderão alcançar um objetivo mais imediato, que é o de ampliar a exportação de certos produtos agrícolas e minerais e trazer com isso alguma melhoria no padrão de vida dos indígenas, mas, de modo algum, poderão elevar o índice de produção aos níveis de progresso de que acima falamos. Para trazer o progresso a essas regiões não basta apenas construir estradas, portos, abrir poços, construir açudes e ensinar os indígenas. Seria preciso mais; seria preciso melhorar o solo, atenuar as dificuldades de clima e compensar a pobreza de energias, e, além do mais, seria necessário modificar a mentalidade do nativo".

O que se está constatando não é, porém, muito diferente do que concluiu o Dr. Miller?

Os que anunciavam os perigos estavam certos. E só agora, quando nos bate às portas a urgência de uma política, é que damos os passos mais imediatos para criá-la e fazê-la prática.

Defendendo a tese de autodeterminação dos povos, o Brasil não poderia, sem negar as suas próprias origens nacionais de país que saiu da condição de colônia para a de estado soberano, assumir outra atitude que complementasse o que poderemos denominar de a sua "política africana", realizável através de uma aproximação que se deve consolidar não apenas nas relações de amizade, mas, igualmente, no campo econômico. E aqui surge o problema — como promover essa aproximação, se os países africanos são nossos concorrentes e as exportações brasileiras para a África negra são insignificantes? Poder-se-iam criar ali mercados para a nossa produção industrial? Já se anunciam, nesse particular, as primeiras manifestações da África. É possível vender-lhes produtos químicos, têxteis, farmacêuticos, calçados, automóveis, jipes e caminhões, carnes, conservas em geral, arroz, equipamentos elétricos, materiais de construção. No particular das competições, convém não esquecer que o trabalho é ainda realizado sob formas em conflito com a dignida-

de do ser humano. O primeiro caminho será, em conseqüência, reclamar uma política de elevação da mão-de-obra africana à base de salários justos. A seguir, promover os convênios que criem condições de concorrência limpa. Já não se faz assim com relação ao café, no tocante à América Latina? O intercâmbio de técnicos não poderá deixar de ser considerado devidamente, para, inclusive, assegurar ao Brasil a simpatia e a confiança visando à celebração dos acôrdos de comércio e de concorrência nos mercados de matérias-primas tropicais. Há, portanto, um largo campo a examinar para as diretrizes a adotar.

Estamos, assim, com o problema das nossas relações com a África em têrmos de realidade. Não se trata mais de uma situação futura, competitiva. Agora é a evidência dos fatos consumados que temos de enfrentar. O crescimento do Brasil, no que diz respeito ao seu mercado interno, é outra realidade imensurável. Não estará nêle uma solução mais segura?

* * *

AFRICA AND BRAZIL, ECONOMIC RELATIONS AND COMPETITIONS

As a sequence to his previous article under the title "Africa, a Complement to Europe" ("Revista Brasileira de Política Internacional", March, 1963) Mr. Artur Cezar Ferreira Reis, a Brazilian historian, examines, this time, the problem of economic relations and competitions between Brazil and Africa. After having tracked the origin of these relations, which goes back to the time when Brazilians were subjects of the Portuguese Empire, he makes special references to the Conferences of Brussels (1874) and Berlim (1884-1885), in which European colonial countries assembled to delimitate their respective spheres of influence; the author points out that hereafter, African — Brazilian commercial competition has begun — a fact initially overlooked by Brazilians — for colonialism, in its natural course of action, increasead African production of raw materials. In this connection, he mentions a book — "Nossos Competidores" ("Our Competitors") — by Waldyr Niemeyer, where this Brazilian writer has compared, based on data, the production of law materials in Brazil and Africa, particularly of rice, coffee and cocoa, in the period 1913-1928. Once established these comparisons, the book called attention to the danger to Brazil of the growing production of

tropical articles in the Black Continent. Mr. Ferreira Reis, then, remarks that from 1928 on, African production has gained a new impetus as a result of important European investments and, as a consequence, Brazilian exports of primary products to Europe have continued to decrease. Next, he discusses whether the situation has changed now that the majority of African countries have become independent and will have to answer for the heavy responsabilities that a political independence implies. In other words, to what extent has this independence hampered the competitive power of African countries? The author understands that these new burdens imposed upon them by their new political *status* have been offset, not only by the administrative economic structure that Africans inherited from the colonial powers, but also by the financial technical assistance they receive from their ancient rulers, especially through the Common Market and from international organizations. Despite the observations made by a Brazilian technician, in 1952, after a visit to Africa, affirming that African agriculture should not be a cause of concern to Brazilians, Mr. Ferreira Reis continues to think that the economic competition between Brazil and Africa is undeniable as a fact, though not excluding the possibility of some commercial interchange, which might be advantageous to both sides. Whereupon the author wonders whether, considered these circunstances, the ever-growing internal market of Brazil would not be a safer alternative to our production.

AFRIQUE ET BRÉSIL, RELATIONS ET COMPÉTITIONS ÉCONOMIQUES

Comme suite de son article antérieur sous le titre "Afrique, Complément de l'Europe" ("Revista Brasileira de Política Internacional", Mars, 1963), M. Arthur Cezar Ferreira Reis, un historien brésilien, examine, maintenant, le problème des relations économiques entre le Brésil et l'Afrique. Après avoir fait une rétrospection de l'origine de ces relations que remontent au temps quand les Brésiliens étaient subordonnés à l'Empire Portugais, il fait un rapport spécial aux conférences de Bruxelles (1874) et Berlin (1884-1885) dans lesquelles les pays colonialistes européens se sont réunis pour délimiter leurs respectives sphères d'influence; il remarque que dorénavant, la compétition commerciale africain-brésilienne a commencé — un fait qui d'abord a été sous-estimé par les Brésiliens — car le colonialisme, en suivant son cours naturel d'action, a augmenté la production africaine de matières-primaires. A ce rapport, il mentione le livre — "Nos Compétiteurs" — de Waldyr Niemeyer, où cet auteur brésilien a comparé, avec base en estatistique, la production de matières-primaires, au Brésil et en Afrique, particulièrement de riz, café et cacao, dans la période 1913-1928. Ayant établi ces comparaisons, le livre a appelé l'atention pour le danger, pour le Brésil, de la croissante production d'articles trcpicaux, dans le Continent Noir. M. Ferreira Reis ob-

serve, alors, que, après 1928, la production africaine a gagné une nouvelle impétuosité comme résultat des importants investissements européens et conséquemment les exportations latin-américaines de produits-primaires brésiliens pour l'Europe ont continué à decroître. Ensuite, il cherche à répondre la question de — si cette situation a changé à présent, quand la majorité des pays africains sont devenus indépendants et devront prendre les lourdes responsabilités d'une indépendance politique. En d'autres mots, jusqu'à quel point cette "indépendance" a nui le pouvoir compétitif des pays africains? L'auteur comprend que les lourds devoirs imposés aux pays africains par leur nouveau *status* politique ont été contrebalancés, non seulement par la structure administrative et économique qu'il ont héritée des pouvoirs colonialistes, comme par l'assistance financière et technique qu'ils reçoivent de leurs anciens dominateurs, spécialement à travers le Marché Commun Européen et les organisations internationales. Malgré les observations faites par un technicien brésilien, en 1952, après une visite à l'Afrique, en affirmant que l'agriculture africaine ne devrait pas constituer motif de préocupation pour les brésiliens, M. Ferreira Reis continue à penser que la compétition économique entre le Brésil et l'Afrique est un fait incontestable, même qu'il n'exclue pas la possibilité d'un échange commercial, qui pourrait être avantageux pour les deux côtés. C'est por quoi l'auteur suppose qu'il serait important de discuter, en considérant ces circonstances, si le toujours croissant marché interne du Brésil ne serait pas une alternative plus sûre pour notre production.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL

Estanislau Fischlowitz

Assistimos, atualmente, ao fenômeno denominado por cientistas sociais, quase com unanimidade, bem ou mal, de "aceleração da história". Surgem, com efeito, na arena mundial, com velocidade cada vez mais calidoscópica, novos, importantes e aflitivos problemas — ou bem tomam nova e mais angustiante feição os antigos — impondo a adoção de soluções necessárias para lhes fazer face, e isto não sòmente no plano nacional como também na órbita internacional.

Um dos traços mais marcantes e mais imprevistos da última década é o incontestável agravamento da questão social. No período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial estava prevalecendo a crença de que a mesma havia sido superada, mediante realizações da política social, pública e livre. Acreditava-se, geralmente, que as suas conquistas anularam a polarização biclassista das sociedades modernas, possibilitando, conforme famoso programa de Augusto Comte, "a incorporação do proletariado à coletividade industrial contemporânea". Assim, a terapêutica reformista de Haroldo Lasky, Samuel Gompera, Albert Thomas e Lorde Beveridge teria manifestado evidente superioridade em confronto com as técnicas revolucionárias, preconizadas por Marx e Engels, Lênin e Stalin. Ninguém duvidava mais que a amplitude e profundidade de reformas sociais atingiriam limites máximos, sem deixar margem para novas realizações institucionais, subordinadas às metas de progresso social. O conflito tradicional entre o capital e o trabalho no âmbito nacional — problema-chave do século XIX — passaria a ser substituído, no curso do século XX, pela "questão social internacional", isto é, os crescentes, agudos e

violentos choques entre os "países burgueses" e os "proletários".

Quais são as principais fôrças motrizes que, contràriamente a tais expectativas ultra-otimistas, fizeram com que tivessem, mais uma vez, ressurgido, no mundo da segunda metade dêste século, problemas alarmantes de ordem social?

Seria simplificação ingênua tentar atribuir a causalidade dêsse surpreendente fenômeno ao impacto do comunismo. Nos países de economia socialista da Europa e da Ásia vive, em 1963, é verdade, nada menos de um têrço da humanidade. Entretanto, por várias razões, a expansão, tanto territorial como ideológica da sovietocracia mundial acusa, ùltimamente, visível decréscimo. Muito deve ter contribuído para tal fim o seu atual policentrismo, que, afetando seu antigo caráter monolítico, não pôde deixar de enfraquecer a sua estratégia combativa. Única exceção a essa regra constitui a conquista, aliás casual e fortuita, do seu primeiro baluarte no Hemisfério Ocidental. Não há, por outro lado, como negar que a comunização da pequena ilha das Antilhas continua exercendo forte influência sôbre as tensões e pressões sociais na América Latina, condicionando, mesmo, até certo ponto, o surto dos últimos programas sociais, de âmbito interamericano.

Seja como fôr, temos, pois, que procurar alhures as razões determinantes do agravamento da crise social universal. Será que, no mundo dos nossos dias, aumentaram os estados de miséria, pobreza e fome? Francamente, não nos parece. É mister admitir que, muito pelo contrário, manifestam progresso constante, num ritmo menor ou maior, os níveis de vida das classes populares, quase em tôdas as principais regiões do nosso planêta.

Em busca dos fatôres responsáveis pelo imprevisto aparecimento dessas nuvens sombrias, precursoras de tormentas sociais, estamos dipostos a atribuir posição crucial a dois fenômenos de índole bem variada: a) — um que afeta as condições de vida da classe trabalhadora nos países altamente industrializados, econômicamente adiantados e relativamente prósperos;

b) — outro que atua, no sentido prejudicial, nas áreas subdesenvolvidas ou apenas na fase incipiente de incremento econômico e que, afinal de contas, perfazem ainda a parte mor do mundo.

O primeiro constituindo a revolução industrial, tecnológica e organizacional, que, possibilitando aumento espetacular da produção e da produtividade, apresenta, porém, anverso da medalha social, capaz de causar maiores preocupações: surto da nova e considerável onda de desemprêgo técnico, em massa.

E o segundo relacionando-se com a tremenda explosão populacional, que ameaça anular os resultados do progresso econômico e social: paralisação ou estancamento de aumento da renda nacional *per capita*, deslocamento das inversões produtivas para as sociais ou meramente demográficas e agravamento da situção do mercado de trabalho.

No diagnóstico da questão social, em sua facêta atual, difìcilmente poder-se-ia desprezar, ao lado dos elementos econômicos e demográficos acima aludidos, o papel poderoso, cabível às profundas alterações, que se processam, simultâneamente, na consciência das classes populares, desprivilegiadas e desfavorecidas. Não se conformam mais com as condições de penúria, subconsumo e, particularmente, subalimentação, agravadas pela inseguridade social. Tais visíveis mudanças, de caráter subjetivo, vêm sendo acompanhadas pelo surto de vitoriosas correntes doutrinárias, de índole socialmente avançada. Os programas de democracia social firmam-se, cada vez mais, sem encontrar mais resistência por parte do movimento ideológico do liberalismo de outrora, cujo ressurgimento, apesar de várias tentativas, empreendidas, ùltimamente, por Mieses e Hayeck, encontrou resistência intransponível na orientação política social e econômica contemporânea. No campo social e político, não se pode notar qualquer nova doutrina, reajustada às condições do mundo atual, em flagrante contraste com a enorme proliferação de movimentos, mais contraditórios filosòficamente e abundantes, peculiares do clima do século anterior. Contudo, e apesar do declínio da posição ocupada pelo socialismo demo-

crático, até, no período recente, dentro da órbita de pensamento e de ação social, isto não significa, de modo algum, vácuo ideológico integral. Tais claros vêm sendo, com efeito, preenchidos pela vigorosa reformulação do catolicismo social. Tudo leva-nos a crer que a Encíclica *Mater et Magistra* de 1960 exercerá, com o tempo, a mesma influência que sôbre o comportamento social da humanidade exerceu, no passado, o *Manifesto Comunista* de 1948.

Do acima exposto, conclui-se claramente estar havendo uma tendência no sentido de transformação geral da estrutura do sistema de livre empreendimento, que se delineia claramente no horizonte, sendo que a política social assume tarefas extremamente amplas e ambiciosas, sem se limitar mais, como estava acontecendo no passado, à simples redistribuição a favor do trabalho da parcela reduzida da renda nacional.

II

Nessas condições, não pode parecer estranho o nôvo e extraordinário surto das realizações da política social, em tôdas as suas ramificações.

Não é nosso propósito abordar aqui o exame pormenorizado da sua essência. Contudo, não é possível dissociar a análise da política social nacional da internacional. Faremos, portanto, ligeiras referências aos rumos atuais da política social no plano nacional, que muito se afastam das diretrizes da legislação trabalhista e social do período interbélico.

Não obedecem mais, na sua conceituação moderna, a propósitos unilaterais e socialmente inexpressivos de defesa da ordem econômico-social contra a subversão sócio-revolucionária. Tais objetivos meramente conservadores, preconizados nas obras previdenciárias ("dique contra a maré de revolta antiestatal do operariado") de Bismarck (1882-1889) e ainda plei-

teados pelo maior protagonista da legislação protetora e tutelar, Paul Pic (supostamente meio de preservar a sociedade de quaisquer perturbações através de conquistas proletárias relativas à legislação de trabalho), ficam relegados a lugar secundário ou, mesmo, terciário.

A seguridade social integral, programada em 1942 por Lorde Beveridge (1879-1963) com recurso simultâneo a técnicas de seguro social, assistência social e serviço social e extensiva a serviços de proteção à saúde, que beneficiam tôda a população nacional, expandem-se, ininterruptamente, nos sentidos horizontal e vertical. O direito de trabalho, pròpriamente dito, não sòmente se aprimora constantemente como também garante à classe trabalhadora assalariada novas e consideráveis vantagens (como seja abreviação acentuada da jonrada de trabalho), ao mesmo tempo passa a abranger tôda uma série de soluções institucionais, destinadas a assegurar aos trabalhadores o direito de co-gestão e co-participação no capital de suas emprêsas, atribuindo-se crescentes podêres a conselhos operários, estruturados dentro da órbita microempresarial.

Atinge elevados padrões a última "invenção social", enquadrada na política de bem-estar familiar, isto é, o abono familiar, que, atualmente, existe em nada menos de 50 países.

Surgem serviços nacionais de emprêgo, com atribuições atinentes a todos os aspectos, quantitativos e qualitativos, de mão-de-obra.

Sob o impacto da revolução industrial, opera-se a revisão total dos programas de formação profissional, que não correspondem mais às exigências e aos requisitos da atual fase de industrialização.

Não há recuos e retrocessos no caminho que conduz à consolidação do "Estado de Serviços Sociais", de acôrdo com a famosa definição de Harold Lasky. São extremamente raros os países que pouco participam da evolução impressionante nesse sentido. Assim, p. ex., os Estados Unidos da América, contràriamente ao lema de "novas fronteiras", proclamado pelo

Presidente John Kennedy, não logrou levar a cabo, sequer, a extensão do regime de seguridade social à cobertura do risco de enfermidade, mesmo com relação ao grupo colocado na faixa etária de velhice. É surpreendentemente precário o balanço do reformismo social soviético. Em todos os demais países as reformas sociais públicas atingem amplitude ignorada no passado. Intensificam-se radicais reformas agrárias, com o propósito de substituir a propriedade latifundiária pelo sistema de exploração da economia agropecuária mediante criação da sadia classe-tampão de campesinato, e isto não apenas nas regiões subdesenvolvidas como, até, em alguns países do Velho Mundo (providências reformistas, aplicadas nestes últimos anos na área meridional da Itália, no "Mezzogiorno"); o sucesso de tais reformas entra em flagrante contradição com o malôgro de tôdas as tentativas soviéticas relacionadas com a socialização da lavoura (fracassos manifestos dos *sovhoz* e *kolkhoz*).

As realizações da política social ficam rigorosamente integradas em obras de planejamento plurianual, a médio e longo prazos, do desenvolvimento equilibrado e harmônico, econômico e social, evitando-se seu caráter empírico e fortuito, muito comum no passado.

Entretanto, ao Estado intervencionista não compete mais monopólio na solução da questão social. O que se nos depara por tôda parte é a combinação da política social pública, preponderantemente legislativa, e da livre de índole contratual. Atinge enorme fôrça o movimento associativo profissional e sindicalista da classe trabalhadora, interpretado pelo eminente cientista americano A. Tannenbaum como sintoma interessante de ressurreição de neocorporativismo, em moldes bem diferentes não só das fórmulas organizacionais da Idade Média como do corporativismo dos sistemas totalitários nazi-fascistas, cujos vestígios subsistem apenas nos dois países ibéricos. Graças ao surto do sindicalismo livre e democrático, as relações obreiro-patronais passam a ser resolvidas, em escala crescente, por contratos coletivos de trabalho, ao mesmo tempo que diminui a interferência do Estado nessas relações. Iniciado, pela

primeira vez, na Índia, há uns dez anos, assume papel de grande relevância o movimento comunitário. Enfim, salta aos olhos a transformação integral da posição da emprêsa, de acôrdo com a teoria de A. Drucker, que, sem obedecer mais a meros propósitos de autoconservação e de maior rentabilidade, se democratiza e se "socializa", contribuindo com seus subsídios, dignos de maior atenção, para o equacionamento dos problemas que resultam do convívio, na sua órbita, das duas classes produtoras: a gerencial e a trabalhadora.

Enfim, as instituições de bem-estar social, sob tôdas as suas mais variadas formas e modalidades, e com finalidades e funções que sofrem constantes alterações, passam a constituir o denominador comum de todos os países amantes do progresso social, sem exceção alguma, qualquer que seja o grau de desenvolvimento econômico atingido por uns e outros.

A política social não é, decerto, panacéia contra todos os males. Evidentemente, não é ainda tudo. Constitui apenas um de vários setores do conjunto de atividades subordinadas ao propósito de promover o bem-estar geral. Contudo, não se pode, em hipótese alguma, deixar de aproveitar seus instrumentos de ação, progressos ininterruptos, que apresentam, como tentamos acima demonstrar, eficiência e progressos cada vez mais sensíveis.

III

O agravamento da questão social e o surto paralelo da política social tiveram como resultado o incremento das atividades internacionais de índole social e grande repercussão no setor do direito internacional, dando lugar à realização de vasta rêde de acôrdos bilaterais, tratados multilaterais e convenções coletivas. Ao mesmo tempo, nota-se, para as realizações de natureza social que se deslocam, a tônica da atuação de todos os organismos de cooperação internacional, de âmbito geral e regional.

Abrindo um parêntese, cumpre tornar patente que, no período de pós-guerra, se manifesta, todavia, acima de qualquer dúvida, considerável retrocesso da regulamentação internacional das correntes migratórias internas, fenômeno que no passado muito contribuiu para o fomento do direito internacional social. Verifica-se com efeito, nos últimos dezoito anos, um declínio muito forte dos movimentos migratórios internacionais, sobretudo dos de proveniência econômico-social, fenômeno êsse acompanhado da intensificação do intercâmbio populacional interno. Várias razões contribuíram para o progressivo estancamento dos movimentos populacionais entre as áreas tradicionais de emigração e imigração, sobretudo no tocante à migração intercontinental.

Os níveis de grande prosperidade alcançados pelos países da Europa Ocidental e Meridional, pertencentes ao Mercado Comum, repercutindo, benèficamente, sôbre o estado de emprêgo no mercado de trabalho dêsse continente, anularam os excedentes populacionais, disponíveis para seu eventual aproveitamento nas demais regiões do mundo. Muito deve ter contribuído também para a paralisação dessas correntes tanto (a) a proibição rígida da emigração nos países do bloco soviético (que, aliás, não se coaduna com os princípios consagrados pela Declaração dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembléia das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948) como (b) as novas e quase intransponíveis barreiras, limitativas e restritivas, erigidas contra a livre imigração na grande maioria dos países outrora grandes importadores de mão-de-obra alienígena. Enfim, não pode passar despercebido o aumento das exigências quanto à organização dirigida dêsses deslocamentos e à proteção econômica e social dos imigrantes e colonos; desaparece a migração pioneira e espontânea de "desbravamento" e aumentam os cursos unitários da imigração e colonização planejada, aos quais dificilmente podem fazer face não só os países imigratórios como os emigratórios.

Todos êsses óbices ao livre intercâmbio migratório que muito constrastam com as tendências no sentido de uma certa

liberalização da troca internacional de bens e capitais trazem no seu bôjo graves perigos, quanto às possibilidades de redistribuição mais eqüitativa da crescente população mundial entre as regiões supercongestionadas (particularmente da Ásia), as áreas subpovoadas (Austrália, parte setentrional do Hemisfério Ocidental, vastos territórios da América do Sul etc.).

Assim, aumenta ainda mais a repartição desajustada dos recursos econômicos e do potencial humano — fonte virtual de agudos conflitos internacionais.

O decréscimo da imigração nota-se também no Brasil. Entre 1872 e 1940 entraram no nosso país nada menos de 4 434 656 imigrantes. Ora, na última década, acentua-se o decréscimo de imigrantes entrados de 88 150 em 1952 para 43 589 em 1961, isto sem levar em conta o vulto considerável de reemigração.

Continuam ainda, é mister destacá-lo, fortes movimentos de migração justificada por motivos única e exclusivamente políticos, que, em têrmos qualitativos, nem sempre apresentam para os países de imigração o mesmo interêsse da migração pré-selecionada de caráter econômico e social. Uma vez absorvida a grande massa de "pessoas deslocadas" — fruto dos acontecimentos da última guerra e da sua liquidação —, tais movimentos encontraram a sua prolongação, por exemplo, no êxodo da população branca da África, emancipada do predomínio colonialista europeu; contudo, essas correntes dirigem-se em grande maioria aos respectivos países metropolitanos e apenas numa parcela reduzida às demais regiões.

Como não pôde deixar de ser, a paralisação do intercâmbio migratório teve por conseqüência inelutável consideráveis lacunas no desenvolvimento dos instrumentos diplomáticos, atinentes à solução tanto dos próprios movimentos populacionais como de seus efeitos, no que diz respeito ao trabalho, previdência e assistência sociais, inclusive conservação dos direitos de seguro social pelos migrantes.

Seria, aliás, injustiça tentar menosprezar o papel relevante desempenhado, nessa difícil e complexa matéria, pelo Comitê

Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME), presidido atualmente pelo Embaixador Josué de Castro. O balanço de suas atividades, no período compreendido entre 1 de fevereiro de 1952 e 31 de dezembro de 1962, demonstra o total impressionante de 1 216 113 migrantes colocados em diversas áreas de imigração (sendo que 684 618 corresponderam à "migração nacional" e 531 495 a "refugiados"). As atividades do CIME beneficiaram também o Brasil, que pôde aproveitar no prazo acima indicado 164 622 imigrantes, dos quais 83 880 referentes a modalidade de migração nacional, e 80 742 à de "refugiados".

Em compensação, ao lado do decréscimo da migração transoceânica, aparece um fenômeno, merecedor de maior atenção, e de data relativamente recente, que serve de base para a adoção de novas, amplas e aperfeiçoadas soluções migratórias no plano internacional. Queremos referir-nos ao considerável aumento de deslocamentos populacionais, de índole mais temporária do que permanente, relacionados com o Mercado Comum Europeu, entre os sete países que o integram. Isso levou a uma grande expansão da regulamentação multilateral e coletiva, atinente a vários aspectos sociais dêsse intercâmbio, com o propósito de facilitá-lo mediante supressão de todos os prejuízos que podem acarretar a transferência do lugar de residência e de trabalho de um para outro dos países abrangidos pelo Mercado Comum Europeu.

IV

Temos que acompanhar com maior interêsse essas soluções levadas a efeito na Europa. Tudo leva a crer que a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC — "Os Nove"), iniciada no convênio de Montevidéu de 18 de fevereiro de 1960, e o convênio congênere centro-americano ("Os Cinco") de San

Salvador, celebrado em 9 de janeiro de 1960, constituem apenas o primeiro e modesto passo para o estabelecimento de um mercado comum latino-americano que seja plenamente digno dêsse nome. Parece mais que provável que a unidade mercantil desta região terá por efeito a redistribuição preferencial dos principais centros de produção manufatureira entre as vinte repúblicas da mesma, de acôrdo com as condições específicas de cada uma quanto à existência de matérias-primas, recursos energéticos e outras particularidades ambientais. Assim, mais cedo ou mais tarde, encontrará a sua contrapartida natural na criação do mercado comum de trabalho, com aumento do intercâmbio infra-regional de mão-de-obra, sobretudo de nível mais elevado e qualificado, a técnica e a altamente especializada, cujos acentuados deficits poderão ser mitigados apenas mediante repartição dêsses quadros-elites de trabalhadores entre os países participantes. Por enquanto, como é notório, as migrações entre os países da América ibero-latina apresentam balanço insignificante (movimentos dos trabalhadores "fronteiriços", emigração para os países limítrofes da superpovoada república de El Salvador, de Haiti para a República de São Domingos etc.). Ora, se, como nos aparece verossímil, a supressão das atuais barreiras alfandegárias repercutir sôbre o fomento dêsses deslocamentos populacionais, não será possível deixar de adotar soluções análogas às vigentes na Europa, no sentido de: (a) liberalizar, nas relações mútuas, a aplicação da legislação imigratória e, ainda, da chamada "nacionalização de trabalho" (ora em vigor no Brasil, Chile, Costa Rica, México, Cuba etc.); (b) criar serviços regionais de emprêgo, extensivos a programas comuns de formação profissional; (c) equiparar os imigrantes aos trabalhadores nacionais, quanto ao tratamento dispensado por leis de trabalho, previdenciárias e assistenciais, e, enfim, (d) garantir aos migrantes a manutenção dos direitos adquiridos ou em curso de aquisição no seguro social a longo prazo, de acôrdo com a Resolução VII, adotada pela VII Conferência dos países americanos — membros da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Buenos Aires entre 10 e 21 de abril de 1961.

V

Seja como fôr, o que merece muito maior ênfase é a contribuição prestada para o progresso social, no sentido mais amplo e polivalente dessa palavra, por todos os organismos de cooperação internacional.

Ao passo que nas atividades da extinta Liga das Nações os problemas sociais representavam setor irrelevante, quase desprezível (realizações sanitárias, luta contra a prostituição e o uso de entorpecentes, tentativas, aliás, pouco bem sucedidas quanto à regulamentação da assistência aos estrangeiros indigentes etc.), merece maior destaque o impressionante acervo dos trabalhos, nesse particular, tanto da própria Organização das Nações Unidas como de seus diversos organismos especializados.

Da ação direta da ONU ressaltam subsídios valiosos para a análise, cientificamente aprofundada, das questões de dinamismos demográficos, para o aperfeiçoamento dos serviços sociais *sensu stricto*, para a expansão dos programas comunitários, assim como para o fomento das realizações atinentes à habitação popular.

A Organização Mundial de Saúde (WHO), representada neste hemisfério pela Organização Pan-Americana de Saúde (dirigida pelo médico brasileiro Marcolino Candau), empresta crescente importância à medicina terapêutica (inclusive social), sem limitação de áreas ou fronteiras nas suas atividades em prol de solução dos problemas sanitários.

A Organização Educional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), além do combate à praga do analfabetismo, atribui tratamento prioritário ao aprimoramento do ensino técnico ìntimamente entrelaçado com a formação profissional da mão-de-obra.

A Organização de Agricultura e Alimentos (FAO) ataca, ùltimamente, com o maior empenho, a questão-chave de reformas agrárias, patrocinando, ao mesmo tempo, a campanha mun-

dial contra a fome, desencadeada graças à iniciativa pessoal do (ora candidato ao Prêmio Nobel) Prof. Josué de Castro. Enfim, o Fundo de Socorro à Infância (UNICEF) proporciona à população infantil mundial, inclusive brasileira, benefícios de proveitosa assistência alimentar. Contudo, na solução da questão social contemporânea, cabe, sem dúvida alguma, papel central à Organização Internacional do Trabalho (ILO), a mais antiga de tôdas as organizações internacionais especializadas, constituída ainda em 1919, e que assumiu posição de principal organismo promotor do progresso social. Por conseguinte, não será fora de propósito analisar embora sucintamente seus traços mais marcantes, estruturais e funcionais, de vez que a influência jurídica, social e moral da OIT sôbre a elevação dos níveis de bem-estar social do mundo inteiro, porém, de modo todo particular, da América Latina, está longe de qualquer controvérsia.

VI

Qual a origem da política social internacional, cuja orientação se deve a essa organização pioneira, inspirada pelos mais respeitáveis e legítimos princípios de justiça social?

Em primeiro lugar, firmou-se, com o tempo, a opinião formulada na famosa Declaração aprovada pela sessão da Conferência Internacional de Trabalho, em 10 de maio de 1944, de que a "pobreza, onde quer que exista, constitui perigo para a prosperidade de todos". Não se considera, pois, compatível com o sentimento de responsabilidade da humanidade — apesar de tôdas as aparências superficiais, que parecem desmenti-lo —, cada vez mais coesa, solidária e unida, deixar a critério exclusivo de cada um dos países a solução da questão social que se lhes depara. Entretanto, não são apenas considerações de ordem moral e ética que servem de fundamento para êsse nôvo solidarismo social, de índole universal. Sem receio de repetir o

que ninguém mais ignora, achamos oportuno atribuir grande quinhão de responsabilidade, pela expansão do direito do trabalho internacional, a razões imperiosas de natureza econômica, que justificam o interêsse direto de certos países pelo desenvolvimento das áreas mais retardadas do mundo. Salta aos olhos o fato de que qualquer atraso social pode criar consideráveis óbices para as reformas a serem executadas nos países mais progressistas. Tal interdependência relaciona-se com as condições de concorrência comercial no mercado mundial. A exportação dos produtos de proveniência dos países mais adiantados, produtos êsses encarecidos por elevados encargos sociais, enfrenta, ali, a competição dos artigos similares de origem dos países desprovidos de tais ônus, que, por conseguinte, podem ser oferecidos em condições mais vantajosas de preços. Tal fenômeno pode até assumir, em determinadas condições, caráter de aflitivo *dumping social*. Será que, por exemplo, em virtude do cumprimento de grandes reformas rurais, iniciadas pelo Estatuto do Trabalhador Rural (obra pessoal do Deputado Fernando Ferrari, falecido recentemente), não enfrentaremos tal risco pela primeira vez, na exportação dos produtos tradicionais da lavoura tropical brasileira? Os agudos conflitos sociais, acompanhados por fortes tensões e sentimentos de mal-estar social, tendem a transbordar para o terreno internacional, podendo afetar a colaboração pacífica entre os países da coletividade mundial. A tais conseqüências perturbadoras é que se refere o Preâmbulo da constituição da OIT ao salientar que "condições de trabalho que implicam, para com um grande número de pessoas, injustiça, miséria e privações, engendram tal descontentamento que ameaçam a paz e a harmonia universais".

São estas, em resumo, as bases filosóficas da OIT, composta de três órgãos principais: 1) a Conferência Internacional do Trabalho (parlamento mundial de trabalho, com atribuições normativas); 2) o Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho (entidade central, com podêres paragovernamentais) e 3) a referida Repartição Funcional do Tra-

balho (BIT), secretaria técnica e administrativa — uma espécie de ministério internacional de trabalho. Como é notório, o traço mais marcante e original da estrutura organizacional da OIT é seu caráter tripartidário, relacionado com a participação (em pé de igualdade, embora sem proporção partidária, em seus órgãos representativos), ao lado dos delegados governamentais, dos porta-vozes da classe trabalhadora e patronal. Tal fórmula proporciona à OIT vantagens óbvias e evidentes, garantindo a sua ligação íntima com as duas principais classes sociais, interessadas na sua operação; apenas cria inevitáveis dificuldades constitucionais ao enquadramento nesses moldes da representação dos países do grupo socialista, cuja organização estatal não se coaduna com a existência daqueles *dois grupos classistas, autônomos e independentes*.

Quais são os principais instrumentos de ação da OIT? O primeiro, e no passado quase exclusivo, constitui a chamada legislação internacional de trabalho, consubstanciada no Código Internacional de Trabalho, e que abrange as convenções internacionais de trabalho (118 adotadas até 1963) e recomendações de valor mais moral do que jurídico (117 aprovadas até esta data). A vigência das convenções que estabelecem normas mínimas de proteção social depende, porém, da ratificação dessas "leis internacionais" pelo poder legislativo dos países-membros. Ora, o número de ratificações nacionais das contenções adotadas por 47 sessões da Conferência não ultrapassa por enquanto a casa dos 2 500, sendo que, por outro lado, deixa ainda um tanto a desejar a aplicação rigorosa dos compromissos assim livremente assumidos; o mecanismo, refinado e complexo, composto por órgãos da mais variada natureza, encarregados pela Carta da OIT de velar pela aplicação dêsses atos de direitos internacionais, é, salvo uma Comissão *ad hoc*, ineficiente, e, pois, devido às dificuldades provenientes da intransigente defesa da soberania nacional. Mesmo assim, dificilmente poder-se-ia negar o enorme impacto exercido pela legislação internacional de trabalho sôbre a expansão quantitativa e a orien-

tação aprimorada da política social dos países-membros, espalhados por tôdas as partes do mundo.

Com o correr do tempo, as atividades da OIT se desdobraram em vários e igualmente importantes meios de ação, entre os quais se destacam os serviços de assistência técnica, prestados pela OIT aos países em pleno processo de desenvolvimento, que, seja a "comum", a "ampliada" e a custeada pelo Fundo Especial das Nações Unidas, beneficia, particularmente, programas que visam a organização da mão-de-obra, a produtividade, o fomento de pequenas indústrias e de artesanato, a seguridade social e as condições e administração de temporânea.

Abordamos assim, de passagem, o setor de assistência técnica internacional, que, ultrapassando a órbita jurisdicional da OIT, constitui a mais benéfica e salutar inovação das atividades internacionais no período pós-bélico. Isso junto com o simultâneo incremento dos planos assistenciais, de âmbito nacional (por exemplo ampliados, cada vez mais, nos Estados Unidos, muito além de modesto e despretensioso início pelo Ponto IV, lançado pelo Presidente Truman), constitui um dos maiores subsídios para o progresso, em particular o social, das regiões atrasadas do nosso planêta.

Em suma, sem a contribuição efetiva, diversificada e flexível da OIT, cuja exposição mais detalhada excederia os limites restritos dêste artigo, não se poderiam, em hipótese alguma, explicar as dinâmicas realizações da política social contrabalho.

O panorama geral daquilo tudo que denominamos de política social internacional seria ainda incompleto, se não tornássemos bem patente a posição de destaque, conquistada, no plano mundial, pelo movimento sindicalista da classe trabalhadora.

As três grandes centrais sindicalistas: (1) a Federação Mundial de Sindicatos, constituída em 1945, atualmente de

orientação comunista com co-participação preponderante dos sindicatos (*profusojuz*) soviéticos (na realidade, instrumentos do capitalismo estatal), (2) a Confederação Internacional de Sindicatos Livres, criada em 1949 (mediante sucessão da FMS), de ideologia democrática (representada na América Latina pela ORIT) e (3) a Internacional cristã, organizada em 1922, transformaram-se em grandes entidades promotoras da emancipação da classe trabalhadora. Desempenham grande papel na vida internacional. O princípio de irrestrita liberdade sindical, internacionalmente sancionado e observado religiosamente pela OIT, assumiu caráter axiomático, possibilitando a defesa eficaz dos interêsses do trabalho assalariado pelas suas próprias e independentes organizações profissionais.

Não tentamos sequer esboçar, nessa altura, a relação das demais entidades livres, voluntárias e particulares, dedicadas, sob os mais vários ângulos, às realizações político-sociais, cuja rêde cresce, ainda sempre como cogumelos depois da chuva.

O mundo evolui, visìvelmente, rumo ao desdobramento da sua organização coletiva, mediante criação de grandes organismos de cooperação regional.

O primeiro dêles foi o pan-americano, e o último, o africano. Com antecedentes históricos bem remotos, que remontam à primeira conferência interamericana, convocada, ainda, em 1826, por Simón Bolívar, e, quanto à fase organizacional mais adiantada, à *Conferência Internacional Americana*, de 1890, que constituiu a União Pan-Americana, evoluiu, todavia muito pouco, no referente à abordagem pragmática dos problemas de desenvolvimento econômico e social da América Latina. Passou por períodos consecutivos de (a) progressiva unificação hemisférica, *obra de oito Conferências internacionais americanas* (1890-1948) e de (b) integração mais avançada regional, sobretudo pela criação, na 9.ª Conferência realizada em abril de 1948 em Bogotá, da Organização dos Estados Americanos. Entre as diretrizes dessa organização figuram "a justiça e a seguridade social" e "*a cooperação para o bem-estar comum dos povos do*

continente". Mesmo assim, também nessa segunda etapa (1948-1959), as atividades da OEA continuavam quase exclusivamente relacionadas com os aspectos diplomáticos, jurídicos, políticos e formais das relações interamericanas. Entre alguns setores isolados de índole social nesse referido período, mereceram um pouco de atenção por parte da OEA: cooperativismo, habitação popular, planejamento urbano, serviço social e, até certo ponto, seguro social. Entretanto, no tocante a êste último problema, as atividades da União Pan-Americana, que passou a constituir a secretaria da OEA, não alcançaram maior vulto, eis que enfrentavam o risco de entrar em choque com o campo operacional de várias organizações especializadas nessa matéria (Associação Internacional de Seguridade Social, ligada a OIT, Comitê Permanente Interamericano de Seguridade Social, sediado no México, e Organização Ibero-Americana de Seguridade Social, com sede em Madri). Contràriamente à resolução n.º XXIII, aprovada pela 7.ª Conferência (Montevidéu, 3-26 de dezembro de 1933), não foi criado o Instituto Interamericano de Trabalho.

O que inaugurou a terceira e atual fase da vida da OEA, a de pan-americanismo construtivo (1958-1963), foram dois programas de maior alcance e envergadura: (a) a Operação Pan-Americana (OPA), lançada pelo Presidente Juscelino Kubitschek em 28 de maio de 1958 e (b) o programa de Aliança para o Progresso, proclamado pelo Presidente John Kennedy em 14 de março de 1961.

Parece-nos desnecessário submeter à análise o primeiro dêsses dois programas, cuja ênfase estava deslocada para providências destinadas a facultar o desenvolvimento, amplo e acelerado, da economia regional da América Latina. Muito pelo contrário, para fins desta exposição, torna-se imprescindível examinar, com maior atenção e com espírito de absoluta isenção, o segundo, que, na idéia de seu autor, devia abrir novas e promissoras perspectivas para o progresso social desta parte do continente americano. Não se pode evitar tal reavaliação da essência da Aliança para o Progresso, também em virtude

da freqüente interpretação, equivocada e errônea, dêsse programa, tornando-se, pois, imperioso seu reexame, aprofundado e criterioso, com distribuição eqüitativa de suas luzes e sombras.

Podemos, razoàvelmente, pressupor o conhecimento geral do conteúdo essencial da Carta de Punta del Este, que aprovou, em 16 de agôsto de 1961, o referido programa, determinando diretrizes do futuro esfôrço comum e cooperativo em prol do progresso da América Latina. Ninguém também ignora que (a) aos Estados Unidos além de outras fontes externas — deve caber a responsabilidade pela contribuição a esta região do capital de 20 bilhões de dólares, nos próximos dez anos, e (b) às repúblicas latino-americanas ao lado de "auto-auxílio" — a tarefa de proceder ao planejamento de seu desenvolvimento e de cumprir amplas reformas de suas estruturas deficientes e obsoletas. São bastante conhecidas suas principais metas, definidas, talvez, de modo pouco realista e excessivamente otimista: taxa de crescimento econômico *per capita,* que não deverá ser inferior a 2,5% anuais.

A Aliança, em tese, não descuida de elementos econômicos dos processos desenvolvimentistas, contudo, dá ênfase tôda particular a determinados aspectos, suposta ou realmente, sociais da evolução da América Latina; preconiza, com efeito, "a distribuição mais eqüitativa da renda nacional" e "a elevação mais acelerada dos padrões de vida das classes mais pobres da população".

Como é que podemos explicar tal reorientação interessante dos programas pan-americanistas? Não é paradoxal e curioso o fato de que os Estados Unidos, país, afinal de contas, de democracia social cautelosa e moderada, deliberar, assim, "exportar" para as Américas "ao Sul do Rio Grande" princípios, dinâmicos e radicais, de política social, aparentemente socialista ou, pelo menos, socializante?

Seria ingenuidade imperdoável atribuí-lo ao impacto meramente acadêmico e simplesmente idealista da filosofia do atual Govêrno estadunidense.

Procurando dissecar, cuidadosamente, a origem pragmática dessa surpreendente reviravolta, não podemos deixar de distinguir, rigorosamente, por um lado, as razões nìtidamente políticas e os raciocínios de natureza econômico-social, por outra parte.

A democracia norte-americana sente-se, incontestàvelmente, ameaçada na região, que considera, com ou sem razão, a sua natural zona de influência, pelo regime fidel-castrista, que desencadeou poderosa ofensiva ideológica social-revolucionária, dirigida a todos os países latino-americanos. Ora, a Aliança, constituindo, implìcitamente, operação estratégica defensiva contra o comunismo cubano, teve que atacar, principalmente, a "frente social", objeto direto da agressão doutrinária de Havana. Tal reajustamento da política continental de Washington teve, simultâneamente, por escopo reabilitar a posição moral dos Estados Unidos, país encarado, com freqüência, como baluarte do capitalismo, voraz e explorador, particularmente na América Latina, que envereda rumo ao sistema econômico-social um tanto afastado do sistema ortodoxo de livre empreendimento.

Encarado sob êsse prisma, o nôvo programa social, de inconteste inspiração norte-americana, não passaria, assim, surpreendentemente, de instrumento a serviço da política estrangeira do país, responsável pelo seu lançamento.

Entretanto, como se depreende da abundante documentação, oficial, oficiosa e privada, acumulada nesse particular, não faltavam, por sua vez, na conceituação do referido programa, algumas razões objetivas, aliás muito convincentes, relacionadas com o diagnóstico da atual crise latino-americana.

Costumava-se pôr em relêvo que a concentração da riqueza do solo e de capital em mãos de uma pequena minoria privilegiada, com exclusão de seu gôzo da maioria esmagadora das classes populares, atingiu tal grau crítico que pode levar, um dia, à explosão catastrófica. Surgem, desde já, sintomas de latente revolução social, cuja conflagração poderia paralisar o progresso hemisférico. Não é, pois, possível esperar, passiva-

mente, os resultados, sempre incertos e, de qualquer modo, remotos, da expansão econômica, na esperança vã e ilusória que levaria à melhor distribuição de seus frutos ao trabalho, rural e urbano. Nada comprova, aliás, sob o prisma da experiência do passado ciclo de relativa prosperidade atingida, por exemplo, na primeira década de pós-guerra — que o progresso econômico repercutiria, automàticamente, como é de se desejar, sôbre a repartição mais eqüitativa da renda nacional. Várias deficiências da estrutura social agem, por seu turno, como fator obstaculizador no caminho rumo ao desenvolvimento econômico, como seja a insuportável estreiteza do mercado de consumo popular, que resulta, particularmente, da proletarização das massas rurais. Nessas condições, torna-se imperioso corrigir com urgência, mediante uma série de grandes reformas de base, os mais nevrálgicos aspectos de injustiça social.

Cumpre examinar o modo em que essas idéias encontraram reflexo na programação do progresso social, dentro da Aliança. O que a Carta de Punta del Este preconiza é (a) impulsionar "programas de reforma agrária integral", encaminhada "à efetiva transformação, onde fôr necessária, das estruturas e dos injustos sistemas de posse e uso da terra", (b) "eliminar o analfabetismo entre os adultos" e "garantir um mínimo de seis anos de instrução primária à tôda criança até 1970, (c) aumentar, em um mínimo de cinco anos, a esperança de vida ao nascer" e "fornecer água potável e esgotos, no próximo decênio, a 70% da população urbana e 50% da rural, no mínimo", assim como (d) "aumentar a construção de moradias econômicas para famílias de baixo nível de rendas". Eis tudo, nada menos, porém também nada mais.

VII

É difícil negar a justificativa do tratamento preferencial, concedido aos aspectos rurais, educacionais e higiênicos, sendo que apenas desperta certas dúvidas a consecução de algumas

das metas sociais acima apontadas. Entretanto, não pode passar despercebida a pouca atenção dada para as realizações institucionais da política social, tanto rural quanto urbana, com descuido completo no que diz respeito à questão aflitiva do aumento populacional. Assim, salvo a posição prioritária, atribuída às reformas redistributivas rurais, o programa da Aliança reveste-se, na realidade, de caráter meramente assistencial, deixando de lado tôdas e quaisquer facêtas de construtivo reformismo social. *Ao sindicalismo operário, estadunidense* e latino-americano, não foi reservado no mecanismo dêsse programa lugar que, decerto, merece. Na última reunião dos ministros de trabalho americanos, realizada em Bogotá em maio de 1963, foram formuladas várias restrições contra tais e outras lacunas da Aliança.

Tal atitude não se explica pelo fato de alguns problemas dessa índole terem constituído objeto de resoluções, aliás pouco expressivas e incompletas, aprovadas pela III Sessão do Comité dos "21" em Bogotá, no dia 1.º de setembro de 1960. Convém ressaltar, de passagem, que as iniciativas da OEA, atinentes a essa matéria, iniciadas por dois Seminários, um tratando da produção (México, 18-22 de abril de 1960) e outro das relações obreiro-patronais (Bogotá, 9-15 de maio de 1960), não tiveram qualquer êxito palpável. Se se levantam dúvidas, com freqüência bem fundamentadas, quanto ao rendimento econômico da Aliança, não podemos aceitar, em compensação, a sua dogmática validade social — a não ser com relação a alguns escassos e isolados setores de assistência, que, na realidade, não tocam ao cerne do problema social da América Latina.

Os claros acima aludidos levaram à imprevista reação hostil à Aliança na região beneficiada por êsse programa. Acontece com efeito que se encontrou aqui, por assim dizer, entre dois fogos, agredida, simultâneamente, não sòmente por grupos das classes econômicas dirigentes, latifundiários e burgueses, como também, às vêzes, pelas fôrças populares, que não encontram na Carta de Punta del Este qualquer vestígio de suas principais reivindicações e aspirações emancipadoras.

Seria, com certeza, um tanto prematuro, uma vez decorrido apenas o prazo bienal de sua vigência, procurar determinar o balanço final da Aliança. Se, por enquanto, demonstra alguns resultados positivos e vários negativos, a culpa por suas indubitáveis deficiências cabe, numa proporção que escapa a qualquer cômputo exato e mensurável, a ambas as grandes partes contratantes; tanto às hesitações, recuos e delongas dos Podêres Legislativo e Executivo norte-americanos assim como ao estancamento do fluxo do capital investidor privado para o Sul quanto ao acervo insatisfatório do planejamento latino-americano (planos nacionais, elaborados apenas no Brasil, Bolívia, Colômbia, Chile e Venezuela) e, ainda mais, ao lamentável atraso que acusam nesta região reformas agrárias, tributárias etc.

Nada justifica, porém, quer nos parecer, sentimentos de frustração, desânimo e desconfiança, quanto ao porvir dêsse programa, que, devidamente ampliado, revitalizado e readaptado às reais necessidades desta região, constituirá, afinal de contas, a última esperança da América Latina, ora em plena crise, política, econômica e social.

Na órbita da política econômica e social interamericana, inspirada pela Aliança, existe atualmente o trinômio, integrado por três órgãos, que mencionamos, em ordem decrescente da sua eficiência operacional: (a) Banco Interamericano de Desenvolvimento, dirigido pelo economista Felipe Herrera; (b) a Comissão Econômica para a América Latina das NN UU (CEPAL), dirigida, até há pouco, pelo eminente cientista argentino Raúl Prebisch, e (c) a OEA (de que é Secretário-Geral o diplomata uruguaio José Mora), em cuja Secretaria (UPA) foi criada a Divisão de Assuntos Sociais, entregue ao antropólogo mexicano Angel Palerm.

A CEPAL, apesar de concentrar as suas atividades em estudos e realizações de natureza econômica, criou, na base da Resolução n.º 149, aprovada pela VIII Sessão dessa Comissão, realizada em Panamá em 1958, o grupo interorganizacional, de-

dicado a estudo de mão-de-obra qualificada, procurando equacionar o referido problema, que é um dos mais dolorosos pontos de estrangulamento no progresso equilibrado econômico-social. Entre parêntesis cumpre adiantar que, quanto à formação profissional e aprendizagem, o Brasil desempenha papel precursor, merecedor de maior destaque. Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, constituídos em 1942, no que diz respeito ao SENAI, e em 1944, no tocante ao SENAC, serviram, com efeito, de modêlo para reformas congêneres, levadas a efeito na Colômbia (SENA de 1957), na Venezuela (INCE de 1959), no Peru (SENATI de 1961) e em vários outros países desta região. Convém ainda salientar os interessantes estudos demográficos publicados pelo Centro de Investigações e Treinamentos Demográficos (CELADE), ligado à CEPAL.

Finalizando, achamos oportuno ressaltar os serviços relevantes prestados à América Latina por várias conferências regionais e seminários, organizados por iniciativas conjunta de todos os organismos de colaboração internacional e interamericana. Nessa ordem de idéias, cumpre mencionar, por exemplo, o Seminário Sôbre Problemas de Urbanização na América Latina (6-18 de julho de 1959, em Santiago do Chile) e a Conferência Sôbre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social (realizada na mesma capital de 5 a 19 de março de 1962).

Não cometeremos exagêro algum ao afirmar que a América Latina, quase tôda, atravessa, em 1963, a fase mais crítica da sua história multissecular. Seria ocioso procurar determinar, em têrmos comparativos, o alcance da sua crise econômica e social. As mudanças que se operam nela com velocidade alucinante descarregaram fôrças que é cada vez mais difícil dominar e controlar. Saiu do longo período de estagnação colonial e post-colonial, entrando num período de alterações bruscas e precipitadas, que afetam, sobretudo, seu panorama social. As massas da população latino-americana, no passado apáticas e indiferentes, conformadas com a sua precária posição econômico-social, despertaram, de repente, de seu sono, buscando atualmente atingir, com todos os meios a seu alcance, níveis de exis-

tência humana e decente. Vários obstáculos à mobilidade social vertical, particularmente fortes na zona rural, condicionaram movimentos de migração interna de proporção ignorada alhures e que, em seu cerne, significam protesto veemente, embora silencioso, contra as condições estacionárias do campo. A urbanização, caótica e anárquica, que se efetua, nessas condições, cria tôda uma série de graves problemas para as áreas de emigração, as de imigração e para os próprios migrantes. O aumento populacional, que no último período intercensitário (1950-1960) atingiu dinamismo desconhecido em quaisquer outras regiões, cria, por seu turno, os maiores entraves ao progresso da América Latina, pois as taxas de incremento demográfico já quase igualam os coeficientes de elevação da renda nacional *per capita*. A ascensão social das classes populares, econômicamente débeis e socialmente dependentes, exige novos e gigantescos esforços da política social, cuja reformulação tem que ser enquadrada em obras de planejamento plurianual. Ora, por enquanto, vários planos nacionais, como seja mesmo o excelente Plano Trienal Brasileiro, de fins de 1962, não abrangem ainda, integralmente, as realizações político-sociais, limitados, como estão, ao fomento da expansão econômica.

Não nos parece justo pintar o quadro do cenário social da América Latina com côres excessivamente negras. Processa-se aqui, paulatinamente, ampla estratificação das sociedades. A industrialização criou a classe de operariado industrial e de classe média assalariada, cujos rendimentos ultrapassam consideràvelmente os dos rurais. A enorme expansão da legislação trabalhista e social melhorou por seu turno, sensìvelmente, a situação da classe trabalhadora urbana. E, enfim, os progressos da medicina sanitária redundaram na diminuição dos índices de mortalidade infantil, com prorrogação da duração média de vida humana.

Contudo, tôdas essas conquistas de bem-estar social exercem muito pouca ou nenhuma influência sôbre as condições de existência subumana na zona rural, em que vivem ainda mais de 55% da população latino-americana. E, por sua vez, a ga-

lopante inflação, através de seu impacto corrosivo sôbre o valor real de tôdas as rendas fixas (salários e benefícios sociais), agrava a posição das classes assalariadas.

Não nos iludamos pois: não conseguiremos resolver satisfatòriamente todos êsses e ainda vários outros aspectos alarmantes da questão social, a não ser mediante conjugação harmônica e solidária das obras da política social nacional, interamericana e internacional.

* * *

INTERNATIONALIZATION OF SOCIAL POLICY

Here, Mr. Estanislau Fischlowitz, a Brazilian professor of Political Social Science at the Catholic University of Rio de Janeiro, sustains that the social policy, formerly considered at national level, has gained, in these days, a regional and international amplitude. He reminds us that, in the period that followed the Second World War, the social question had been taken for a settled matter, as a consequence of a apparently successful social policy at that time. In the last decade, however, a new wave of social tension has come up and two main factors are referred to by him as a major cause of this phenomenon: first, the growing increase of technological unemployment in the developed countries; second, the so-called demographic explosion in the less developed countries, which threatens to nullify economic progress and to keep *per capita* incomes low. The author adds that, besides these two factors, another one deserves to be underlined: the conscience that the poor segments of the population begin to have of their problems, misery and malnutrition, coupled with the activities of various largely accepted political currents with program of social objectives and of international implications. As a trend in the opposite direction — that is, a factor that appeases social tension — he mentions the legal regulamention of the migration problem, resulting from the strong decline, in these last eighteen years, of inter-continental migratory movements, which have contributed so much, in the past, to the great development of the social international law. A series of reasons, according to Mr. Fischlowitz, explains the migratory decline: a) — the prosperity of the European Common Market countries; b) — inexistence of immigration from the socialist bloc where it has been prohibited; c) — the new legislation that have come into effect in countries traditionally liberal in their immigratory policies. He further argues that the social policy has gained a regional and international dimension, what is mainly an outcome of efforts made by international organisms, the United Nations, through its specialized commission, having played

an important role, in this respect. Next, the author comments on the contribution to the social policy of the world movement of the labor force, with special reference to the three more howerful centers of the mentioned movement: World Federation of Syndicates, a communist-inspired movement; the International Confederation of Free Syndicates and the Christian International. Mr. Fischlowitz then goes into a concise critical appraisal of the Inter-American cooperation, from the social policy standpoint and states that, no positive result can be registered, in this connection, until the launching of Pan America Operation and the Aliance for Progress; otherwise, he gives much credit to a possible success of the latter, but only after being submitted to an adaptation revision. In concluding, he affirms that the social question will find no adequate solution unless there can be a coordination of the policies adopted at national, regional and international levels.

INTERNATIONALISATION DE LA POLITIQUE SOCIALE

Ici, M. Estanislau Fischlowitz, professeur brésilien de Science Social Politique à l'Université Catholique du Rio de Janeiro, soutient que la politique sociale qui était auparavant de niveau national, a gagné de nos jours une étendue régionale et internationale. Il nous rappelle que, pendant la période qui s'est suivi à la Seconde Guerre Mondiale, la question sociale avait été considérée comme un sujet résolu, en conséquence d'une politique sociale apparemment de succès, à cette époque-là. Dans cette dernière décade, pourtant, il a surgi un flot de tension sociale, et deux motifs sont montrés par lui comme la cause principale du phénomène: d'abord, la croissante augmentation du châmage technologique dans les pays développés; après, l'explosion démographique dans les pays moins développés, qui ménace anéantir le progrès économique et soutenir basse la rente *per capita*. L'auteur ajoute que, outre ces deux facteurs, un autre mérite être souligné: la conscience que les couches pauvres de la population commencent à avoir de leurs problèmes, de leur misère et dénutrition, ce qui se fait accompagner des activités de plusieurs courants politiques, de grand pouvoir d'attraction avec des programmes d'objectifs sociaux et implications internationales. Avec une tendance dans la direction opposée — c'est a dire, un facteur qui diminue la tension sociale — il mentionne la régulamentation légale du problème migratoire, lequel résulte du fort déclin, dans ces derniers dix-huit ans, des mouvements migratoires intercontinentaux, lesquels ont contribué beaucoup, dans le passé, pour le remarquable développement du droit international social. Une série de raisons d'accord avec. M. Fischlowitz, explique le déclin migratoire: a) la prospérité des pays du Marché Commun Européen; b) inexistance d'imigration du bloc Socialiste où elle a été interdite; c) les nouvelles législations qui sont entrées en vigueur dans les pays traditionellement libéraux en matière de politique imigratoire. Ensuite

il observe que si la politique sociale a gagné une nouvelle dimension régionale et internationale, cela se doit principalement aux efforts développés par les organismes internationaux, ayant les Nations Unies, à travers ses commissions spécialisées, representée un rôle important à ce rapport. Ensuite l'auteur commente la contribution de la politique sociale du mouvement mondiale de la force travailleuse, avec un spécial rapport aux trois puissants centres du mentionné mouvement: Fédération Mondiale des Syndicats, un mouvement d'inspiration communiste; la Confédération Internationale des Syndicats Libres et l'International Chrétienne. M. Fischlowitz va faire, alors, une rapide analyse critique de la coopération interaméricaine, du point de vue de la politique sociale et déclare que, à ce rapport, on ne peut enregistrer aucun résultat positif, jusqu'au lancement de l'Opération Pan-Américaine et de l'Alliance pour le Progrès; d'ailleurs, il se montre optimiste quant au possible succès de la dernière, mais seulement après subir une révision d'adaptation. En finissant, il affirme que la question sociale ne trouvera aucune solution adéquate s'il n'y a pas une coordination des politiques adoptées dans les niveaux nationaux, régioneux et internationaux.

A ECONOMIA INTERNACIONAL NO SÉCULO XX

José Maria Gouveia Vieira

A característica da economia mundial, nos dias que correm, é o contrôle nacional ou internacional, tanto sôbre o comércio como sôbre o movimento de capitais entre os diversos países. No primeiro caso, temos a concorrência entre os diversos países; no segundo, a cooperação internacional. Dentre os contrôles nacionais, será suficiente mencionar entre outros, as tarifas alfandegárias, o contrôle das importações, o sistema de taxas cambiais múltiplas e as limitações impostas à remessa de lucros. Nada mais fácil que vislumbrar a cooperação internacional em tratados como os que criaram o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, a União Européia de Pagamentos, assim como o Acôrdo Geral sôbre o Comércio e Tarifas conhecido pela sigla GATT.

É verdade que, algumas vêzes, o contrôle resulta de uma cooperação de alguns grupos, apenas, como acontece, por exemplo, com o Acôrdo Internacional do Café, o Acôrdo Internacional do Trigo, o Acôrdo Internacional do Estanho, o Mercado Comum Europeu, a ALALC etc.

Por outro lado, ninguém ignora que, no século passado e primeiras décadas do nosso, o comércio internacional, sob a égide da liberdade, resultou em que os investimentos privados alcançassem a cifra recorde de 40 milhões de dólares. Por que razão, hoje se suprime tal liberdade? Acaso somos menos inclinados a expandir as relações comerciais internacionais que nossos antepassados? Por ventura somos menos conhecedores da ciência econômica? Cumpre que voltemos às práticas do pas-

sado? Ou os contrôle devem ser mantidos e até mesmo aprimorados?

Na realidade, os antagonismos entre os não ortodoxos e partidários da liberdade de comércio são mais aparentes que reais. Em outras palavras, os princípios da economia internacional moderna não são contrários aos admitidos pelos clássicos. As circunstâncias é que mudaram. O homem moderno é, por exemplo, muito mais avançado sociológica e pòliticamente que o do século XIX. A fome existente no mundo preocupa-nos, hoje, o que não ocorria, no século passado.

Temos plena consciência que um mundo onde há, ao mesmo tempo, excessos de alimentos, que não podem ser vendidos, e uma grande mortandade causada pela fome não pode deixar de estar errado. Aprendemos a lição ministrada por Lorde Keynes que diz que não há excesso de produção mas insuficiência de poder de compra gerada pelo desemprêgo ou subemprego.

A Conferência de *Bretton Woods*, realizada em 1944, que preparou os estatutos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, recomendou a seus participantes que procurassem acordar em Tratados tendentes a promover um comércio mùtuamente vantajoso. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas convocou, em 1946, uma Conferência Internacional sôbre o Comércio e o Emprêgo. As reuniões subseqüentes em Londres, Genebra e Havana culminaram com uma proposta para a assinatura de um acôrdo que instituisse uma Organização Internacional do Comércio. Infelizmente a Carta desta Organização, não obstante ter contado com a aprovação de 53 países-membros não obteve o número de assinaturas indispensáveis à sua aprovação. O capítulo VI desta Carta, referente aos Acôrdos intergovernamentais sôbre mercadorias, dispõe, expressamente, que sejam negociados acôrdos, não necessàriamente temporários, para o contrôle de preços e produção.

As letras *a* e *b* do artigo 62 dêste capítulo merecem ser transcritas, pois expõem, claramente, o ponto de vista da teoria econômica moderna.

"Há, ou se espera que haja, uma superprodução danosa de produtos primários em vários países. Esta situação, na falta de um contrôle governamental, causará sérios prejuízos aos produtores, entre os quais se encontram pequenas emprêsas que contribuem, com uma parcela substancial, para a produção agregada, porquanto êste estado de coisas não será corrigido pelas fôrças normais do mercado em tempo de prevenir êstes distúrbios, visto como, notadamente no que toca aos produtos primários, uma brusca redução dos preços não tem, por conseqüência imediata, um aumento significativo dos consumos ou uma retração significativa da oferta.

Há, ou se espera que haja, um subemprego ou desemprêgo em várias regiões que se dedicam à produção de bens primários que, na falta de um contrôle governamental, não será corrigido pelas fôrças normais do mercado em tempo de prevenir um sacrifício indevido aos trabalhadores, visto como, notadamente no caso da produção industrial, uma brusca redução do preço não terá, por conseqüência imediata, um aumento significativo do consumo senão uma queda do nível de emprêgo, tanto mais quanto nas áreas em que se produzem tais bens não há outras alternativas de emprêgo para a mão-de-obra em questão."

A rigor, não há, entre estas afirmativas e a lição dos economistas do século passado, os marginalistas, nenhuma contradição. Diziam êstes que a elasticidade media-se num ponto da curva da procura ou oferta. Usavam para tal do conceito matemático da derivada que, sabe-se, varia de ponto para ponto.

Os teóricos clássicos do comércio internacional estribavam-se na hipótese de que a concorrência nos mercados tornaria tanto a oferta como a procura elásticas. A hipótese foi, acaso, verdadeira, no século passado, quando o volume do consumo e produção internacionais eram de menor vulto. Hoje em dia, porém, estando as curvas em outro ponto inexiste tal elasticidade, o que dá razão aos redatores da Carta da Organização Internacional do Comércio.

Falhando a aprovação desta, não existe, ainda, uma Organização Internacional para o Comércio, estando êste sujeito a alguns acôrdos parciais. No entanto, êstes instrumentos não terão maiores resultados práticos se não forem assinados pelos Estados Unidos. É que, como no caso, por exemplo, do Acôrdo Internacional do Café, se uma das partes contratantes infringir qualquer cláusula atinente ao contrôle da produção ou à fixação de preços mínimos a sanção deve ser-lhe imposta pelo importador. Como o grande importador, na maioria dos casos, são os Estados Unidos, a cooperação dêle torna-se indispensável. Todavia, a posição dos Estados Unidos da América do Norte, no que concerne à estabilização de preços, não é fácil de prever. Isto porque, grande exportador de algodão, fumo e trigo é, concomitantemente, o maior importador de café, cacau, borracha natural e estanho. Ademais, é grande importador e exportador de cobre, zinco e lã. Sendo os seus interêsses tão diversificados faz-se difícil prever se a estabilização dos preços internacionais favorecer-lhes-á ou não. A *President's Materials Policy Commission*, como se vê no 1.º volume do *Paley Report* (Government Printing Office — junho de 1952) às páginas 17 e 18, mantém o seguinte ponto de vista: "dá uma combinação de incentivos e descoroçoamentos que faz com que as firmas ou consumidores invistam ou não, aumentem ou diminuam a produção, dirijam esforços tecnológicos, substituam os fatôres de produção etc. Efetivamente, é êste sistema o responsável pelas decisões de milhares de pessoas e que lhes fornece um grande incentivo à eficiência. De um modo geral, suas conseqüências são boas, sob o ponto de vista da coletividade, conquanto nem sempre sejam perfeitas".

Já no volume I, reconhece às páginas 86 que "as soluções para o problema da instabilidade dos preços dos bens primários devem ser encontradas mediante acôrdos internacionais em que os Estados Unidos devem assumir uma posição de liderança".

Não obstante, salvo no caso de açúcar, os Estados Unidos não têm sido simpáticos a acôrdos atinentes a estabilização de

preços de bens de que sejam grandes importadores. O Acôrdo Internacional do Estanho, que entrou em vigor em maio de 1956, com a última ratificação, a da Indonésia, não obteve o voto americano, embora contasse com sua boa-vontade. No que concerne ao café, o Vice-Secretário de Estado para os negócios latino-americanos afirmava, em 1958, que uma indústria cafeeira sólida e expansionista era de importância, tanto para os Estados Unidos, como para os países produtores, mas que a situação não era de molde a aconselhar o abandono no princípio geral adotado, há longos anos, pelos Estados Unidos de que os problemas comerciais devem interessar aos comerciantes, confiando-se nas fôrças tradicionais do mercado para a correção de qualquer desequilíbrio que, por acaso, ocorra entre a oferta e a procura.

Tal atitude não agrada, evidentemente, aos países latino-americanos, principalmente porque sofre exceções. O Brasil, por exemplo, não consegue compreender porque os Estados Unidos acreditam no sistema de preços livres em relação ao café e ao mesmo tempo sustentam os preços internos do algodão, uma das grandes exportações brasileiras. Nem a Venezuela aceita que a América do Norte seja inteiramente fiel ao sistema de livre emprêsa, quando limita as importações de petróleo venezuelano. Parece que, hoje em dia, dados os volumes de produção atingidos, ninguém mais acredita que o sistema de preços por si só possa equilibrar o consumo com a produção. Mas os países importadores tendem a ser contra a estabilização de preços, uma vez que ela obrigá-los-á a comprar por preços mais altos. A cooperação internacional muito tem, ainda, que fazer neste sentido a fim de que os interêsses nacionais cedam perante os internacionais. A propósito, cumpre mencionar que as matérias-primas e produtos primários, quando sujeitos a ofertas e procuras inelásticas, nunca estiveram em regime de livre concorrência. Ao revés, tiveram, sempre, a concorrência disciplinada por acôrdos interempresariais formadores de cartéis internacionais como o de 1928 referente ao petróleo. É evidente, pois, que urge que sejam objetos de acôrdos entre governos

em que os interêsses mútuos do produtor e consumidor sejam protegidos.

Por mais importante que seja a estabilização dos preços dos produtos primários, deve-se convir que o problema relativo aos investimentos internacionais apresenta maior interêsse. Também, neste ponto, o comércio internacional do nosso século diverge, por completo, do clássico.

Podemos remontar, nesta questão, ao tratado de paz celebrado entre a França e a Prússia em 1871. Não que o pagamento da indenização impôsto à França tenha tido algum efeito imprevisto. O efeito imprevisto e que tanto contribuiu para o desenvolvimento de novas teorias concernentes ao comércio internacional foi o da indenização imposta à Alemanha pelo Tratado de Versalhes em 1919. Êste que gerou a famosa controvérsia em que tomaram parte Lorde Keynes, Ohlin e a maioria dos grandes economistas europeus e americanos. Mas a indenização francesa, em virtude mesmo de não ter tido os efeitos da de 1919, ganha importância porque serve para que contrastemos as circunstâncias vigentes em 1871 com as que ocorreram depois da 1.ª Guerra Mundial.

Sem embargo de a teoria moderna da renda não mais considerar o pagamento de indenizações como transferência de capital de um país para outro, pois como são não-recorrentes podem ser consideradas como transferências de capital no sentido em que as economias devem ajustar-se a elas e, posteriormente, prescindir delas. Não são, por exemplo, como a remessa de dividendos, que se repetem de ano para ano. É por esta razão que a indenização imposta a Alemanha teve tão grande influência no pensamento econômico moderno concernente ao comércio internacional. Para obter capital sem efetuar poupanças, como é o caso das regiões subdesenvolvidas, que necessitam investir além da sua produção, é de mister obter um empréstimo. No entanto, um país sòmente obtém capital estrangeiro, no sentido real da palavra, quando recebe mercadorias ou serviços em quantidade superior à que exporta. Por outro lado, um país só empresta a outro quando produz mais do que conso-

me e investe, em seu território. A ajuda estrangeira, pois, consiste, em exportar a um país mais do que importa dêle.

Vejamos, pois, como se deu a transferência real, vale dizer a transferência de bens e serviços da França, para a Alemanha, quando, em conseqüência da guerra de 1870, esta exigiu daquela uma indenização de 5 bilhões de francos.

A França pagou, aproximadamente, 500 milhões em ouro, prata e moeda alemã gasta, em França, pelas tropas alemãs. O restante foi pago, em divisas estrangeiras, obtidas da seguinte maneira: parte foi obtida dos estrangeiros que achavam interessante comprar títulos franceses e parte foi obtida dos franceses, possuidores de investimentos estrangeiros. Tudo isto foi comprado pelo govêrno francês, em francos, em virtude de dois grandes empréstimos que levantou. O valor do pagamento em ouro e prata, que orçou em 500 milhões de francos, e os empréstimos em divisas estrangeiras que montaram a 4 bilhões e 250 milhões de francos, fêz com que apenas uma pequena parte da indenização tivesse que ser paga com a transferência real de bens e serviços. No entanto, como o Balanço de Pagamentos Francês transferiu uma quantidade muito maior que esta diferença, puderam os franceses reconstituir parte da sua carteira de investimentos estrangeiros e repatriar alguns dos empréstimos colocados originalmente no exterior. As exportações francesas passaram de 2 bilhões e 900 milhões de francos, em 1871, para 3 bilhões e 900 milhões até 1875. Concomitantemente, as importações francesas subiram de 2 bilhões e 900 milhões sòmente até 3 bilhões e 600 milhões. Resultou daí um superavit de 300 milhões por ano de 1872 a 1875. Vale dizer, a França pagou a dívida de 5 bilhões de francos, transferindo bens e serviços num total de apenas 1 bilhão e 200 milhões de francos. Esta transferência real foi possível por ter a França obtido uma deflação relativa mediante a elevação dos impostos e da taxa de juros.

Além disto, também ocorreu na Alemanha uma inflação decorrente da transferência do ouro. A conseqüência desta inflação foi o aumento das importações de artigos franceses pela

Alemanha e a diminuição das exportações alemãs para a Inglaterra, que passou a consumir artigos franceses mais baratos que os alemães. Quer dizer, a Inglaterra continuou a consumir os mesmos artigos que antes, apenas substituídos os alemães pelos franceses permitindo, destarte, que fôsse efetivada a transferência real da França para a Alemanha.

Estas circunstâncias não se repetiram em 1919. O Govêrno alemão tentou obter os marcos necessários para o pagamento mediante a tributação. No entanto, a elevação da taxa de juros e o entusiasmo dos novos bancos de investimento americanos de Nova Iorque produziram a inflação na Alemanha. Em outras palavras, a deflação provocada pelo Govêrno Central era mais do que compensada pela inflação local e provincial à medida que as indústrias e os governos locais tomavam empréstimos no estrangeiro.

Por outro lado, nem a França nem a Inglaterra ajustavam suas despesas de acôrdo com os ingressos procedentes do pagamento das indenizações. Êstes países não usavam o capital que recebiam para aumentar a renda nacional através do processo do multiplicador, senão que lançavam mão dêles para reduzir a sua dívida. O pagamento das indenizações, destarte, nem diminuía as despesas, na Alemanha, nem as aumentava, na França e Inglaterra. O resultado foi o de tornar impossível as transferências reais. Foi, portanto, necessário à Alemanha levantar empréstimos no estrangeiro para poder saldar seus compromissos. Sòmente em 1930 conseguiu a Alemanha uma deflação suficiente para aumentar as suas exportações a fim de obter um superavit de 230 milhões e efetivar a transferência real. Todavia, a queda dos preços internos resultou num desemprêgo de 5 milhões e meio de trabalhadores com o conseqüente caos social. Podemos, hoje, dizer que a ascensão de Hitler ao poder foi a conseqüência das indenizações impostas à Alemanha pelos aliados.

A história das indenizações impostas à Alemanha demonstra que nenhum país pode pagar suas dívidas externas, a menos que encontre cooperação internacional. Querer obrigar a um

Estado que salde suas dívidas externas através da tributação ou compressão de despesas é desejar criar, neste país, o caos social conseqüente de um nível de desemprêgo elevado.

Vê-se, pois, que também no caso de movimentos de capital não se pode confiar nas fôrças do mercado, sendo necessário que os países acordem numa política econômica internacional.

Um outro ponto, em que as circunstâncias modernas são inteiramente distintas das do século passado, refere-se ao setor dos investimentos diretos.

Como vemos no Balanço de Pagamentos, o movimento de capitais privados, a longo prazo, assume a forma já de investimentos diretos, como de capitais de participação. A diferença entre êles reside em que o primeiro dá ao estrangeiro a gerência sôbre o ativo da companhia nacional, ao passo que o segundo apenas dá, ao residente no exterior, direito à participação nos lucros.

O investimento direto pode ser de três tipos:

a) O ativo estrangeiro pode ser de propriedade direta do país investidor como é o caso da *Standard Oil Company of New Jersey Ford International, General Motors Corporation, United States Fruit Company* e *International Business Machine*.

b) O ativo estrangeiro pode ser de propriedade de firmas organizadas especialmente para operar no exterior. São exemplos dêste tipo a *American Foreign Company* e *International Telephone and Telegraph*, a *Silesian American Corporation* e a *Caltex Company* entre outras.

c) O ativo estrangeiro é de propriedade de outrem que não investidor que, no entanto, o controla por possuir a maioria das ações da companhia proprietária. A *International Nickel*, a *Dome Mines*, a *Adam Opel* a *A. G.* e *Allgemeine Electrizitat Gesellschaft*, por exemplo, eram ou são companhias controladas pelo capital americano.

Em tôdas estas três formas, a administração do ativo existente num país estrangeiro está sob contrôle do residente do país investidor.

O investimento direto pode ter três finalidades, a saber:

1) Pode destinar-se a satisfazer a demanda do país investidor incrementando as exportações do país onde o investimento é feito. Êste era o investimento preferido no século passado. Os investimentos britânicos do século XIX ordenavam-se a expandir a oferta dos bens consumidos pela Inglaterra ou a diminuir os custos de transportes dêste bens. Os investimentos inglêses, no setor ferroviário, por exemplo, tinham por fim imediato ganhar o acesso aos portos de exportação para Londres. Tais investimentos, via de regra, não criam problemas concernentes à remessa de lucros, porquanto, à medida que sobem os lucros a serem remetidos, elevam-se as divisas estrangeiras em poder do país onde o investimento foi feito.

2) *Os investimentos destinam-se* a substituir *as importações*. Várias companhias norte-americanos, por exemplo, estabelecem filiais estrangeiras para facilitar as vendas da casa matriz ou satisfazer a demanda estrangeira a custos menos elevados. Inicialmente, o mercado estrangeiro é suprido pela produção americana. Logo, porém, resulta ser mais lucrativo ou conveniente transportar para o país não americano uma ou mais frases do processo produtivo. À medida que o tempo passa, o produto vai-se nacionalizando cada vez mais até que o investimento passa a substituir, por completo, as exportações. Um exemplo típico é o da *Sears Roebuck and Company* que estabeleceu grandes armazéns para a venda a varejo na cidade do México e San Pablo. As grandes vendas iniciais deixaram a firma sem estoque. Impossibilitada de fazer novas encomendas à matriz, em virtude das restrições cambiais, passou a companhia a comprar mercadoria, no estilo americano, de fábricas mexicanas, prestando-lhes, quando necessário, assistência técnica e crédito.

Neste caso, a remessa de lucros pode criar problemas no Balanço de Pagamentos. Sem embargo de que a produção na-

cional implica na redução das importações, o consumo interno, graças a um aumento da renda nacional, pode atingir tal nível que as exportações não sejam suficientes para cobrir a remessa de lucros. Seja, porém, como fôr, no caso, não é muito favorável que surjam tais problemas pois que o investimento diminui as importações. Êste tipo de investimento, quando ocorre num país, já precondicionado para o arranco, no seu desenvolvimento econômico, pode inverter as posições iniciais, passando o país, onde foi feito, originalmente, a ser proprietário e administrador do ativo. Foi o que ocorreu com a *Singer Sewing Machine Company* que criou sucursais, nos Estados Unidos, tendo a matriz na Inglaterra. O sucesso espetacular da sucursal americana teve, por conseqüência, o resultado de passar o contrôle da companhia para a América do Norte.

Vemos que, neste ponto, as circunstâncias hodiernas são inteiramente distintas das do século passado. Primeiro, os países onde são feitos investimentos diretos desta espécie não estão, ainda, precondicionados para o arranco no seu desenvolvimento econômico, como os Estados Unidos de antes da Primeira Guerra Mundial. Logo, não há probabilidade de que ocorra a inversão acima aludida. Segundo, os investimentos diretos não são mais levados a cabo no setor ferroviário que, para aumentar as exportações, também desenvolvia tôda uma região. Para citar apenas o caso do Brasil, não há menor dúvida que a *Leopoldina Railway*, além de permitir o escoamento da safra cafeeira, no século passado, desenvolveu outras atividades econômicas no Estado do Rio. Tal, porém, não ocorre com os investimentos dêste século que se cingem ao setor da eletricidade, telefones, radiotelegrafia, seguros etc. Desenvolvem a economia nacional, não se discute, mas não expansionam a capacidade de exportação do país, criando, pois, problemas no Balanço de Pagamentos no que concerne à remessa de lucros.

3) Os investimentos não têm relação direta com o comércio exterior. Neste caso, a remessa de lucros, não sendo sujeita a contrôles, poderá criar desiquilíbrios no Balanço de Pagamentos.

Os investimentos diretos, sejam de que tipo fôr, poderão, sempre, criar problemas referentes à remessa de lucros, quando não são concretizados, totalmente, numa transferência real de bens e serviços. Se, por exemplo, o investidor, em vez de contribuir apenas com capital em espécie, transferir moeda para o país, poderá criar problemas. Neste caso o investimento atuará da mesma forma que um empréstimo condicional, sendo possível que se dê uma transferência à inversa, vale dizer que haja um excesso de importações sem o capital necessário a financiá-lo. Se, por hipótese, uma companhia norte-americana abre uma filial no Brasil investindo máquinas e equipamentos fabricados nos Estados Unidos e levantando um empréstimo, aqui, para construir sua fábrica. Se o finaciamento desta fábrica fôr feito mediante crédito bancário ou venda de títulos adquiridos por meio de empréstimos, a renda nacional aumentará por um múltiplo dêste empréstimo através do mecanismo do multiplicador. A conseqüência será o aumento das importações. Nesta hipótese, o investimento não proporciona os meios para financiar as importações.

Atualmente, nem todos os investimentos diretos são voluntários. As restrições sôbre a remessa de lucros podem levar a aumentos anuais consideráveis. Tais restrições, via de regra, devem ser impostas a todo investimento que ativa os negócios no interior do país ou que se destina a substituir as importações. É que, nestes casos, como já se viu, o investimento pode não criar as divisas necessárias para que se efetuem as remessas sem desequilibrar o Balanço de Pagamentos. Exatamente porque, no nosso século, os investimentos em setores outros que o da exportação, são muito numerosos, tornou-se de mister controlar a remessa de lucros, o que não ocorria no passado. Releva, ainda, notar que os investimentos diretos, no setor de exportação criam, hoje, problemas que só poderão ser resolvidos pelo contrôle da economia. O investimento direto necessita da cooperação dos dois países. Não se admite mais que a solução do problema seja ditada por uma das partes. As companhias estrangeiras que desejam explorar os recursos naturais dos países subdesenvolvidos sabem que não podem exi-

gir contratos de concessão espoliativos. Se o fizerem, mais cedo ou mais tarde serão compelidas a ajustarem-no sob pena de serem expropriadas com ou sem a compensação que fazem jus pelas leis internacionais. Neste ponto, tem-se aplicado, hoje em dia, uma fórmula arbitrária que parece justa. Acha-se em uso na Venezuela e no Oriente Médio em relação ao petróleo e outros recursos minerais. Segundo esta fórmula, o Govêrno Venezuelano recebe, em troca da concessão, uma quantia igual a que o Govêrno Americano e a companhia concessionária recebem em lucros e impostos. Tais são, por exemplo, o caso da *United States Steel* e *Bethlehem Steel* que exploram as minas de ferro da Venezuela.

Os problemas, porém, não são apenas êstes. Sempre que um investimento direto é feito no setor de exportação é provável que se desenvolvam dois sistemas de preços para um mesmo fator de produção. Por exemplo, a companhia estrangeira pagará mais pela terra e mão-de-obra que as nacionais que dispõem de capital menor. A oportunidade de trabalhar, por maiores salários, na emprêsa estrangeira pode paralisar a iniciativa, a formação de capital e o desenvolvimento nacionais. O trabalhador, provàvelmente, preferirá o desemprêgo ao salário mais vil oferecido pelo capital nacional. Neste caso, haverá também de ocorrer uma intervenção, na economia, por parte do Estado. Se há dois setores, um dêles onde o salário é baixo e outro onde é alto, deve-se estimular a transferência da mão-de-obra do setor mais baixo para o mais alto, taxando-se a indústria mais lucrativa para estimular-lhe a produção. Isto será possível sempre que houver capital e terra disponíveis para a expansão dos investimentos estrangeiros no setor de exportação. Vale dizer, as condições sociais modernas que levam o trabalhador a não aceitar salários mais baixos que os oferecidos pelas emprêsas estrangeiras obrigam o Estado a taxá-las a fim de que, diminuindo-lhes o lucro unitário, possa compeli-las a aumentar a produção empregando maior número de mão-de-obra. Do contrário, ocorrerá um desequilíbrio estrutural que prejudicará o desenvolvimento econômico e, concomitantemente, o Balanço de Pagamentos e o comércio internacional.

Por estas e muitas outras razões, ninguém mais, hoje em dia, aceita uma volta ao *laissez-faire* do século XIX. No combate ao desemprêgo muitos países, notadamente os de maior influência no comércio internacional, abandonaram o liberalismo econômico. No século passado, a Inglaterra, ao contrário dos Estados Unidos de hoje, adotava o *laissez-faire*, o que permitia que outros países também seguissem igual política econômica. Hoje em dia, o requisito para sobreviver, econômicamente, é aceitar a realidade que nos diz que não apenas o Estado senão também outros grupos como os cartéis, as emprêsas, os sindicatos operários e as associações profissionais eliminam ou pelo meno entravam a concorrência. Não se pode, pois, admitir a hipótese clássica que se estribava em que a procura e a oferta eram elásticas e que não havia possibilidade de desemprêgo permanente.

Infelizmente, não foi ainda possível alcançar os objetivos desejados. O Fundo Monetário Internacional, por exemplo, criado para ajudar o financiamento dos deficits cíclicos não alcançou o êxito esperado. Primeiro porque, além dos cíclicos, há os desequilíbrios estruturais. Segundo porque, ao revés do que acredita o Fundo, os desequilíbrios não se distribuem, aleatòriamente, entre todos os países nem a fase de prosperidade compensa, algèbricamente, a da depressão. Esperemos, pois, que os países-membros, sobretudo os menos favorecidos, consigam que êste organismo se convença que não alcançará os objetivos para que foi criado, a menos que tome as necessárias medidas para eliminar não apenas os desequilíbrios cíclicos senão também e, principalmente, as perturbações permanentes.

Um outro organismo internacional que ainda não produziu o que dêle se esperava é o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento. Êste foi fundado para substituir os investimentos privados diretos que não mais podem ser utilizados para o desenvolvimento econômico. O exemplo dos Estados Unidos que a êles deveram o seu desenvolvimento não se repetirá, no nosso século. Não se destinam mais à construção de meios de transportes. Os investimentos estrangeiros no

setor ferroviário a que a América do Norte cedeu sua fôrça econômica cessaram. Por outro lado, os investimentos diretos para a exploração de matérias-primas pode interessar à primeira fase do desenvolvimento econômico, quando um país surge do nível de subsistência para tomar parte no mercado mundial. Daí em diante, quando a Nação deseja criar indústrias que concorram no mercado internacional com os produtos industriais dos países mais adiantados não encontra interêsse por parte do capital estrangeiro.

Mas o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, organizado em *Breton Woods* para criar uma instituição capaz de substituir o fluxo dos capitais privados, ainda tem uma escala de operação muito limitada. Urge que se eleve o seu capital a fim de que o nível de empréstimos seja bem mais elevado e estável.

Em suma, assistimos, nos meados de nosso século, as primeiras tentativas de uma cooperação internacional no campo econômico. Por enquanto, não foi senão quase que simbólica.

Há, porém, motivos para que acreditemos que a cooperação internacional venha a ser efetiva. Desde o término da Segunda Guerra Mundial, o mundo assiste, surprêso, o desafio econômico lançado pela Rússia Soviética e China. Êste desafio dirige-se ao modo de viver das Nações do Ocidente. Em conseqüência dêsse desafio, o mundo ocidental passou a considerar de vital importância o problema do desenvolvimento econômico. Parece que chegamos ao ponto em que as Nações mais adiantadas acabaram por se convencer que as políticas egoísticas de proteção a grupos privados devem ceder lugar a uma cooperação positiva, tendente a remover os obstáculos que atrasam o desenvolvimento das regiões menos afortunadas, e a promover uma expansão industrial.

Não nos parece impossível tal desiderato. Não nos parece impossível que os Organismos Internacionais aprendam a lição das indenizações impostas a Alemanha que estão aí a dizer ser impossível obrigar qualquer país a deflacionar sua econo-

mia a fim de saldar suas dívidas. Não nos parece impossível que os países econômicamente mais fortes não consigam de suas Assembléias Legislativas que aumentem suas contribuições para o Banco Internacional e que o Fundo Monetário Internacional não acabe por compreender que o problema básico é o do desequilíbrio permanente e não o cíclico.

* * *

INTERNATIONAL ECONOMY IN THE XX CENTURY

Writing on international economy, subject of which he is professor at the Catholic University of Rio de Janeiro, Mr. José Maria Gouveia Vieira refers, initially, to the problem of economic control over: 1) — trade in general; 2) — capital investments; the former a consequence from the competition among *nations; the latter a development of world cooperation. This control trend* the author considers the most outstanding characteristics of the XX century economy. Reminding us that from the beginning of the XIX century up to the first decades of the present one, private investments reached a high tide period — 40 million of dollars — he goes, next, to discuss whether the world economy, on the ground of that spetacular success, should move backward to its ancient practices or, on the contrary, should stick to its present principles. Still exploring this line of thought, he adds that circunstances sourrounding us, not our ideas, have changed, and, in accordance with it, antagonism between the modern concept of economic relations and that prevailling when economic liberalism enjoyed universal recognition as a guideline, such an antagonism is more apparent than real. Since the foundation of the International Organization of Commerce has not been possible as yet (there were some unsuccessful efforts, in this sense, in 1946), world trade has depended on some partial agreements. But in his opinion these agreements will not have any practical results as long as the United States continue to ignore them; actually they will be efficient to the extent that importing countries enforce the agreed regulamentations. He observes that the United States are in most cases the big importer whereupon its cooperation is indispensable. On the other hand, the American attitude toward the primary products prices has been dubious and inconsistent. For instance, the United States policy regarding cotton, tobacco and wheat prices, of which they are *big exporters is one;* toward coffee, cocoa and tin, of which they are big importers, is another, quite different from the former and much detrimental to their prices in the world market. Now, the American position seems to be rather delicate, when it comes to the prices of certain articles, of which they are, at the same time, big exporters and importers, like zinc, copper

etc. From a series of considerations on capital movements and direct investments, the author derives the conclusion that, in these days, there is no more place for the free action of the economic forces, as in the past. An international economic policy, therefore, becomes indispensable and this still sounds more realistic if one has in mind the financial compensation demanded from Germany after World War I. Following, the orientation adopted by the International Monetary Fund and BIRD has been criticized as well as the theoretical basis of their financial policies. In spite of it, Mr. José Maria Gouveia Vieira believes that international cooperation, in the economic field, will become effective, in the course of the next years, and that the moment has, at last, arrived when he world feels that the protection to private groups will have to give way to the general interests of economic development.

L'ÉCONOMIE INTERNATIONALE AU XXe SIÈCLE

En écrivant sur économie internationale, matière de laquelle il est professeur à l'Université Catholique du Rio de Janeiro, M. José Maria Gouveia Vieira se rapporte, d'abord, au problème du contrôle économique sur: 1) — commerce en général; 2) — investissements de capital. Il s'agit, c'est vrai, dans le premier cas, d'une conséquence de la concurrence entre les nations; dans le deuxième, d'un développment de la coopération internationale. L'auteur considère cette tendance pour le contrôle, la caractéristique la plus remarquable de l'économie du XXe siècle. En nous rappelant que du XIXe siècle jusqu'à la première décade du XXe, les investissements particuliers ont atteint une grande somme, 40 millions de dollars, il passe, ensuite, à discuter si l'économie mondiale, en rapport à ce succès spectaculaire, devrait retourner au "laissez-faire" ou autrement elle devrait se tenir fidèle à leurs principes actuels. En exploitant encore cette idée, il ajoute que les circonstances qui nous entourent ont changé, non nos idées car l'antagonisme existant entre le moderne concept de relations économiques et celui qui existait quand le libéralisme économique jouissait de reconnaissance universelle comme politique — tel antagonisme est plus apparent que réel. Comme la fondation de l'Organisation Internationale de Commerce n'est pas encore possible (il a eu quelques efforts sans succès en 1946) le commerce mondial a dépendu de quelques accords partiaux. Mais dans son opinion ces accords ne produiront pas de résultats pratiques tant que les Etats Unis continuent à les ignorer; en réalité ils seront efficients dans la même mesure que les pays importateurs exécutent les règlements établis. Il observe que les Etats Unis sont, dans la plupart des cas, le majeur importateur, raison par laquelle leur coopération est indispensable. D'autre côté, l'attitude américaine en rapport aux prix des produits primaires a été ambiguë et contradictoire. Par exemple, la politique des Etats Unis en rapport aux prix du coton, du tabac et du blé, desquels ils sont de grands exportateurs, est l'une; en rapport du café, cacao et étain elle est

l'autre, très différente de la première et très nusible au prix de ces produits dans le marché mondial. Mais la position américaine semble être un peu délicate quand il s'agit du prix de certains articles desquels ils sont en même temps de grands exportateurs, comme zinc, cuivre etc. D'une série de considérations sur des mouvements de capitaux et investissements directs, l'auteur conclue que, de nos jours, il n'y a plus de place, pour la libre action des forces économiques comme dans le passé. Une politique économique internationale se fait, partant, indispensable, et cela aura encore peu de réalisme si nous pensons à l'indemnisation financière exigée de l'Alemagne après la Première Guerre Mondiale. En poursivant, l'orientation du Fond Monétaire International et de la Banque Internationale pour la Réconstruction et Développement est critiquée par l'auteur, du même que les bases théoriques qui ont renseigné leurs respectives politiques financières. Sur cela, M. José Gouveia Vieira croît que la coopération internationale dans le champ économique deviendra effétive au cours des années à venir, et qu'il est arrivé, finalement, le moment où le monde sent que la protection aux groupes privés droit céder la place aux intérêts généraux du développement économique.

RESENHA

NÔVO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Decorrente da reforma ministerial de junho dêste ano foi nomeado nôvo Ministro das Relações Exteriores, em substituição ao Chanceler Hermes Lima, o Senhor Evandro Lins e Silva, jurista e professor de Direito, ex-Procurador-Geral da República e Chefe da Casa Civil da Presidência da República no Ministério anterior.

Discursando por ocasião de sua posse, o nôvo titular do Itamarati, entre outras declarações, ressaltou que os princípios fundamentais que regem a política internacional do Brasil (direito de cada povo à independência e ao desenvolvimento, direito a cada povo de manter relações com os demais, autodeterminação e a não-intervenção etc.) não se devem transformar em meras fórmulas verbais, fazendo-se necessário, para isso, extrair dêles um roteiro de ação compatível com os interêsses nacionais; acrescentou, ainda, que deve ser aperfeiçoada a política externa brasileira, com a sua adaptação constante às novas realidades internacionais e à conjuntura econômica do país e, por último, que a nossa diplomacia deve estar atenta à dinâmica do comércio internacional e à ampliação do mercado externo como meio de evitar a crescente deterioração dos preços dos produtos brasileiros de exportação.

Transcrevemos, a seguir, na íntegra, o discurso, do Senhor Evandro Lins, no ato da transmissão do cargo pelo Ministro Hermes Lima, realizado a 20 de junho:

"Senhor Ministro Hermes Lima

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Confesso que entre as aspirações que poderia normalmente alimentar, no curso de minha carreira, feliz como ela possa ter sido, de advogado e de professor de Direito, não figurava a de ocupar, um dia, a cadeira de Rio Branco.

A própria vida pública, entendida como o exercício de cargos administrativos ou políticos, essa mesma não se situava no campo natural das minhas cogitações.

Não que a julgasse menos digna de meus interêsses. Não. Sou dos que entendem que a função pública, com todos os seus

ônus e sacrifícios, é a maior honra a que pode aspirar o cidadão: servir ao interêsse coletivo. Apenas, desvinculado das atividades político-partidárias e sem jamais ter ocupado qualquer cargo público, era justo que limitasse os meus alvos ao mundo dos deveres da minha atividade profissional: a defesa da liberdade individual e o magistério.

Isto, no entanto, não significava o meu alheamento dos problemas nacionais. A minha antiga atividade só formalmente era privada. Na realidade, pela sua própria motivação social e pelos seus fins últimos, ela se liga à vida e à evolução da sociedade. E se a essas circunstâncias acrescentar uma preocupação constante pela problemática política brasileira, nascida, quem sabe, de uma tendência de meu espírito, terei explicado como, embora afastado dos encargos formais da vida administrativa, sou um homem, no fundo, e em essência, de natureza aberta ao trato da coisa pública.

Senti-me, assim, à vontade ao aceitar a convocação que me fêz o Senhor Presidente da República para exercer, há quase dois anos, primeiro o cargo de Procurador-Geral da República e depois o de Chefe de sua Casa Civil.

A nação e a opinião pública são testemunhas do zêlo e devotamento com que, embora sem brilho, procurei desicumbir-me dessas duas tarefas.

Conduz-me agora a confiança do Senhor Presidente da República à Chefia do Itamarati. Por desvanecedora que seja a honra — que outra mais alta existirá? — ela não tolda, por nenhum momento, no entanto, a consciência clara do vulto das responsabilidades que acarreta. É com êsse sentimento que as assumo, comprometendo-me, neste instante, a empregar tôdas as fôrças de que possa dispor para atender à confiança do Presidente João Goulart e à expectativa normal do país na defesa dos seus interêsses.

Pela voz e pela ação dos brasileiros eminentes que me antecederam nesta Casa, desde os albores da nacionalidade, o Brasil tem defendido, segundo os estágios da sua história e as etapas da sua evolução social e política, os princípios da sua política externa. Há, assim, para quem assume a chefia da diplomacia brasileira um fundo de quadro lógico, històricamente norteador da sua atuação.

A política externa, por imposição mesmo da natureza dinâmica dos interêsses sociais e econômicos do povo brasileiro, há que refletir as mutações e as fases da evolução dêsses inte-

rêsses. Por fôrça dessa correlação, os princípios são inovados ou ampliados, de modo a traduzirem as novas realidades.

Nos últimos anos, a política externa do país procurou refletir a participação do Brasil na luta pela implantação dos seguintes princípios:

— Direito de cada povo à independência e ao desenvolvimento.

— Direito de cada povo de manter relações com os demais *povos da terra, sem discriminações de qualquer natureza*.

— Autodeterminação dos Estados e não-intervenção.

— Reconhecimento das comunidades e das organizações jurídicas internacionais, como imposição de interdependência técnica, econômica e cultural.

— Defesa intransigente da paz, desarmamento e proibição das armas atômicas.

Ésses princípios estão hoje vitoriosos e configuram uma etapa definitiva e irreversível do processo histórico brasileiro. E, antes de uma inspiração ou um modêlo de comportamento internacional, representam uma tomada interna de consciência por parte da comunidade brasileira, no tocante à sua própria identidade, a seus interêsses e a seus fins, como agrupamento nacional consciente que não abdica de comandar o seu próprio destino.

Ésses princípios estão hoje consagrados universalmente na mensagem do Papa João XXIII, em clara definição, onde são reconhecidos como anseios inelutáveis da civilização cristã. O Sumo Pontífice iluminou o tema na Encíclica "Pacem in Terris", verdadeiro catecismo de política externa contemporânea, com estas palavras de infinita sabedoria:

"... as relações mútuas entre as comunidades políticas se devem reger pelo critério da liberdade. Isto quer dizer que nenhuma nação tem o direito de exercer qualquer opressão injusta *sôbre outras nem de interferir indevidamente nos seus negócios*. Tôdas, pelo contrário, devem contribuir para desenvolver nas outras o senso de responsabilidade, o espírito de iniciativa e o empenho em tornar-se protagonistas do próprio desenvolvimento em todos os campos."

Para atingir a êsse estágio de consciência o povo brasileiro lutou muito e as divergências internas debilitaram, de algum modo, o vigor e a unidade da política externa. Agora, a política externa precisa ser fortalecida pela unidade interna

na fixação dos objetivos que atendam aos legítimos interêsses nacionais. Não se trata de posição hostil a qualquer comunidade nem de repúdio aos compromissos que assumimos livremente, visando aos nossos próprios interêsses, nem tampouco o afastamento do Brasil da convivência cordial e fraterna com as áreas a que nos ligam afinidades históricas.

Para que os princípios defendidos pelo Brasil não se transformem em meras fórmulas verbais, urge extrair dêles todo um roteiro de ação, que nos devemos impor para a consecução vigorosa e acelerada dos objetivos e interêsses nacionais.

Recebi instruções do Presidente João Goulart no sentido de projetar a política internacional do Brasil como a face externa do nosso esfôrço interno para o desenvolvimento econômico e social do país e da sua segurança.

A par da nossa cooperação para o estabelecimento de condições que assegurem a solução pacífica das divergências entre os povos — eis que o dilema trágico é coexistir ou não existir — vamos mobilizar o serviço diplomático brasileiro para uma ofensiva simultânea em tôdas as frentes onde o interêsse nacional deva ser defendido.

O Brasil tem necessidades prementes no âmbito do seu comércio internacional e dos seus compromissos financeiros.

Como acentuou o eminente Senhor Presidente da República, na mensagem enviada êste ano ao Congresso Nacional, "os preços dos nossos produtos de exportação vêm declinando por todo um decênio". Hoje não há mais dúvida de que os países exportadores de produtos primários, como o Brasil, em suas relações com os países plenamente industrializados sofrem uma contínua deterioração em seus valôres de troca. Os organismos internacionais reconhecem êsse processo e para corrigi-lo vêm realizando reuniões que simplesmente adiam a solução para as próximas reuniões.

Procuraremos criar as condições para a ampliação das nossas vendas em todos os mercados. Lutaremos com empenho especial para que todos compreendam que só mediante o aumento de nossas vendas, inclusive de produtos manufaturados, é que podemos aumentar a nossa capacidade de pagamento. Daremos ênfase particular ao desenvolvimento do mercado comum latino-americano, através da ALALC, dentro da orientação traçada pelo Senhor Presidente da República na sua recente visita ao Chile e ao Uruguai e das subseqüentes medidas tomadas para a sua dinamização. E dentro dessa orienta-

ção, entraremos por uma revisão das condições do comércio internacional, de forma a garantir preços compensadores e estáveis dos produtos primários e a igualdade que deve existir, para os países em processo de desenvolvimento, relativamente aos países industrializados, no tocante à sua participação no comércio internacional.

Fixar as necessidades reais e os objetivos do nosso comércio internacional e de nossas obrigações financeiras e unir o país no esfôrço e no empenho de solucioná-las em curto prazo pode ser a síntese de uma nova política externa.

Senhor Ministro. Entre as honras da minha investidura nas funções de Ministro das Relações Exteriores, distingo uma particularmente: receber o cargo das mãos de Vossa Excelência. Jurista eminente, mestre da mocidade, e já agora Ministro do Supremo Tribunal Federal, Vossa Excelência emprestou a esta Casa os fulgores de sua inteligência e a segurança de sua experiência.

Meus Senhores. A eficiência da execução de uma política externa, por alta que seja a sua inspiração e corretos e adequados os seus desígnios, repousa finalmente na capacidade dos agentes que vão transformar essa política em atos e providências práticas.

Sei, e comigo a opinião do país, que o serviço diplomático brasileiro compreende o mais qualificado e competente corpo de funcionários civis do Estado. É a êles que me dirijo, finalmente, onde quer que estejam, para dizer-lhes do meu aprêço pelo seu devotamento à causa dos interêsses brasileiros, da certeza de que poderei contar com a sua indispensável cooperação na tarefa a que se propõe o Presidente João Goulart de orientar a política externa no rumo dos objetivos nacionais, o que vale dizer de identificação com a sua política interna, concebida no ideal de justiça e progresso social e econômico do povo brasileiro, e cujo sentido definitivo, no plano externo, pode ser resumido nestas palavras: nem subordinação, nem isolamento; mas sim, independência e cooperação, no interêsse do país e da paz entre os povos.

VISITA DO PRESIDENTE JOÃO GOULART AO CHILE E AO URUGUAI

Entre 22 e 26 de abril último, o Presidente da República, Senhor João Belchior Goulart, fêz uma visita oficial ao Chile e ao Uruguai, fazendo-se acompanhar de uma comitiva, de que

faziam parte os Senhores Hermes Lima, Ministro das Relações Exteriores, General Albino Silva, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, Almirante Lúcio Meira, Haroldo Cavalcanti, Presidente da Confederação das Indústrias; Clodsmith Riani, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Senadores Aurélio Viana, Barros Carvalho, João Agripino, Jefferson de Aguiar; Deputados Oliveira Brito, Cunha Bueno, Paulo de Tarso, Olavo Costa e Aliomar Baleeiro.

VISITA AO CHILE

O Presidente João Goulart desembarcou, no Aeoroporto de "Los Cerrillos", em Santiago do Chile, no dia 22 de abril, às 17h 30m, onde era aguardado pelo Presidente do Chile, Senhor Jorge Alessandri; pelo Ministro das Relações Exteriores do Chile, Senhor Carlos Martinez; altos funcionários do Govêrno Chileno, Chefes das Fôrças Armadas e Autoridades Diplomáticas.

Após as apresentações oficiais, a execução dos dois hinos nacionais e a passagem em revista das tropas da Fôrça Aérea do Chile, que prestaram as honras militares ao Presidente do Brasil, os dois Chefes de Estado trocaram saudações em palanque armado no próprio Aeroporto.

Em seguida, os dois Presidentes, acompanhados de suas comitivas, dirigiram-se, em carro aberto, para a sede da Embaixada do Brasil, residência oficial do Chefe de Estado visitante. Durante todo o trajeto, o Presidente João Goulart recebeu entusiástico aplauso do povo chileno ao qual agradecia com grande emoção.

Às 19 horas do mesmo dia, o Presidente João Goulart foi recebido pelo Presidente Jorge Alessandri, no Palácio de *La Moneda,* onde, acompanhados dos respectivos Chanceleres, estiveram reunidos em conferência reservada.

No dia seguinte, após depositar uma coroa de flôres no monumento de Bernard O'Higgins, sob grandes ovações populares, o Presidente João Goulart foi recepcionado no Congresso Nacional Chileno, em sessão conjunta do Senado e da Câmara, onde foi saudado pelo Presidente do Senado, Senhor Hugo Zepeda. Em seu discurso de agradecimento, o Presidente Goulart salientou a importância do desafio com que se defrontam os povos latino-americanos na realização de uma ordem econômico-social justa, sem sacrifício das liberdades políticas, nem da livre manifestação das aspirações populares. Disse ainda que

ante a grande ameaça que paira sôbre a América Latina, qual seja a pobreza e a miséria em que se encontra a maioria de suas populações (ao mesmo tempo que, paradoxalmente, os povos latino-americanos alcançam sua maturidade política), torna-se necessária uma ação de cada país e de todos em conjunto para superar êsse estado de pobreza e injustiças sociais. Lembrou, nesse sentido, a necessidade urgente da integração econômica dos países da América Latina e, especificamente, o papel relevante que tem a desempenhar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) que deve merecer o apoio decisivo de todos os governos e setores de todos os países latino-americanos.

Após seu discurso, o Presidente João Goulart recebeu das mãos do Presidente do Congresso do Chile uma medalha de ouro comemorativa de sua visita ao Parlamento chileno.

No dia 23, o Presidente Jorge Alessandri ofereceu um jantar ao Presidente João Goulart, no Palácio de *La Moneda*, que o Chefe de Estado do Brasil retribuiu, no dia seguinte, com um banquete na Embaixada do Brasil. Nessa ocasião, os dois Presidentes, em seus discursos, ratificaram a posição do Brasil e Chile, na Conferência de Punta del Este, sôbre a não-intervenção e autodeterminação dos povos como princípios aplicáveis ao caso cubano, e quanto ao desenvolvimento do sul do continente frisaram a necessidade de dinamizar a Aliança para o Progresso, de fazer a integração das economias latino-americanas, no que deverá ter papel destacado a ALALC, pontos êsses consubstanciados na Nota Conjunta dos dois Presidentes, cujo texto vai publicado, na íntegra, mais adiante.

Durante sua estada, no Chile, o Presidente João Goulart concedeu entrevista coletiva à imprensa chilena, no Círculo de Jornalistas de Santiago, cujos tópicos principais damos, a seguir: *ALALC* — Disse o Sr. João Goulart que é pensamento do govêrno brasileiro prestigiar e elevar cada vez mais o conceito da ALALC, num apoio certo e decisivo à integração da América Latina. "Não pouparemos esforços para transformar o órgão numa entidade dinâmica, que corresponda às suas verdadeiras finalidades de organismo vivo e palpitante, realmente útil à luta dos países sul-americanos", frisou, acrescentando que está certo de que o Govêrno do Chile pensa e age da mesma forma. No que se refere à política externa, nossa posição — afirmou o Presidente da República — foi sempre de entendimentos em favor da paz, para que todos os povos resolvam suas divergências dentro de um clima pacífico. "Defendemos sempre soluções pacíficas para todos os casos, certos de que são elas as que

melhor conciliam os interêsses de qualquer nação." *Aliança para o Progresso* — O Sr. João Goulart, a uma pergunta sôbre a Aliança para o Progresso, disse que seu pensamento é que ela deve ser reformulada, para que alcance realmente seus objetivos. Até agora, num exame sereno, a Aliança ainda não atendeu às esperanças e às expectativas que em tôrno dela se formaram. Quanto ao Fundo Monetário Internacional, o Brasil tem mantido entendimentos com essa organização, sem que êstes contatos representem qualquer tipo de subordinação. Muitas das exigências do FMI não foram aceitas pelo Govêrno do Brasil, porque contrariavam, não só o programa que estamos realizando, como também impediriam o desenvolvimento do País. Mantemos relações comerciais e financeiras, não apenas com entidades norte-americanas, como com tôdas as nações do mundo: ainda recentemente assinamos convênio com a União Soviética, no valor de 480 milhões de dólares. *Preservação da Paz* — O problema da paz interessa fundamentalmente a todos, principalmente aos países subdesenvolvidos, acentuou o Presidente João Goulart. Nas grandes assembléias internacionais, o Brasil sempre se bateu valentemente no sentido da preservação da paz. Há pouco, com o apoio do Chile, o Brasil apresentou o projeto no sentido, não só do desarmamento geral, mas, principalmente, da desatomização da área em que nós vivemos e lutamos: a América Latina. Essa tem sido a posição intransigente do Govêrno brasileiro. Defender esta tese é mesmo uma questão de sobrevivência, pois são imprevisíveis os resultados de um conflito internacional. Quanto ao caso entre a Bolívia e o Chile, afirmou não trazer nenhuma missão específica a êsse respeito e que dois países irmãos e amigos devem procurar resolver com serenidade seus problemas. Acrescentou que, caso solicitado, teria satisfação em colaborar para uma solução que satisfaça a ambas as partes. *Comunismo* — Em resposta a uma pergunta, o Sr. João Goulart disse que "o problema comunista na América Latina está em função das nossas condições de subdesenvolvimento e das dificuldades e miséria do povo". À medida que tais dificuldades se agravam, que o subdesenvolvimento se acentua, o campo se torna mais propício à propagação da doutrina comunista. Para enfrentarmos o comunismo, portanto, deveremos lutar contra o subdesenvolvimento e, acima de tudo, para melhorar as condições de vida dos nossos povos, fazer com que as classes populares e trabalhadoras, as classes mais pobres, possam participar das riquezas nacionais. Quanto à atitude do Brasil com relação a Cuba, frisou o Presidente ser ela bem clara: "Não fazemos nenhuma política nos bastidores e já declarei

nosso apoio incondicional aos princípios de autodeterminação e de não-intervenção." *Armamento* — À nova indagação, retrucou o Sr. João Goulart que é inteiramente contrário ao emprêgo de vultosos orçamentos na compra de armamento. "Acho que, se todos os orçamentos aplicados em armas fôssem destinados a programas de desenvolvimento, o mundo teria mais tranqüilidade e mais paz. No Brasil, não temos êsse problema: o orçamento nacional não sofreu ônus de tal natureza." *Compreensão e patriotismo* — Outro ponto foi abordado pelos jornalistas: não estaria o Presidente brasileiro sofrendo certas pressões negativas, em sua ação administrativa à frente do país? — No Brasil — respondeu o Sr. João Goulart —, como em tôda parte, essas pressões se fazem sentir. Felizmente, porém, nosso programa está sendo cumprido com o apoio das fôrças progressistas e, pràticamente, de todo o povo. No Brasil já existem poderosas fôrças de produção, compreensivas e patriotas, que estão colaborando com o Govêrno no sentido do atendimento das reivindicações populares, para que se possa vencer a barreira do subdesenvolvimento. *Exportação* — No decorrer da entrevista, numerosos outros assuntos foram focalizados, como a questão da desvalorização dos produtos de exportação da América Latina. Trata-se, êste, disse o Presidente Goulart, de um dos mais sérios problemas. Exportando matéria-prima e importando produtos manufaturados, estamos dificultando o nosso desenvolvimento. A situação deve ser enfrentada pelas nações latino-americanas em conjunto, pois que estamos cada vez exportando mais e recebendo menos pelas exportações. *Dinamização da ALALC* — Voltando a falar da ALALC, disse o Presidente ter profunda convicção de que êsse organismo alcançará seus objetivos. É propósito do Govêrno brasileiro — acrescentou — propor uma reunião de todos os países membros da ALALC, para estudo da possibilidade de uma ação imediata no sentido da sua dinamização. Se necessário, uma reunião de Ministros de Estado. Acredito — prosseguiu — que, através dessa ação de fortalecimento da instituição, poderemos equacionar, de maneira objetiva, os meios de enfrentar e melhor resolver os problemas básicos da América Latina. *Outros assuntos* — Referiu-se ainda o Presidente às dificuldades da região nordestina, esclarecendo que o Govêrno brasileiro tudo está fazendo para vencê-las, concentrando ali o máximo de recursos federais, procurando estimular o aparecimento de novas indústrias, e, através da SUDENE, trabalhando para melhorar o nível de vida da população da área. Com respeito às reformas de base, declarou que a luta para alcançá-las se está travando democràticamente, já se encontrando no Congresso projetos que

visam à concretização de tais medidas, inclusivamente o da reforma agrária. Finalmente, após reafirmar a sua fé no regime democrático, revelou haver tratado, em seu encontro com o Presidente Alessandri, de questões do interêsse comum do Brasil e do Chile, e que voltará a ventilar essas questões, ao se avistar novamente, com o chefe da nação amiga.

Entre os diversos atos e solenidades do programa oficial cumprido pelo Presidente João Goulart no Chile, destacamos ainda: entrega de condecorações a altas personalidades chilenas, inclusive a "Ordem do Cruzeiro do Sul" com que o Chanceler Hermes Lima condecorou o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Senhor Carlos Martinez; Sessão Solene no Salão de Honra da Universidade do Chile, quando o Presidente João Goulart recebeu o título "Doctor Honoris Causa"; visita a diversos conjuntos de casas populares construídos pelo Govêrno Chileno; apresentação de cumprimentos da colônia brasileira do Chile ao Presidente Goulart na Embaixada do Brasil; Festival de Bandas de Música e fogos de artifício na Praça da Constitución.

O Presidente João Goulart e o Presidente Alessandri mantiveram entendimentos visando o incremento comercial entre os dois países. Nesse sentido houve duas reuniões entre assessôres de ambos os governos, na última das quais tomaram parte o Ministro da Fazenda do Chile e autoridades da ALALC, tendo representado o govêrno brasileiro o Almirante Lúcio Meira e o deputado Cunha Bueno.

No dia 25, o Presidente João Goulart e sua comitiva viajaram para Montevidéu, em visita oficial ao Uruguai.

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Em conseqüência e como resultado dos entendimentos havidos, os Presidentes João Goulart e Jorge Alessandri, assinaram a seguinte Declaração Conjunta:

"Reunidos em Santiago do Chile nos dias 22, 23 e 24 de abril de 1963, comprovam com profunda satisfação a coincidência de interêsses e pontos de vista de ambos os países traduzidos em atitudes e posições idênticas dentro dos organismos internacionais de que formam parte. E como resultado de suas conversações resolveram formular a seguinte declaração conjunta: A) Em matéria política — Conscientes das responsabilidades de que dispõem a origem e o caráter genuìnamente democráticos

dos seus governos e de constante necessidade de interpretar as aspirações dos seus povos gravemente procupados pelas condições reinantes no Continente que nem sempre se coadunam com os princípios que regem o sistema interamericano e que podem afetar não sòmente as relações entre o Govêrno, mas também a vida política, econômica e social dos povos da América Latina, reconhecendo que a criação de condições que tornem possível e desejável o progresso do sistema interamericano depende em alto grau do respeito irrestrito ao direito de autodeterminação e ao princípio de não-intervenção, e da adoção no plano interno de regimes democráticos e representativos que reflitam verdadeiramente os anseios dos povos latino-americanos e assegurem o respeito aos direitos humanos, declaram: 1.º — Sua decisão inquebrantável de sustentar o direito de autodeterminação dos povos que permite livre desenvolvimento de sua vida política, econômica e cultural e o princípio de não-intervenção nos assuntos internos ou externos dos Estados e de garantir nos seus respectivos países o exercício efetivo da democracia representativa mediante eleições livres e periódicas e o respeito aos direitos humanos. 2.º — Sua firme vontade de contribuir com todos os seus esforços para o respeito a êsses princípios como meio mais eficaz para conduzir as Américas a alcançar os ideais e objetivos comuns que se propuseram desde os começos da luta pela independência. 3.º — Decididos a cumprir em tôda a sua integridade os princípios e objetivos das Nações Unidas e a incrementar na medida de suas fôrças a ação dos organismos internacionais como meio de alcançar a paz mundial e a cooperação mútua entre os Estados e profundamente preocupados pelo agravamento da guerra fria, pela corrida armamentista e pela continuação das provas nucleares que põem em perigo a vida da humanidade, declaram: 1.º — O constante propósito de colaborar para a manutenção da paz apoiando de maneira permanente, por todos os meios a seu alcance, a ação das Nações Unidas em favor da paz indispensável ao progresso dos povos e à elevação dos seus níveis de vida. 2.º — Sua decisão de continuar dentro dos quadros das Nações Unidas, e como contribuição concreta dos anelos de paz que animam os governos do Brasil e do Chile, por um desarmamento geral e completo devidamente comprovado; por obter um acôrdo entre as grandes potências destinado a lograr a proscrição das provas nucleares, e em especial por conseguir a eliminação efetiva de todo o tipo de armamento nuclear dentro da América Latina. 3.º — Sua satisfação pelo progressivo desaparelhamento do colonialismo no mundo e sua decisão de continuar defendendo firmemente nas Nações Unidas o respeito ao direito

de autodeterminação dos povos. 4.º — Os presidentes declaram ainda: 1.º — que é essencial para o bom funcionamento da convivência entre as nações o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, a fiel observância dos tratados internacionais, a inviolabilidade territorial dos Estados e a solução, por meios pacíficos, das controvérsias de caráter internacional; 2.º — a satisfação com que vêem a maneira como funciona entre os seus governos o sistema de consultas permanentes, sobretudo em assuntos de interêsse comum que se estabeleceram na Declaração Conjunta de Brasília, de 4 de julho de 1961, e sua decisão de desenvolvê-los rigorosamente no futuro, a fim de continuar mantendo a coordenação de sua ação nos organismos internacionais e no âmbito regional e mundial. Em conseqüência, determinam a seus ministros das Relações Exteriores a adoção de medidas adequadas para alcançar tal objetivo, com vistas, em particular, à próxima sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, na qual serão tratados importantes problemas de caráter político, econômico e social. B) Em matéria econômica, interpretando o anelo dos povos latino-americanos de obter seu progresso econômico e social em uma comunidade de homens livres trabalhando dentro das instituições democráticas: 1.º — convencidos de que a integração econômica dos países latino-americanos é um dos fundamentos essenciais de qualquer política destinada a promover o desenvolvimento econômico e social da América Latina sôbre bases sólidas e permanentes; reconhecendo que o Tratado de Montevidéu, ao propiciar o estabelecimento de um mercado comum latino-americano, constitui um instrumento eficaz para lograr a integração econômica, desde que os seus membros o apliquem com o pensamento dirigido para êsse objetivo e o fortaleçam com o apoio político e as resoluções necessárias, para que o processo dessa integração se realize de forma a promover um desenvolvimento econômico e social harmônico dos países da região e adquira o ritmo de velocidade exigido pelas soluções dos grandes e graves problemas que afligem os povos da América Latina; declaram sua decisão de propiciar uma reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, com o fim de adotar medidas destinadas a: a) estabelecer um mecanismo de consulta permanente dos Ministros das Relações Exteriores das partes contratantes, destinadas a examinar a marcha de execução do Tratado de Montevidéu e deferir e orientar a política tendente a acelerar o processo de independência econômica da América Latina, mediante o rápido estabelecimento do Mercado Comum Latino-Americano; b) promover a coordenação e a harmonização das

políticas e programas de desenvolvimento econômico dos países membros; c) harmonizar as políticas alfandegárias e comerciais a fim de alcançar dentro do menor prazo possível, uma tarifa aduaneira comum aplicável a terceiros países; d) estabelecer mecanismos de desagravação mais rápidos que permitam acelerar o processo de liberação do intercâmbio comercial; e) estabelecer sistemas de pagamentos que, sem alterar em substância a conversibilidade que alcançaram os países membros da ALALC estimulem a expansão do comércio intra-regional e o progresso das metas de gravação e a complementação industrial; f) adotar um sistema que permita financiar as exportações de bens industrializados ou outras de importância decisiva para os países membros da Associação, a fim de tornar efetivo o aproveitamento das vantagens resultantes do programa de liberação; g) adotar as medidas apropriadas para estabelecer uma política comum em matéria de transporte. 2.º — Considerando-se que, para a consecução dos objetivos de integração e complementação econômica consagradas no "Tratado de Montevidéu", é da grande importância vincular os interêsses de seus respectivos países na produção daqueles centros industriais onde existem possibilidades de estabelecer uma adequada complementação, declaram: Sua decisão de instituir os organismos competentes de seus respectivos governos a fim de que acelerem os estudos tendentes a estabelecer as possibilidades de cooperação e complementação entre os diversos setores industriais de cada um de seus diversos países e que, em particular darão instruções aos referidos organismos a fim de que constituam um grupo misto brasileiro-chileno com o objetivo de estudar as possibilidades de complementação entre as indústrias automotrizes do Brasil e do Chile de forma que o referido estudo possa servir de base à política que nesse ramo seguirão ambos os países no terceiro período de sessões ordinárias da conferência das partes contratantes da ALALC. 3.º — Convencidos de que os países latino-americanos devem coordenar sua política comercial não só no seio dos respectivos organismos regionais de integração mas, também, no âmbito mundial com o objetivo de obter um tratamento eqüitativo para o acesso aos mercados internacionais de seus produtos básicos e manufaturados, condição indispensável para que adquiram ritmo satisfatório de desenvolvimento econômico e social, declaram: Sua decisão de propiciar aos organismos competentes a criação de um grupo de técnicos que estude os problemas comuns de política comercial que enfrentem as partes contratantes do Tratado de Montevidéu em suas relações com o resto do mundo e cuja solução possa ser

objeto de uma ação harmônica e coordenada; em particular, providenciarão para que o referido grupo de técnicos proponha as bases de uma política comum que os países membros da ALALC possam adotar na próxima Conferência Mundial sôbre Comércio e Desenvolvimento. Para que se tornem realidade os processos manifestados acima, crêem conveniente que o aludido grupo de técnicos procure coordenar seus estudos com os que, sôbre as mesmas matérias, realizam os membros do Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana nos outros países latino-americanos que ainda não participam do Tratado de Montevidéu. 4.º — Convencidos de que a Aliança para o Progresso deve constituir uma resposta à aspiração dos países da América Latina de promover o desenvolvimento harmônico da região, seu crescimento econômico, seu progresso social, considerando que, de conformidade com os postulados da Carta de Punta del Este, o Brasil e o Chile se encontram firmemente empenhados na transformação de suas estruturas, com a finalidade de assegurar um desenvolvimento econômico e social acelerado e contínuo, reconhecem a importância de uma efetiva colaboração das nações mais industrializadas para assegurar o êxito dêsse vasto plano coletivo de cooperação internacional que é a Aliança para o Progresso e declaram que os diversos organismos que, direta ou indiretamente, atuam na aplicação do programa da Aliança para o Progresso devem ser dotados de estrutura mais expedita e eficaz, de acôrdo com o que a experiência ditar, que lhes permita coordenar sua ação e agir em comunhão de critério no cumprimento de suas respectivas funções, a fim de dinamizar o referido programa e de possibilitar a aplicação de seus recursos com maior oportunidade e em forma adequada a aceitar seus objetivos. Dado em Santiago do Chile, no dia 24 de abril de 1963, em dois exemplares, um em português e outro em espanhol, cujos textos são igualmente válidos."

VISITA AO URUGUAI

O Presidente João Goulart e sua comitiva desembarcaram, no Aeroporto de Carrasco, Montevidéu, no dia 25, pela manhã, onde foram recebidos pelo Presidente do Conselho de Govêrno do Uruguai, Senhor Daniel Fernandez Crespo e Comissão de Recepção, sob os aplausos de numerosa multidão.

Em sua primeira visita oficial, o Presidente João Goulart estêve no Conselho Nacional do Govêrno, reunido extraordinà-

riamente, e, onde, após as saudações protocolares, teve lugar uma reunião reservada entre os dois Presidentes e os membros do Conselho.

Ainda nesse dia, o Presidente João Goulart foi recepcionado na Côrte Suprema de Justiça e, em cerimônia tocante, visitou o Monumento de Artigas, onde depositou uma coroa de flôres.

Entre as diversas solenidades constantes do programa oficial do Presidente João Goulart, destacamos: visita à Escola "Brasil", quando falou às crianças, em nome de seus filhos, Denise e João Vicente; a condecoração outorgada ao Presidente do Conselho de Govêrno, Senhor Daniel Fernandez Crespo, da Ordem do Cruzeiro do Sul; a visita à sede da ALALC em que, reafirmando declarações feitas no Chile, prometeu todo o apoio a essa Associação, inclusive, mediante gestões a cada um dos restantes países componentes da ALALC, a fim de intensificar os preparativos e medidas preliminares à instalação do Mercado Comum Latino-Americano. Mais adiante transcrevemos, na íntegra, o discurso que o Presidente João Goulart pronunciou nessa ocasião.

Ainda com relação à ALALC, o Presidente João Goulart apresentou sua proposta de criação de um Conselho Permanente de Chanceleres junto àquela Associação, a qual foi aprovada pelo Conselho da Junta Governativa do Uruguai.

Coroando a visita do Presidente João Goulart ao país vizinho, foi assinado pelos dois Chefes de Govêrno um Acôrdo visando a construção da ponte Quaraí (Brasil)-Artigas (Uruguai), decorrente do Convênio firmado a 22 de maio de 1947 e o melhoramento da Bacia da Lagoa Mirim, conforme o estabelecido na Ata do Rio de Janeiro.

O texto dêsse Acôrdo vai publicado nesta edição na seção de DOCUMENTOS.

Quando de sua visita à sede da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, o Presidente João Goulart fêz o seguinte discurso:

"Senhores Representantes: Muito me honra esta oportunidade de trazer à própria sede da Associação Latino-Americana de Livre Comércio uma reafirmação da confiança que nós, brasileiros, depositamos no papel histórico desta organização. Não vos faço, Senhores Representantes, uma visita meramente formal. O significado de minha presença, como muito bem acentuou o eminente Presidente, e que muito me honra de ser além

do Presidente do Conselho do Uruguai, o primeiro chefe de Estado que tem a honra de comparecer a esta Casa, o significado desta minha presença, Srs. Representantes, como intérprete de setenta milhões de brasileiros, só encontra sua verdadeira definição se compreendida como positiva prova de aprêço pelo espírito de renovação latino-americana de que a ALALC é a mais legítima expressão. Sente-se aqui, em sua plenitude, o vigor de uma concepção audaciosa em que um impulso irresistível para superar estruturas superadas já nos deixa entrever um esquema de integração latino-americana. Em apenas quatro anos — pois datam de então as primeiras cogitações relativas à criação de uma zona de livre comércio — já não se pode visualizar a América Latina como um mero arquipélago de pobreza. Nesses quatro breves anos, como que simbolizando o sentido de urgência que deve marcar nossos esforços nacionais de redenção social e de redenção econômica, lançamos as fundações dessa obra corajosa de engenharia histórica que é a ALALC. A América Latina esgotou as suas possibilidades de desenvolvimento, dentro das linhas clássicas do comércio internacional, há já alguns decênios. Os nossos países, que se haviam beneficiado de participação crescente no comércio mundial e em período anterior, tiveram que reorientar o seu desenvolvimento, para enfrentar as dificuldades crescentes criadas pela relativa estagnação de suas exportações, a partir de 1930. As dificuldades enfrentadas em cada País, nesse esfôrço de transição de uma economia exportadora de produtos primários para outra apoiada no mercado interno, foram condicionadas em cada caso pelo grau de desenvolvimento alcançado na etapa anterior, pelo potencial de recursos naturais e pelas dimensões da população. O ritmo de desenvolvimento variou de País para País, aumentando, na maioria dos casos, as desigualdades já existentes entre os padrões de vida de nossas populações. A experiência que ganhamos, Senhores Representantes, na luta travada pela industrialização nos últimos decênios, já nos convenceu de que não reduziríamos a distância que nos separa dos países altamente desenvolvidos se insistíssemos em conservar a América Latina dividida em uma multiplicidade de pequenos mercados sub-regionais. Iniciamos a industrialização em uma época em que essa técnica, já elaborada e provada, nos faculta saltar etapas, sem o que jamais poderíamos corresponder às expectativas de rápida melhoria de condições de vida das massas latino-americanas. Mas também devemos reconhecer que é condição prévia para alcançar a plenitude da revolução industrial na América Latina, que consigamos integrar os nos-

sos mercados, dotando as nossas economias de base compatível com a moderna tecnologia. Não se trata de eliminar o sentido nacional do sistema econômico de cada país e sim de permitir que cada sistema econômico se desenvolva de forma a tirar o máximo de partido de suas potencialidades próprias, apoiando-se não apenas no seu mercado mas no de tôda a região. O objetivo essencial da integração econômica é permitir que o desenvolvimento da América Latina se faça em benefício de tôda a população da região, evitando que se agravem as disparidades já existentes entre os níveis de vida de grupos de população. Para alcançar essa meta deveremos, inicialmente, definir em cada país nossos objetivos nacionais. Os progressos da integração deverão, portanto, seguir paralelamente com o esfôrço que estamos fazendo em nossos países com a adoção de política de desenvolvimento planificado. Somos hoje, aqui, nove países — e creio que não nos poderia ser mais aguda a consciência de que só mesmo a intensificação do desenvolvimento das economias latino-americanas será capaz de fornecer os meios para enfrentar o desafio comum do pauperismo, do atraso, da legítima insatisfação social de nossos povos. Que não haja dúvidas sôbre isto: nosso objetivo final só pode ser um, a integração econômica exigida pelo próprio desenvolvimento. Cumpre, entretanto, a cada um de nossos Governos e dos que se vierem reunir a nós — traduzir em dedicação constante, em entusiasmo inquebrantável e em ações concretas e percepção que não nos falta da grandeza de nossa meta. É indispensável que haja essa compreensão a êsse propósito por parte dos Governos membros. Isto porque o Tratado de Montevidéu não é um instrumento que faculte, por si só, a integração de nossas economias. Reflete êle, sem dúvida, a sabedoria e a ponderação de seus negociadores que, não podendo de um só lance transformar radicalmente o quadro de nossas relações econômicas, tiveram a intuição de traçar as diretrizes principais que devíamos seguir rumo a desígnios mais altos. Estamos certos ao antever que, estabelecidas as regras fundamentais e pôsto a funcionar o sistema de liberalização de nosso comércio, e conseqüente entrelaçamento de nossos interêsses, haveria de dar vida e grandeza aos fins singelamente esboçados no Tratado de Montevidéu. Dois anos de existência do Tratado, um ano de pleno funcionamento da Associação e eis que, gradualmente, essas esperanças se confirmam. Cumprimos o programa básico de liberação comercial, novos países vieram incorporar-se às nossas fileiras, e, significativamente, começamos a dar os primeiros passos a fim de criar e definir a verdadeira política de integração econômica de que necessitamos. Êste ano de-

vemos vencer a etapa decisiva, ou seja, a fase de consolidação da Associação como organismo internacional hábil para presidir e promover a aglutinação econômica de nossos países. No intuito de alcançar tal finalidade, cumpre a cada um de seus membros trazer à Associação um substancial apoio político. Considero, assim, que estaremos promovendo de modo convincente a adoção de medidas concretas nesse sentido se tomarmos a decisão de promover a Associação como um órgão da mais alta hierarquia, capaz de traçar as normas fundamentais da integração que almejamos. Dentro dêsse espírito, acabo de manter auspiciosos entendimentos com o ilustre Presidente da República do Chile, Dr. Jorge Alessandri. Concordamos que era chegada a hora de estabelecermos na Associação um órgão integrado pelos Ministros das Relações Exteriores dos países membros, dotados de funções consultivas e podêres deliberativos. Constituiu, também para mim, Srs. Representantes, motivo de enorme satisfação sentir, também, que outro não é o pensamento do ilustre Govêrno dêste País, dos nobres conselheiros e do seu eminente presidente, todos êles desejosos de imprimir o apoiamento necessário a êste órgão, para que êle cumpra as suas altas e dignificantes finalidades. O Conselho a ser criado teria condições de incentivar o programa de liberalização comercial já em andamento, trazendo dêsse modo nôvo impulso à execução do Tratado de Montevidéu, pautando-se sempre pelo propósito de conferir a todos os países membros benefícios eqüitativos em troca de sacrifícios proporcionais. Deveria ainda êste Conselho, como tarefa de altíssima prioridade, definir as linhas mestras da política de integração econômica, aproximando-nos assim, em menor prazo, daquela que deve ser a meta precípua de nossos melhores esforços. Nesse ponto, estou convicto de que a existência de um órgão de alto escalão proporcionaria a cobertura política indispensável ao tratamento do problema tão vasto e complexo, qual seja o de integrar efetivamente nossas economias, soldando-as em um bloco uno e indivisível. Não cessariam aí as vantagens de dotarmos a ALALC de um Conselho de Ministros das Relações Exteriores. É óbvio que, uma vez constituído êste fôro para as deliberações superiores da Associação, contaríamos com uma plataforma adequada para o exame daquelas questões que, embora transcendam os fins imediatos da ALALC, vêm permanentemente atingindo a todos os seus membros no campo do convívio econômico internacional. Eis aí a razão porque, Senhores Representantes, meu Govêrno está firmemente empenhado na criação dêste Conselho. Estou certo de que os governos de vossos países — aos quais não faltará a percepção de significado desta ini-

ciativa — a ela trarão seu imprescindível apoio e seu necessário e confortante entusiasmo. Assim digo convicto de que estaremos contribuindo decisivamente para tornar realidade, com a presteza que nos reclama o momento histórico presente, os propósitos últimos do Tratado de Montevidéu, isto é, a elevação do nível de vida de nossos povos e a maior representatividade política e econômica da América Latina no cenário mundial. Esta é a linha de ação compatível com as necessidades atuais de nossos países, para os quais se torna imperativo conferir às suas políticas externas a função de alto instrumento na luta comum pela emancipação econômica e social de seus povos. Fragmentada e dispersa, a América Latina jamais poderá fazer valer suas justas reivindicações. É imprescindível. pois, que a concepção de um destino histórico comum, herdado de um passado altivo, nos congregue para uma ação presente — incansável, dinâmica e coerente — que venha redimir nossos povos da miséria e do desespêro. Volto aqui às primeiras palavras: a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, Senhores Representantes, é o símbolo mais autêntico, a expressão mais viva e legítima do espírito renovador que há de conduzir nossos países à realização de seus anseios e aspirações. Ao nos devotarmos à tarefa de engrandecimento da ALALC, Senhores Representantes, estaremos efetivamente contribuindo para implantar aqui na América Latina a verdadeira justiça social correspondendo assim às aspirações mais sentidas e mais legítimas dos povos que representamos."

O BRASIL E A COMISSÃO ESPECIAL DE CONSULTA SÔBRE SEGURANÇA

O Brasil, por intermédio do Chefe de sua Delegação, na Organização dos Estados Americanos, Embaixador Ilmar Penna Marinho, em 23 de abril do ano em curso, votou contra o poder atribuído à Comissão de Consulta Sôbre Segurança, de fazer investigações *in locum*, nos países-membros da OEA onde seja denunciada ação subversiva do comunismo, mesmo que o país respectivo não concorde com essas investigações em seu território.

Essa Comissão foi criada em decorrência de uma Resolução da VIII Reunião de Consulta de Ministros do Exterior dos países membros da OEA, realizada em outubro do ano passado em Punta del Este, que encarregou o Conselho de Segurança da Organização de estabelecer uma Comissão de Consulta Sôbre

Segurança, a fim de assessorar os Estados-membros que desejassem e solicitassem tal assistência.

Nesse sentido, a OEA tomou providências iniciais para o funcionamento dessa Comissão. Elaborou anteprojeto dos Estatutos da referida Comissão nos têrmos estabelecidos pela VIII Reunião de Consulta na Resolução II.

Por sugestão dos representantes dos EUA e das nações do Caribe, porém foram modificados alguns artigos, no sentido de dar poder à Comissão (bastando para isso o pedido do Conselho da OEA) de fazer diretamente investigação nos países em que seja "denunciada ação subversiva do comunismo internacional", mesmo que o país respectivo seja contrário a essas investigações e, inclusive, autorizando o Conselho a tomar as medidas de segurança que achar necessárias.

O Chefe da delegação brasileira, Embaixador Ilmar Penna Marinho, em debate que manteve com o Delegado dos EUA, condenou essas alterações ao projeto dos Estatutos, em especial as constantes dos artigos 6.º e 8.º, não só por razões de ordem jurídica, uma vez que o texto daqueles artigos contrariava frontalmente o estabelecido na Resolução II da VIII Reunião de Consulta e o Conselho da OEA não tinha competência para interpretar resoluções de um Órgão de Consulta e muito menos modificar dispositivos emanados dêsse Órgão (mesmo por maioria de votos), como também por motivos de natureza política, pois os artigos 6.º e 8.º caracterizavam claramente intervenção nos negócios internos de um país, contrariando, assim, os princípios da não-intervenção e autodeterminação dos povos, solenemente proclamados na VIII Reunião de Consulta.

Apesar dos esforços da Delegação do Brasil, os Estatutos da Comissão foram aprovados com aquêles dispositivos, por 13 votos contra 1, do Brasil, e 6 abstenções (México, Chile, Bolívia, Haiti, República Dominicana e Uruguai).

Após o resultado da votação, o Embaixador Penna Marinho manifestou sua insatisfação e fêz uma declaração de voto, cujo texto vai transcrito mais adiante.

O Presidente João Goulart, falando a respeito do assunto em Montevidéu, onde se encontrava em visita oficial, declarou que o Brasil não permitirá sindicâncias em sua vida interna e que se fôsse necessária alguma comissão de investigação, o Brasil a formaria com brasileiros e que o voto contrário do Brasil, de que muito se orgulhava, representava a fidelidade do seu país aos dois princípios sagrados que defende desde Punta del Este, "não-intervenção" e "autodeterminação" dos povos.

ELEIÇÃO DA NOVA COMISSÃO

Quando da eleição dos membros da Comissão, em 18 de junho do corrente ano, o Embaixador Ilmar Penna Marinho se retirou da sala das sessões, declarando que o Brasil não aceitará as decisões da Comissão que estiverem em desacôrdo com o estabelecido na Reunião de Chanceleres de Punta del Este. A Bolívia também se absteve de votar.

A Comissão ficou assim constituída: Gal. Júlio Doig Sanchez (Peru), Carlos Angulo Rueda (Colômbia), Ten.-Cel. Joaquim Saldivar (S. Salvador), Coronel Carlos Maria Luna (Argentina), Paul Clement Daniels (EUA), Ten.-Cel. Walteri Cicalece (Uruguai) e Rodolf Herrera (Costa Rica).

Declaração de voto do Embaixador Ilmar Penna Marinho:

"Os debates verificados quinta-feira última demonstraram que está havendo uma lamentável confusão entre o que deve competir ao Conselho da Organização dos Estados Americanos, em sua ação de vigilância contra a infiltração subversiva comunista, e o que especìficamente incumbe à Comissão Consultiva de Segurança no exercício de sua atividade técnica. É essa confusão a responsável pelo mal-entendido que nos está desunindo, pois, assim como os argumentos do Brasil e outros países não conseguem convencer os Representantes da maioria, também suas razões não conseguiram sequer sensibilizar-nos. Nessa ordem de idéias, não nos impressiona, por exemplo, a assertiva de que 'se um Govêrno pode pedir assessoramento à Comissão de Segurança, com maior razão poderia solicitá-lo o Conselho que é um conjunto de tôdas as vontades'. Não há como confundir ato voluntário e expresso de um Govêrno, que invoca assistência da Comissão, com uma decisão do Conselho impondo-lhe assessoramento não pedido. A Comissão de Segurança foi criada com o objetivo de auxiliar aos Governos e não com o de ditar-lhes recomendações inspiradas pelo Conselho. Por isso, mesmo quando se admitisse que a Comissão de Segurança pudesse prestar diretamente assessoramento ao Conselho, seria necessário haver, nesse sentido, solicitação expressa de um Govêrno, a não ser na hipótese do informe geral inicial. Outro ponto importante é o de que não se trata de discutir aqui a competência do Conselho, mas apenas de precisar faculdades e atribuições da Comissão de Segurança, a qual não pode evidentemente atuar sem solicitação expressa por parte de um ou mais governos interessados. Esta é a razão por que não tem

cabimento a invocação neste debate dos considerandos I, II e parágrafo primeiro da Resolução II, mas tão-sòmente a do item 2 da referida Resolução, como acertadamente o faz o próprio título relatório da Comissão de Regulamento e Procedimento, quando declara: 'informe a Comissão de Regulamento e Procedimento sôbre o cumprimento do número 2 da Resolução II da VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores'. Ora Senhores, ao invés de limitar-se êste Conselho a dar cumprimento, aplicar o parágrafo segundo da parte resolutiva da Resolução II, abismou-se em divagações doutrinárias como se fôra uma Côrte Suprema interamericana incumbida de interpretar resoluções do órgão de Consulta. O Conselho não tem, entretanto, competência para interpretar resoluções do órgão de Consulta e muito menos para modificar dispositivos de uma Resolução dêsse órgão ainda que por maioria de dois terços. Falam-nos, os da maioria, para justificar sua tese, de interpretação finalista. Citam-nos tratadistas, mas a todos argumentos opomos interpretação autêntica que flui da pura e simples aplicação da norma, porque, na verdade, ninguém pediu a êste Conselho que manipulasse uma interpretação finalista do parágrafo segundo da Resolução I. Só se lhe pediu que desse cumprimento a êsse dispositivo. E quem o diz não é o Delegado do Brasil. É a própria Comissão de Resolução e Procedimento como se vislumbra do próprio título do informe ora em debate. Foi, também, sòmente isso, Senhores Representantes, que pediram nossos Chanceleres reunidos em Punta del Este. E, por isso, quando ao invés de cumprirmos simplesmente o que nos determinaram, impingimos-lhes os artigos 6 e 8, estamos descumprindo ou mal cumprindo o mandato que nos outorgaram. Tanto pior para a Organização e, sobretudo, para a Comissão Consultiva de Segurança pois o Estatuto de um Comitê que é *ab initio* condenado, não por um mas por seis Governos entre vinte, sem falar nas reservas e abstenções, está sem dúvida fadado a um inevitável desastre. Portanto Senhores, as mesmas mãos que se levantam aqui para celebrar o nascimento do Estatuto da Comisão Consultiva de Segurança, estão também votando pela sua irremediável perda."

ELEIÇÕES NA ITÁLIA

O resultado das eleições gerais de 28 de abril último, na Itália, teve ampla repercussão no plano internacional. O Partido Democrata-Cristão que, nas eleições de 1958, tinha obtido 273 cadeiras na Câmara dos Deputados correspondentes a 42%

do total (596), desta vez conseguiu apenas 38,3% dos votos ou seja 260 cadeiras, quando só para manter a posição anterior precisava de 289 cadeiras, pois a Câmara aumentou de 596 para 630 deputados. Enquanto isso, o Partido Comunista, que obteve 22,2% em 1958, aumentou agora para 25,2%; os liberais, que fizeram violenta campanha contra a aliança centro-esquerda de Fanfani, passaram de 3,5% para 7% e os socialistas de Nenni mantiveram suas posições. Para o Senado prevaleceram as mesmas relações percentuais.

As eleições, para a maioria dos observadores, significaram a desaprovação da política de "abertura para a esquerda", iniciada pelo Primeiro-Ministro, Senhor Amintore Fanfani em fevereiro de 1962, mediante aliança do PDC com o Partido Socialista liderado pelo Senhor Pietro Nenni. Após os resultados, enquanto alguns democratas-cristãos eram favoráveis à continuação da aliança com os socialistas, o Partido Comunista sugeria ao Senhor Nenni a volta à antiga aliança, a fim de formarem um forte bloco de esquerda. Posteriormente, a política do Senhor Pietro Nenni, favorável à continuação da aliança com o PDC foi condenada dentro do Partido Socialista, o que o levou a renunciar à liderança. Após o fracasso da tentativa do Senhor Aldo Moro de formar nôvo Gabinete, o Senhor Giovanni Leoni, líder democrata-cristão, e presidente da Câmara dos Deputados, aceitou o convite para formar o Gabinete, tendo feito um Ministério sòmente composto por deputados democrata-cristãos. O Gabinete Giovanni Leoni, segundo os comentários gerais, visava mais a evitar que a Itália não estivesse sem Govêrno quando da visita do Presidente Kennedy.

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DO CHILE

As eleições municipais chilenas, que se realizaram a 7 de abril último, tiveram ampla repercussão internacional, principalmente no continente americano, onde o fato contribuiu para o fortalecimento da democracia representativa.

Se levarmos em conta as posições anteriores das três grandes fôrças políticas chilenas, pode-se afirmar que a Coligação Governamental (Partido Radical, Liberal e Conservador) conseguiu sair vitoriosa, pois obteve em números redondos, 910 000 votos contra 582 000 da Frente de Ação Popular (FRAP), integrada pelos Partidos Comunista, Socialista e Democrático Nacional, e 452 000 do Partido Democrata-Cristão, que concorreu

isoladamente e faz oposição, dentro de linha própria, ao govêrno atual.

De um modo geral, os observadores mais categorizados das recentes eleições municipais chilenas entendem que a votação relativamente pequena da Frente de Ação Popular teria decorrido da adoção pela FRAP de uma orientação radical, em desacôrdo com os princípios democráticos que regem a vida política do país. Adiantam ainda que a ascensão do Partido Democrata-Cristão como um dos dois mais poderosos partidos do Chile teria resultado, não sòmente das atitudes demasiado conservadoras que o govêrno viria assumindo, como também da repulsa de certos setores à radicalização da política interna chilena, que optaram pela chamada "esquerda democrática latino-americana" do PDC. Com efeito, em número de votos o PDC com 452 000 votos obteve votação maior que o Partido Radical cujos votos totalizaram 427 000, mas em cadeiras o Partido Radical conseguiu superar o PDC (411 votos contra 305), pois o coeficiente eleitoral varia em cada um dos 277 Conselhos.

A FRAP, que por pequena margem de votos não elegeu o Presidente da República em 1958 (30 000 votos apenas) entrou logo em entendimentos com o PDC, visando ao próximo pleito presidencial, o mesmo acontecendo com a coalizão do govêrno, que pretende, igualmente, o apoio dos democratas-cristãos.

A NOVA RAU

Após mais de uma semana de conversações, iniciadas a 6 de abril do corrente ano, no Cairo, entre representantes do Egito, Síria e Iraque, foi proclamada a nova República Árabe Unida (RAU), a 17 do mesmo mês, conforme comunicado assinado pelo Presidente Nasser do Egito, pelo General Lovay el Attassi, Presidente do Conselho Nacional da Revolução da Síria e por Ahmad Hassanel Bakr, Primeiro-Ministro do Iraque.

A primeira RAU, reunindo o Egito e a Síria, formada em 1958, foi desfeita, em setembro de 1961, com a retirada da Síria. Mas a revolta militar síria, de 8 de março dêste ano, decidiu pela nova união com o Egito, desta vez também com o Iraque, tendo sido marcado para 6 de abril próximo o início dos entendimentos.

A proclamação do Cairo de 17 de abril havia aparentemente causado regozijo nas capitais dos três países, Damasco, Cairo e Bagdá. A nova Federação, que inicialmente reunirá os 38 milhões de árabes dos 3 países, terá como objetivos de-

clarados: o socialismo, a libertação da Palestina, a luta contra o capitalismo, a reação e o feudalismo.

Segundo o Comunicado, no dia 17 de setembro próximo, será realizado um plebiscito nos três países, a fim de aprovar a Constituição e eleger o Presidente da Federação, a qual terá um parlamento de duas câmaras, uma com representação proporcional à população dos três Estados.

Reza o documento que haverá garantias de liberdades de palavra, imprensa e culto muito mais liberal do que as vigentes atualmente nos três países. Apesar de garantir a liberdade de religião, o documento estabelece como oficial a religião islâmica.

Os objetivos políticos da nova federação consistem em fortalecer militarmente a união dos três países para libertar as nações árabes do feudalismo, do capitalismo, da reação e do sionismo. A capital da federação será o Cairo.

A mais alta autoridade caberá à Assembléia Nacional, formada pela Câmara de Deputados e o Conselho Federal, ambos eleitos pelo sufrágio universal.

A Assembléia Nacional designará o Presidente da República. Haverá, também, um Conselho Presidencial, formado por um número igual de representantes dos três países. O Conselho de Ministros será responsável perante a Assembléia Nacional.

A confiança será concedida ou retirada por maioria absoluta. As câmaras poderão ser dissolvidas pelo Chefe de Estado. Qualquer república árabe independente, fiel aos princípios de liberdade, socialismo e unidade, poderá aderir à nova federação.

Os cidadãos dos três países que integrarão a RAU terão nacionalidade árabe. A língua oficial será o árabe e a bandeira a da RAU, acrescida de uma estrêla, que representará o Iraque. Haverá um comando militar unificado.

Os partidos políticos existentes nos países-membros, atualmente a União Socialista Árabe, no Egito, e as organizações baathistas e unionistas do Iraque e Síria, serão integrados numa frente política unificada, com uma só direção em nível federal.

As organizações populares e políticas serão eleitas por sufrágio direto. Os operários e camponeses estarão representados em tôdas as assembléias, pelo menos numa proporção de cinqüenta por cento.

O povo poderá controlar todos os meios de produção e dispor de seus frutos, segundo um plano definido, embora isso não

implique, necessàriamente, na nacionalização de todos os meios de produção nem a abolição da propriedade privada ou do direito de herança.

O contrôle popular será exercido mediante a criação de um setor público e outro privado, que participarão do desenvolvimento do Estado, sem explorar os trabalhadores. Os dois setores ficarão sob a vigilância popular.

O Presidente do Iémen, Abdullahial-Sallah, declarou que seu país aderirá à federação assim que esta ficar definitivamente estabelecida, o que levará uns vinte meses, segundo o comunicado. O *Premier* Ben Bella disse que a Argélia poderá aderir mas não no momento. Acrescentou que o primeiro passo será a união (maghreb) da Argélia com o Marrocos e a Tunísia.

Dias após a proclamação, irromperam na Jordânia vários distúrbios, greves e manifestações visando a entrada da Jordânia na nova RAU, principalmente por parte de estudantes. Uma moção do Parlamento pedindo entrada da Jordânia para a RAU provocou a queda do Primeiro-Ministro Samir Rifai. Como conseqüência o Rei Hussein dissolveu o Parlamento e encarregou o xeque Hussein Ben-Nasser, seu tio, de formar o nôvo "govêrno de transição" que presidirá as novas eleições dentro de quatro meses.

Enquanto isso, a 3 de maio, na Síria, descontentes com o papel que teriam na nova Federação, os membros do Partido Ba'ath (socialista), com maioria no Govêrno, destituíram do Gabinete todos os membros partidários do Presidente Nasser, afastaram numerosos oficiais nasseristas de alta patente dos respectivos comandos, bem como expulsaram 86 oficiais do Exército.

Essa crise, que ameaçava de dissolução a nova RAU, foi aparentemente contornada com a renúncia do Primeiro-Ministro da Síria, Senhor Salah Bittar, e com a nomeação, posteriormente, do nôvo *Premier*, Senhor Samir Jundi, baathista dissidente. Também o Primeiro-Ministro do Iraque, General Ahmed Assã Bahr, apresentou pedido de renúncia, aceito imediatamente pelo Conselho Nacional Revolucionário. Êsses fatos se constituíram em tentativas, segundo observadores políticos, de evitar o fracasso dos entendimentos finais para a formação da nova República Árabe Unida.

Mas, o Senhor Jundi não conseguiu formar o seu gabinete e, dois dias após sua posse, o Senhor Salah Bittar voltou ao poder, com um gabinete composto exclusivamente de membros

do Ba'ath. Embora o Senhor Bittar não haja permitido a volta dos nasseristas ao govêrno, anunciou que trabalhará para que se concretize a planejada união entre a Síria, Iraque e Egito, sob a liderança do Presidente Abdel Gamal Nasser.

Mas está criado um sério impasse para a RAU, pois o Presidente Nasser exige uma maioria de 4 para 1 a seu favor no Govêrno da RAU com relação aos partidos Ba'ath da Síria e Iraque, ao passo que os baathistas lhe ofereceram uma maioria de 2 para 1, que o Presidente egípcio não aceitou, pois daria aos baathistas maioria ao govêrno. Para alguns observadores políticos, os membros do Partido Ba'ath não estão dispostos a dar o contrôle total ao Egito, principalmente sôbre os *royalties* petrolíferos, que são sua fonte de riqueza.

Enquanto isso, em fins de junho do ano em curso, teve lugar nova depuração no govêrno sírio, segundo notícias de Beirute, quando se encontravam ausentes do país o Senhor Salah Bittar e o General Ziad, Chefe do Estado-Maior do Exército. Essa depuração foi feita por iniciativa do Conselho Nacional da Revolução, o qual afastou 25 oficiais do Exército e cinco Secretários-Gerais de Ministérios, além de mais 8 oficiais do Exército que foram designados para embaixadas da Síria do exterior.

CRISE HAITI-REPÚBLICA DOMINICANA

Em fins de abril último, verificou-se séria crise entre dois países centro-americanos, República Dominicana e Haiti, contornada, posteriormente, por uma ação mediadora da Organização dos Estados Americanos, que interveio no conflito por solicitação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Iniciou a crise um atentado contra a vida dos filhos do Presidente da República do Haiti, Senhor Pierre Duvalier, e a adoção, a seguir, de represálias pelo govêrno haitiano, inclusive cêrco militar e até invasão de várias Embaixadas, onde se haviam asilado alguns adversários do Presidente Duvalier. Entre as embaixadas visadas pela ação da polícia haitiana se encontravam as da República Dominicana e do Brasil.

Como o govêrno haitiano relutasse em conceder salvo-conduto aos seus nacionais asilados na Embaixada da República Dominicana, sob a alegação de que se tratava de criminosos comuns, o Presidente da República Dominicana, Senhor Juan Bosch, deslocou tropas para a fronteira e ameaçou invadir o Haiti, o que agravou ainda mais a tensão.

A 1.º de maio, o Presidente Pierre Duvalier decretou estado de sítio em todo o país e solicitou à Organização das Nações Unidas uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU, em resposta à denúncia formulada antes pelo Presidente Bosch à Organização dos Estados Americanos de que o Haiti estaria vinculado ao comunismo internacional e que teria cedido bases militares ao govêrno cubano. O govêrno haitiano formulou, também, a queixa à ONU de que o território do seu país estava na iminência de ser invadido por tropas dominicanas.

O caso ensejou um debate preliminar na Organização das Nações Unidas sôbre a competência ou não do Conselho de Segurança para examinar questões que estejam sendo discutidas, paralelamente, em organizações regionais. Graças à ação do Brasil e da Venezuela (contra a dos Estados Unidos e alguns países centro-americanos) prevaleceu a tese da competência do Conselho de Segurança para examinar o problema Haiti-República Dominicana, mesmo que êste já tivesse levado ao conhecimento da Organização dos Estados Americanos. Em decorrência do reconhecimento da ascendência natural da ONU sôbre os organismos regionais e do que dispõe o artigo 52 da Carta das Nações Unidas (que sugere antes do recurso àquela organização mundial o encontro de soluções por intermédio de acôrdos ou discussões em entidades regionais), e ainda por iniciativa do Brasil, o Conselho de Segurança deliberou conferir podêres à Organização dos Estados Americanos para tentar solucionar a crise.

Em meio ao impasse, e como persistissem as ameaças de invasão do território haitiano por tropas dominicanas, dois fatos novos vieram conturbar mais ainda a situação existente: a formação de um govêrno haitiano no exílio sob a direção do Senhor Louis Fignole e o decorrente da inesperada renovação do mandato do Presidente Pierre Duvalier. Êste tendo sido empossado, em maio de 1957, terminaria seu mandato em 22 de maio de 1963. Surpreendentemente, o Presidente dominicano alegou, porém, que tinha sido eleito para nôvo período de seis anos, por ocasião das eleições para o Parlamento, em 30 de abril de 1961. Proclamado reeleito para um segundo mandato de seis anos, pelo Procurador-Geral da República, o Presidente Duvalier recebe aparente manifestação de apoio popular ao seu govêrno e se proclama Chefe da Revolução no Haiti.

Não obstante a gravidade da situação, que se prenunciava, em sua segunda visita à área da crise, a Comissão da OEA

conseguiu superar o incidente Haiti-República Dominicana, restando, sòmente agora, uma tensão residual entre o Haiti e os Estados Unidos da América pois o govêrno haitiano declarou o Embaixador norte-americano Senhor Raymond Thruston *persona non grata,* mesmo após ter o govêrno norte-americano anunciado a normalização de suas relações com aquêle país, a 18 de maio último.

Texto da Declaração do Ministro Geraldo de Carvalho Silos

Transcrevemos, abaixo, na íntegra, o texto do discurso pronunciado pelo Ministro Geraldo de Carvalho Silos, em maio do corrente ano, quando, na qualidade de Delegado do Brasil na Organização das Nações Unidas, expôs o ponto de vista do Brasil, favorável à competência do Conselho de Segurança para debater a crise Haiti-República Dominicana.

"Senhor Presidente,

Desejo desde o comêço deixar registrada a posição da minha Delegação a respeito da competência do Conselho de Segurança para tratar de um assunto que já está sendo considerado pela Organização dos Estados Americanos. Não tenho dúvidas de espécie alguma no que concerne à competência em aprêço. Nesta oportunidade, gostaria de assinalar que o artigo 24 da Carta das Nações Unidas dispõe que "a fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais". A Carta estabelece assim, de maneira inequívoca, que o Conselho tem uma responsabilidade primária no que se refere à manutenção da paz e da segurança.

O artigo 52 da Carta, ao tratar dos acôrdos regionais, diz no seu parágrafo segundo: "os membros das Nações Unidas que forem parte em tais acôrdos ou que constituírem tais entidades empregarão todos os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio dêsses acôrdos e entidades regionais, antes de as submeter ao Conselho de Segurança". Contudo, é perfeitamente apropriado a um membro de uma organização regional apelar para o Conselho de Segurança antes de referir a disputa à entidade regional ou mesmo após tê-lo feito, uma vez que o parágrafo quarto do artigo 52 declara que a obrigação prevista no mesmo artigo "não prejudica de modo algum a aplicação dos artigos 34 e 35". Por outro lado, o art. 103 da Carta declara: "No caso de conflito entre

as obrigações dos membros das Nações Unidas em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acôrdo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta."

O artigo 20 da Carta da Organização dos Estados Americanos não estipula que um Estado-Membro deva esperar a ação da organização regional. Êste artigo estabelece apenas que a disputa deverá ser solucionada através de um dos métodos previstos na Carta da Organização dos Estados Americanos. Ademais, o artigo 36 da Carta das Nações Unidas autoriza o Conselho de Segurança a considerar a qualquer tempo qualquer disputa da natureza mencionada no artigo 33 da mesma Carta.

Senhor Presidente,

Para concluir, a Carta das Nações Unidas, em nossa opinião, não retira de um membro da OEA o direito de apelar a qualquer tempo para o Conselho de Segurança, que tem uma "responsabilidade primária" na manutenção da paz e da segurança. Na realidade, um país que é membro de ambas organizações é um país altamente privilegiado, uma vez que poderá utilizar dois diferentes organismos para apressar a solução pacífica de disputas. Os direitos dêste país são assim fortalecidos e não enfraquecidos. Uma bênção dupla é uma dupla alegria.

Passo em seguida à queixa submetida a êste Conselho pelo Govêrno do Haiti. A Delegação do Brasil estudou as declarações feitas diante dêste Conselho pelo Ministro do Exterior do Haiti e pelos Delegados do Haiti e da República Dominicana. Ademais, levou em consideração não apenas os documentos trazidos a êste Conselho pelo Presidente do Conselho da OEA como também as medidas que foram tomadas pela organização regional com vistas a obter uma solução pacífica da disputa. Não é intenção da minha Delegação tratar da substância da matéria. Tentarei, contudo, caracterizar a natureza do problema.

A tensão atualmente existente entre o Haiti e a República Dominicana surge de uma controvérsia a respeito do direito de asilo. Como todos sabem, o direito de asilo é um instituto tìpicamente latino-americano, que tem suas raízes no direito internacional e na prática latino-americanos em função de condições políticas e sociais muito particulares que têm prevalecido na maioria dos países da região. Ao tratar da presente disputa, é necessário ter em mente o fundo costumeiro, legal e constitucional do instituto do asilo em sua evolução na América Latina. Em vista da importância do papel político desempenhado na

vida latino-americana pelo direito de asilo, os juristas e estadistas latino-americanos produziram um notável corpo de doutrinas em tôrno do assunto. Não seria exagêro dizer que a existência e a prática do asilo criaram relações muito especiais entre os países da América Latina.

Senhor Presidente, em vista dêstes motivos e tendo em mente tanto o artigo 36, parágrafo 2, e o artigo 52, parágrafo 3, a Delegação do Brasil considera que, na sua etapa atual, a questão pode ser satisfatòriamente solucionada pelo Conselho da OEA, o qual, a pedido de ambas as partes, já tomou medidas para restaurar a paz e a harmonia na área.

Muito obrigado."

DESNUCLEARIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Em Declaração Conjunta de 30 de abril de 1963, os Presidentes do Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México propuseram a desnuclearização da América Latina.

Êsse documento e essa decisão tiveram suas origens no projeto de resolução que a Delegação do Brasil apresentou à XVII Assembléia-Geral da ONU em 29 de outubro de 1962, sugerindo medidas, por meio de acôrdos entre os vários países latino-americanos, com o fim de evitar o armamento nuclear da América Latina. Posteriormente, o projeto recebeu a assinatura da Bolívia, do Chile e do Equador. Em 21 de março dêste ano, o Presidente Lopes Mateos, em carta enviada ao Presidente João Goulart, manifestou seu apoio à iniciativa do Brasil e sugeriu, a fim de intensificar as medidas iniciais de desnuclearização, fazerem os Presidentes dos países signatários do projeto inicial e mais o do México uma Declaração em que anunciariam a sua disposição de firmarem um acôrdo multilateral com os demais países da América Latina, estabelecendo o "compromisso de não fabricar, receber, armazenar ou ensaiar armas nucleares ou artefatos de lançamento nuclear". A 8 de abril, o Presidente João Goulart respondeu ao Presidente Lopes Mateos, manifestando sua satisfação pelo interêsse do Chefe do Govêrno Mexicano e concordando integralmente com sua proposta. Êsses entendimentos resultaram, afinal a 30 de abril, em uma Declaração Conjunta dos dois governos, a qual teve repercussão internacional.

Na Conferência de Desarmamento que se realizava em Genebra verificaram-se diferentes reações. Os neutralistas se

mostraram favoráveis sem reservas à proposta latino-americana; os países do bloco soviético apoiaram-na calorosamente; já os ocidentais deram um apoio cauteloso, com algumas ressalvas, em especial do delegado italiano e do representante da Grã-Bretanha, por temerem a ampliação da medida à Europa, o que iria debilitar o mundo ocidental. Por sua vez os Estados Unidos pediram aos demais países latino-americanos que dessem apoio à proposta.

O Secretário-Geral da ONU, Senhor U Thant, congratulou-se com o Brasil e os outros signatários da Declaração, afirmando que a iniciativa constitui um passo no bom caminho.

Respondendo ao apêlo que os quatro Presidentes fizeram aos demais Governos latino-americanos, por ocasião da divulgação da Declaração, a Colômbia já manifestou seu apoio ao plano e o Presidente Osvaldo Dorticós, de Cuba, informou que o seu Govêrno estava estudando o assunto e que em breve daria sua resposta.

Na Seção DOCUMENTOS publicamos na íntegra o projeto inicial da Declaração Brasileira de 22 de outubro de 1962 e o texto da Declaração Conjunta de 30 de abril último.

FÔRÇA ATÔMICA DA OTAN

Na Reunião Anual de nível Ministerial da Organização do Tratado do Atlântico Norte, realizada em Ottawa, Canadá, de 22 a 24 de maio último, em que tomaram parte os Ministros do Exterior e da Defesa dos 15 países-membros da Organização, foi decidida a criação de uma fôrça combinada de ataque nuclear européia-norte-americana com comando conjunto.

Conversações no sentido da criação de uma Fôrça Atômica dentro da OTAN vinham tendo lugar não só no Conselho Permanente dessa Organização como também entre os Chefes de Govêrno, Ministros da Defesa e Exterior e outros altos funcionários dos países-membros, em especial dos EUA, Grã-Bretanha, França e Alemanha Ocidental. O assunto foi também debatido em reunião especial dos líderes da OTAN e da OTASE em 7 de abril.

Em meados de abril último, o Conselho da OTAN tinha decidido, preliminarmente, pela criação de uma fôrça atômica, para a qual contribuiriam vários de seus países-membros, passando a debater, posteriormente, as duas formas possíveis de

sua constituição: uma, combinada, de comando conjunto e outra, integrada, multinacional, com comando único.

A URSS sempre se mostrou contrária à criação dessa fôrça atômica, na OTAN, tendo sugerido, reagindo à medida, um pacto de não-agressão entre a OTAN e as nações do Tratado de Varsóvia. Chegou mesmo a declarar por intermédio do Almirante Serge Gorchkov, Comandante-Chefe da Esquadra Soviética, a 18 de maio último, que considerará piratas os navios mercantes da OTAN que sejam equipados com foguetes "Polaris".

O Presidente da França, General de Gaulle tem se mostrado desfavorável à criação da fôrça multilateral, a menos que haja paridade nos podêres de decisão (quanto à atuação dessa fôrça) entre a Europa e os Estados Unidos. Coerentemente, procura o Chefe do Govêrno francês levar avante seu projeto de dotar a França de uma fôrça nuclear própria, independente da criação ou não por parte da OTAN da fôrça multinacional de comando único.

A fôrça atômica recentemente criada pela OTAN em Ottawa seria composta inicialmente por três submarinos atômicos dos EUA, 180 aviões de bombardeio da Grã-Bretanha, provàvelmente, e dos dois esquadrões aéreos franceses estacionados na Alemanha Ocidental e frotas aéreas de transporte de oito países da OTAN.

BRASILEIRO CANDIDATO AO PRÊMIO NOBEL DA PAZ

O Presidente da Associação Parlamentar Mundial indicou o nome do Embaixador Josué de Castro para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz, segundo decisão tomada na Assembléia-Geral do Comitê Executivo daquela entidade, realizada, em Londres, em março último.

Foi o físico e sueco Alfred Bernhard Nobel (1833-1896) quem instituiu o Prêmio que tem o seu nome. Inventor da dinamite e tendo acumulado grande riqueza devido à exploração industrial do explosivo, Alfred Nobel, para redimir-se das conseqüências negativas advindas do seu invento, resolveu deixar seus bens para a concessão anual de 5 prêmios em dinheiro a pessoas que se celebrizem nos campos da química, física, medicina, literatura e na luta em favor da paz mundial.

O Prêmio Nobel da Paz, desde 1901, quando foi conferido pela primeira vez a Henry Dumont, suíço, já foi conferido a 59 personalidades que se notabilizaram pelos seus esforços humanitários mundiais.

Do documento em que foi encaminhada a indicação do Senhor Josué de Castro, ao Comitê Nobel do Parlamento norueguês, órgão que concede os Prêmios Nobel, consta a apresentação do candidato brasileiro feita pelo Presidente da Assembléia Parlamentar Mundial, deputado britânico Gilbert McAllister.

A grande contribuição do candidato Josué de Castro para a paz mundial não se resume aos seus estudos teóricos, mas às suas atividades contra o flagelo mundial da fome. Nesse contexto, cumpre mencionar duas obras de sua autoria de repercussão internacional, *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome,* traduzidas em mais de dezoito idiomas. Seu campo de ação inicialmente restrito a órgãos particulares estendeu-se, nestes últimos anos, a organismos oficiais de cooperação internacional, em especial a FAO, que presidiu durante vários anos.

Atualmente o Senhor Josué de Castro é Embaixador do Brasil junto a todos os organismos de cooperação internacional sediados na Europa.

A eleição dos candidatos ao Prêmio Nobel terá lugar em outubro próximo.

O KUWAIT NA ONU

A Organização das Nações Unidas passou a ter 111 membros, com a admissão do Kuwait. Sua candidatura foi apresentada pelo Delegado da Jordânia e aprovada por unanimidade.

Agradecendo a filiação de seu país à ONU, o Ministro das Relações Exteriores no nôvo Membro das Nações Unidas, Sabah El Ahmed, reafirmou que o Kuwait continuará apoiando o pan-arabismo.

PAPA JOÃO XXIII

O Papa João XXIII, antes Cardeal Angelo Roncalli, morreu em 3 de junho dêste ano. Apesar de ter sido um dos mais curtos períodos do Papado — 4 anos e 7 meses — a morte de João XXIII alcançou repercussão e pesar em tôdas as partes do mundo, devido à sua ação renovadora e reformista.

Coroado em 28 de outubro de 1958, três semanas após sua eleição rompeu uma tradição de 372 anos, aumentando o número de membros do Colégio dos Cardeais (Sixto V, no séc. XVI, fixou o *quorum* em 70 chapéus). Convocou um consistório para criar mais 23 cardeais, com o que aumentou para 74 o número de membros do Sacro Colégio. Um ano depois morreram mais 4 cardeais. O Papa nomeou mais 8, passando o Sacro Colégio a 78 membros. Um 3.º Consistório realizado em 1960 criou mais 7 cardeais. O Sacro Colégio chegava a um total sem precedentes de 85 cardeais. Na ocasião, o Papa declarou que conservava *in pectore* os nomes de mais 3 cardeais. Possìvelmente os 3 vivessem em países comunistas onde a promoção ao cardinalício poderia trazer-lhe maiores dificuldades. Em março de 1962, um nôvo consistório nomeou mais 10 cardeais, em virtude de inúmeras vagas ocorridas desde 1960, por morte. O Sacro Colégio ficava, assim, com 87 cardeais.

Consciente da expansão da Igreja Católica com seu meio bilhão de membros, além da Europa e da América, o Papa João XXIII criou o 1.º cardeal africano, o 1.º cardeal filipino, o 1.º cardeal japonês. Pela primeira vez tôdas as raças estavam representadas no Colégio de Cardeais.

Convocou um Sínodo Romano, o 1.º da História desde o Concílio de Trento, prefiguração do II Concílio Ecumênico do Vaticano. O propósito imediato do Concílio era adaptar a Igreja às necessidades desta era de conquistas siderais, porém seu objetivo a longo prazo foi o da unidade cristã. Insistiu sempre na liberdade de expressão para todos os delegados e recebeu os observadores não-católicos numa audiência sem paralelo.

Uma semana após o Concílio, na primeira viagem de trem feita por um Papa em 100 anos, foi a Loreto e Assis. Fêz também visitas aos hospitais e prisões de Roma.

No inverno de 1960 o Dr. Geoffrey Fisher, então Arcebispo de Canterbury, e o Papa João XXIII entrevistaram-se durante uma hora no Vaticano. Era a primeira vez que o Primaz da Igreja Anglicana visitava o Chefe Supremo da Igreja Católica. Meses depois João XXIII recebia a visita da Rainha Elisabeth II na qualidade de Chefe de Estado.

No entanto, a visita que maior repercussão teve foi a do genro de Krushev, Alexei Adjubei, redator-chefe do *Izvestia*, e sua espôsa. Recebidos em audiência a 7 de março de 1963, foi o primeiro encontro entre um Papa e um funcionário da União Soviética. Apontado pelos comunistas chineses como mais um passo da Rússia em direção ao capitalismo, e pelos

políticos italianos da direita como fator de prestígio para os comunistas, comprovado segundo êles em eleições realizadas logo após, o encontro foi um marco decisivo na nova política do Vaticano.

A Encíclica *Mater et Magistra*, publicada em 1961, foi o seu pronunciamento mais importante sôbre problemas sociais. Chamou a atenção para que "talvez o problema mais difícil do mundo diz respeito às relações entre as comunidades políticas econômicamente avançadas e aquelas em processo de desenvolvimento". Acentuou ser indispensável que a ajuda financeira e técnica das nações mais avançadas seja concedida "com sincero desinterêsse político" para contrabalançar as diferenças entre a produção excessiva e a miséria, a fome.

A 10 de abril de 1963, publicou a Encíclica *Pacem in Terris*, a primeira encíclica da História dedicada exclusivamente a um detalhado estudo da paz universal entre os homens e as nações, fundada no que qualificou de 4 pilares: verdade, justiça, caridade e liberdade. O Govêrno Soviético que jamais comentara um pronunciamento papal qualificou-a de "encíclica histórica". A encíclica, dividida em 5 partes, aborda as relações entre os homens, seus direitos e deveres de cidadão, as relações entre as nações, a comunidade mundial, e na última parte contém conselhos pastorais aos católicos. Contràriamente às demais, *Paz na Terra* foi dirigida a todo o mundo, não ùnicamente aos católicos, mas também aos não-católicos. Para "todos os homens de boa-vontade", como disse o Papa João XXIII. Instou as nações à paz, com base em govêrno mundial, indicando que o seu fundamento poderia ser a ONU, e fêz um apêlo para que fôssem proibidas as armas nucleares, dentro de um desarmamento controlado.

Por ocasião de sua morte, o Presidente João Goulart enviou ao Cardeal Bento Aloisio Masella, Camerlengo da Santa Igreja Romana, o seguinte telegrama: "Apresento a Vossa Eminência Reverendíssima e ao Sacro Colégio, em nome da Nação brasileira e no meu próprio, os nossos sentimentos do mais profundo pesar pelo falecimento do Sumo Pontífice, o Santo Padre João XXIII, cuja ação apostolar, magistralmente consubstanciada nas Encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, abre novas esperanças e novos caminhos para a paz entre os povos e o progresso social da humanidade."

* * *

Reunido para a eleição do nôvo Papa, o Sacro Colégio, numa das eleições mais rápidas do Papado e contrastando com a de João XXIII, que só foi escolhido após vários escrutínios, elegeu, a 21 de junho, o Cardeal Giovanni Battista Montini, nôvo Papa, que escolheu o nome de Paulo VI.

O nôvo Papa era o Arcebispo de Milão desde 1954. Foi durante muitos anos íntimo colaborador de Pio XII, que lhe ofereceu o chapéu de Cardeal logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, mas que êle não aceitou. Foi um dos mais cotados para suceder a Pio XII, embora não fôsse Cardeal. Quando do aumento do número de Cardeais do Sacro Colégio, foi o primeiro Cardeal a ser nomeado por João XXIII, que quis assim testemunhar-lhe sua especial afeição.

O nôvo Papa, que foi coroado a 30 de junho, já estêve no Brasil, em 1960, oportunidade em que visitou, com D. Hélder Câmara, as residências populares em construção no Rio de Janeiro e várias obras sociais da Cruzada São Sebastião.

Por ocasião da sua eleição, o Presidente João Goulart enviou ao Papa Paulo VI a seguinte mensagem:

"Como Chefe da Nação venho apresentar a Vossa Santidade o testemunho de fidelidade e a homenagem mais calorosa do povo brasileiro pela eleição ao Trono Pontifício. O povo e o Govêrno do Brasil estão certos de que sob o Pontificado de Vossa Santidade o mundo inteiro terá maiores oportunidades de conhecer os benefícios da paz e da justiça social. Formulando votos por um fecundo reinado espiritual, rendo a Vossa Santidade as homenagens do povo brasileiro que guarda a mais grata recordação da visita de Vossa Santidade ao Brasil. Peço respeitosamente bênção a Vossa Santidade para o meu país e todos os seus filhos."

CONFERÊNCIA PAN-AFRICANA DE ADIS-ABEBA

Realizou-se em Adis-Abeba, Etiópia, de 22 a 25 de maio dêste ano, uma conferência africana de cúpula, em que tomaram parte 30 países da África.

O Imperador Hailé Sallassié, da Etiópia, eleito Presidente da Conferência por unanimidade, iniciando a Reunião, fêz um apêlo para que se constituísse uma organização africana, a fim de que, numa frente política única, defenda e lute pelos interêsses do continente africano, que abrange 200 milhões de habitantes.

Durante a Conferência, foram debatidos e aprovados seis Resoluções: a) condenação do colonialismo antigo e moderno; b) condenação do *apartheid* na África e discriminação racial em todo o mundo, em especial nos EUA — foi criado um fundo especial para manter o movimento anti-*apartheid* na África do Sul; c) reafirmação do apoio e adesão à Carta das Nações Unidas e aceitação das obrigações nela contidas; d) declaração da África como zona desnuclearizada; e) criação de uma zona livre de comércio entre os países africanos; f) manutenção da Comissão de Cooperação Técnica da África (CCTA), que será adaptada à atual situação e quadro da Organização dos Estados Africanos.

Um assunto mereceu atenção especial dos participantes do conclave: a criação de uma frente política única, a que o soberano etíope se referiu na abertura da Conferência. Duas correntes se delinearam quanto à forma de sua concretização: uma liderada pelo Imperador Hailé Sallassié, defendendo a criação dessa organização por etapas, e outra encabeçada pelo Presidente de Gana, Kwame Nkrumah, pugnando pela criação imediata da frente política única.

Venceu a corrente do Presidente Nkrumah e após a fase de estudos e debates foi aprovada a criação dum bloco africano único, em substituição às organizações rivais de Casablanca e Monróvia.

O Estatuto que regula a nova entidade, a Carta da Unidade Pan-Africana, foi assinado a 25 de maio pelas 30 nações participantes. A organização funcionará por intermédio dos seguintes órgãos: uma Assembléia de Chefes de Govêrno que se reunirá anualmente, um Conselho de Ministros com duas reuniões anuais, um Conselho Permanente e uma Comissão de Mediação e Conciliação. O texto da Carta vai publicado no presente número, na Seção DOCUMENTOS.

Não participaram da Conferência a União Sul-Africana, por não ter sido convidada, e a República do Togo, cujo convite foi cancelado devido ao assassinato, em janeiro dêste ano, do então Presidente Sylvanos Olimpio.

DOCUMENTOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO SÔBRE DESNUCLEARIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

A Delegação do Brasil apresentou à XVII Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 29 de outubro de 1962, o seguinte projeto de resolução sôbre a desnuclearização da América Latina (êsse projeto recebeu posteriormente a assinatura da Bolívia, Chile e Equador):

"A Assembléia-Geral,

Tendo em conta a necessidade vital de poupar as gerações presentes e futuras do flagelo de uma guerra nuclear,

Profundamente preocupada com os atuais desenvolvimentos da conjuntura internacional que promovem a expansão de armas nucleares a novas regiões geográficas,

Acreditando que se deveria adotar uma ação urgente para impedir uma maior disseminação de armas nucleares,

Recordando suas resoluções 1 380 (XIV) de 20 de novembro de 1959, 1 576 (XV) de 20 de dezembro de 1960, 1 664 (XVI) e 1 665 (XVI) de 4 de dezembro de 1961,

Recordando a resolução 1 652 (XVI) de 24 de novembro de 1961, que reconheceu a necessidade de impedir que a África seja envolvida na corrida armamentista e que considerou o continente africano como uma zona desnuclearizada,

Considerando que os perigos e ameaças inerentes à presente crise mundial tornam imperativo que todos os Estados-Membros da área latino-americana considerem entre si a elaboração de acôrdos que tornem a América Latina zona desnuclearizada, impedindo, assim, a maior disseminação de armas nucleares,

Reconhecendo a necessidade de impedir que os países da África e da América Latina sejam envolvidos na corrida armamentista nuclear, que coloca em perigo a paz mundial e causa profunda ansiedade a todos os povos e nações:

1. *Recomenda* que os países da América Latina, pelos meios e canais que forem considerados mais convenientes, negociem acôrdos pelos quais os países da área resolveriam:

A. Concordar em não fabricar, receber, armazenar ou experimentar armas nucleares e engenhos transportadores;

B. Concordar em desfazer-se imediatamente de quaisquer armas atômicas ou engenhos transportadores que se possam encontrar agora em seu território;

C. Concordar em adotar medidas para verificação dêsses acôrdos de modo a garantir que êles estarão realmente sendo respeitados.

2. *Concita* todos os Estados a cooperar plenamente com os acôrdos que se concluírem e, na conformidade dos mesmos, considerarem e respeitarem *o território da América Latina* como uma zona desnuclearizada.

3. *Solicita* ao Secretário-Geral que, a pedido daqueles Estados, preste sua assistência no sentido de lograr e executar os acôrdos mencionados no parágrafo 1."

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE 30 DE ABRIL DE 1963, DOS PRESIDENTES DO BRASIL, BOLÍVIA, CHILE, EQUADOR E MÉXICO

Publicamos, a seguir, o texto da Declaração Conjunta dos Presidentes do Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México sôbre a desnuclearização da América Latina:

Os Presidentes das Repúblicas da Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México,

Profundamente preocupados com o atual desenvolvimento da situação internacional, que favorece a difusão das armas nucleares;

Considerando que, devido à sua invariável tradição pacifista, os Estados latino-americanos devem juntar seus esforços a fim de converter a América Latina numa zona desnuclearizada, com o que contribuirão para diminuir os perigos que ameaçam a paz do mundo;

Desejosos de preservar seus países das trágicas conseqüências que acarretaria uma guerra nuclear, e

Alentados pela esperança de que a conclusão de um acôrdo regional latino-americano possa contribuir para a adoção de um instrumento de caráter contratual no âmbito mundial,

Em nome de seus povos e Governos, resolveram:

1. Anunciar desde já que os seus Governos estão dispostos a assinar um acôrdo multilateral latino-americano, pelo qual os países se comprometeriam a não fabricar, receber, armazenar nem testar armas nucleares ou instrumentos de lançamento nuclear.

2. Dar a conhecer a presente Declaração aos Chefes de Estado das demais Repúblicas latino-americanas, fazendo votos para que seus Governos adiram a ela da maneira que considerem adequada.

3. Cooperar entre si e com as demais Repúblicas latino-americanas que aderirem à presente Declaração, a fim de que a América Latina seja reconhecida o mais cedo possível como zona desnuclearizada.

CARTA DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA

Na Conferência Pan-Africana de Chefes de Estado e Govêrno, realizada em Adis-Abeba, Etiópia, de 22 a 25 de maio corrente, foi criada a "Organização da Unidade Africana" (OUA), cujos estatutos publicamos a seguir:

Nós, os Chefes de Estado e Govêrno africanos, reunidos na cidade de Adis-Abeba, Etiópia.

CONVENCIDOS de que é um direito inalienável de todos os povos decidir o próprio destino,

CONSCIENTES de que a liberdade, a igualdade, a justiça e a dignidade são objetivos essenciais para a realização das legítimas aspirações dos povos africanos,

CÔNSCIOS da responsabilidade de utilizar os recursos naturais e humanos do continente para o progresso geral dos nossos povos em todos os campos da atividade humana,

INSPIRADOS pela comum determinação de fortalecer o entendimento entre os nossos povos e a colaboração entre os nossos Estados, a fim de corresponder às aspirações dos nossos povos pela consolidação da fraternidade e solidariedade integradas numa unidade mais ampla que transcenda diferenças étnicas e nacionais,

CONVENCIDOS de que, para traduzir esta determinação numa fôrça dinâmica pela causa do progresso humano, urge criar e manter condições para a paz e segurança,

FIRMEMENTE RESOLVIDOS a salvaguardar e consolidar a independência e a soberania àrduamente obtidas, bem como a integridade territorial dos nossos Estados, e a combater o neocolonialismo sob tôdas as suas formas,

DEDICADOS ao progresso geral da África,

PERSUADIDOS de que a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a cujos princípios reafirmamos a nossa adesão, oferecem uma sólida base para a cooperação pacífica e fecunda entre os Estados,

DESEJOSOS de que todos os Estados africanos doravante se unam a fim de assegurar o bem-estar de seus povos,

RESOLVIDOS a estreitar os vínculos entre nossos Estados, estabelecendo e reforçando instituições comuns,

CONCORDAMOS em criar

A ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA

Artigo I

As Altas Partes Contratantes criam pela presente Carta uma organização denominada "Organização da Unidade Africana".

Esta organização compreende os Estados continentais, Madagascar e as demais ilhas vizinhas da África.

OBJETIVOS

Artigo II

Os objetivos da Organização são os seguintes:

a) Fortalecer a unidade e a solidariedade dos Estados africanos.

b) Coordenar e intensificar a sua colaboração e os seus esforços para proporcionar uma vida melhor aos povos da África.

c) Defender a sua soberania, integridade territorial e independência.

d) Erradicar tôdas as formas de colonialismo do Continente Africano.

e) Promover a cooperação internacional, observando a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Para êstes fins, os Estados-Membros coordenarão e harmonizarão suas políticas globais, especialmente nos seguintes campos:

a) Política e diplomacia.

b) Economia, transportes e comunicações.

c) Educação e cultura.

d) Saúde, higiene e alimentação.

e) Ciência e técnica.

f) Defesa e segurança.

PRINCÍPIOS

Artigo III

Os Estados-Membros, para realização dos propósitos mencionados no Artigo II, solenemente afirmam os seguintes princípios:

1) Igualdade soberana de todos os Estados-Membros.

2) Não-intervenção nos assuntos internos dos Estados.

3) Respeito pela soberania e integridade territorial de cada Estado e pelo seu direito inalienável de existência independente.

4) Solução pacífica de controvérsias pela negociação, mediação, conciliação ou arbitragem.

5) Irrestrita condenação do assassínio político, bem como das atividades subversivas exercidas por parte de Estados vizinhos ou quaisquer outros Estados.

6) Absoluta dedicação à total emancipação dos territórios africanos ainda dependentes.

7) Afirmação da política de não-alinhamento com referência a todos os blocos.

MEMBROS

Artigo IV

Todo Estado africano independente e soberano pode tornar-se membro da Organização.

DIREITOS E DEVERES DOS ESTADOS-MEMBROS

Artigo V

Todos os Estados-Membros gozam dos mesmos direitos e têm iguais deveres.

Artigo VI

Os Estados-Membros comprometem-se a observar escrupulosamente os princípios enumerados no Artigo III da presente Carta.

INSTITUIÇÕES

Artigo VII

A Organização realiza os seus objetivos principalmente através das seguintes instituições:

1) Conferência de Chefes de Estado e de Govêrno.

2) Conselho de Ministros.

3) Secretariado-Geral.

4) Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem.

CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVÊRNO

Artigo VIII

A Conferência de Chefes de Estado e de Govêrno é o órgão supremo da Organização. Deve, sujeita às disposições desta Carta, discutir assuntos de interêsse comum para a Áfri-

ca, visando coordenar e harmonizar a política geral da Organização. Pode, além disso, rever a estrutura, as funções e os atos da Organização e das agências especializadas que venham a ser criadas de acôrdo com a presente Carta.

Artigo IX

A Conferência compõe-se dos Chefes de Estado e de Govêrno ou de seus representantes devidamente credenciados e deve reunir-se ao menos uma vez por ano. Se um Estado o solicitar, e mediante a aprovação de dois terços dos Membros, a Conferência pode reunir-se em sessão extraordinária.

Artigo X

1. Cada Estado-Membro dispõe de um voto.

2. As decisões são tomadas pela maioria de dois terços dos Estados-Membros.

3. As questões processuais requerem a maioria simples dos Estados-Membros da Organização. Da mesma forma, decide-se se uma questão é ou não de natureza processual.

4. Dois terços dos Estados-Membros constituem quorum.

Artigo XI

A Conferência determina o seu regimento interno.

CONSELHO DE MINISTROS

Artigo XII

O Conselho de Ministros compõe-se dos Ministros das Relações Exteriores ou de quaisquer outros Ministros designados pelos Governos dos Estados-Membros. O Conselho de Ministros reúne-se pelo menos duas vêzes por ano. Quando fôr solicitado por qualquer Estado e mediante aprovação de dois terços dos Membros, o Conselho reúne-se em sessão extraordinária.

Artigo XIII

O Conselho de Ministros é responsável perante a Conferência de Chefes de Estado e de Govêrno. Tem o encargo de preparar as reuniões da Conferência. Toma conhecimento de qualquer assunto a êle referido pela Conferência e executa suas decisões. Coordena a cooperação interafricana de acôrdo com as diretrizes da Conferência e em conformidade com o artigo II da presente Carta.

Artigo XIV

1. Cada Estado-Membro dispõe de um voto.

2. As decisões são tomadas pela maioria simples dos Membros do Conselho de Ministros.

3. Dois terços dos Membros do Conselho proporcionam quorum.

Artigo XV

O Conselho determina o seu regimento interno.

SECRETÁRIO-GERAL

Artigo XVI

Um Secretário-Geral Administrativo da Organização é designado pela Conferência dos Chefes de Estado e de Govêrno. O Secretário-Geral Administrativo dirige os trabalhos do Secretariado.

Artigo XVII

A Conferência de Chefes de Estado e de Govêrno designa um ou vários Secretários-Gerais Adjuntos.

Artigo XVIII

As funções e condições de trabalho do Secretário-Geral Administrativo, dos Secretários-Gerais Adjuntos e de outros funcionários do Secretariado são reguladas pelas disposições desta Carta e pelo regulamento interno aprovado pela Conferência de Chefes de Estado e de Govêrno.

1. No cumprimento das suas obrigações, o Secretário-Geral Administrativo e o pessoal do Secretariado não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhum Govêrno ou autoridade fora da Organização. Abster-se-ão de qualquer ato incompatível com a sua situação de funcionários internacionais e serão responsáveis sòmente diante da Organização.

2. Cada Membro da Organização compromete-se a respeitar o caráter exclusivamente internacional das funções do Secretário-Geral Administrativo e do pessoal do Secretariado e a não procurar influenciá-los na execução de suas tarefas.

COMISSÃO DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

Artigo XIX

Os Estados-Membros comprometem-se a resolver tôdas as controvérsias entre si por meios pacíficos. Para êste fim, resolvem criar a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem, cuja composição e condições de trabalho são definidas por um protocolo à parte, aprovado pela Conferência de Chefes de Estado e de Govêrno. Êste protocolo é considerado parte integrante da presente Carta.

COMISSÕES ESPECIALIZADAS

Artigo XX

Além das Comissões Especializadas que a Conferência julgar necessárias, ficam criadas as seguintes:

1) Comissão Econômica e Social.

2) Comissão de Educação e Cultura.

3) Comissão de Saúde, Higiene e Alimentação.

4) Comissão de Defesa.

5) Comissão Científica, Técnica e de Pesquisa.

Artigo XXI

Cada Comissão Especializada referida no artigo XX é formada pelos Ministros competentes ou outros Ministros ou Plenipotenciários designados para êsse efeito pelos respectivos Governos.

Artigo XXII

As funções das Comissões Especializadas são exercidas segundo as disposições da presente Carta e de acôrdo com normas aprovadas pelo Conselho de Ministros.

ORÇAMENTO

Artigo XXIII

O Orçamento da Organização, preparado pelo Secretário-Geral Administrativo, é aprovado pelo Conselho

de Ministros. O Orçamento será provido pelas contribuições dos Estados-Membros, de acôrdo com a escala de contribuições das Nações Unidas. Nenhum Estado-Membro será obrigado a pagar uma quantia que exceda 20% do Orçamento anual ordinário da Organização. Os Estados-Membros concordam em pagar suas contribuições regularmente.

ASSINATURA E RATIFICAÇÃO DA CARTA

Artigo XXIV

1. A presente Carta está aberta à assinatura de todos os Estados africanos, independentes e soberanos, e é ratificada pelos Estados signatários, de acôrdo com as suas disposições constitucionais.

2. O instrumento original, redigido, se possível, nas línguas africanas, em inglês e em francês, todos os textos fazendo igualmente fé, é depositado junto ao Govêrno da Etiópia, o qual transmite cópias autenticadas do mesmo a todos os Estados africanos, independentes e soberanos.

3. Os instrumentos de ratificação são depositados junto ao Govêrno da Etiópia, que notifica de cada depósito todos os Estados signatários.

ENTRADA EM VIGOR

Artigo XXV

Esta Carta entra em vigor imediatamente após o recebimento, por parte do Govêrno da Etiópia, dos instrumentos de ratificação de dois terços dos Estados signatários.

REGISTRO DA CARTA

Artigo XXVI

A presente Carta, depois de devidamente ratificada, será registrada no Secretariado das Nações Unidas por intermédio do Govêrno da Etiópia, em conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

INTERPRETAÇÃO DA CARTA

Artigo XXVII

Qualquer decisão sôbre a interpretação desta Carta deverá ser aprovada pela maioria de dois terços dos Chefes de Estado e de Govêrno dos Membros da Organização.

ADESÃO E ADMISSÃO

Artigo XXVIII

1. Qualquer Estado africano independente e soberano pode, a qualquer momento, notificar o Secretário-Geral Administrativo da sua intenção de aderir a esta Carta.

2. O Secretário-Geral Administrativo, ao receber tal notificação, envia uma cópia a todos os Estados-Membros. A admissão é decidida pela maioria simples dos Estados-Membros. O voto de cada Estado-Membro é transmitido ao Secretário-Geral Administrativo, o qual, após o recebimento do número requerido de votos, comunica a decisão ao Estado interessado.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo XXIX

As línguas de trabalho da Organização e de suas Instituições são, se

possível, as africanas, o inglês e o francês.

Artigo XXX

O Secretário-Geral Administrativo pode aceitar, em nome da Organização, presentes, heranças e outras doações a ela feitas, mediante a aprovação do Conselho de Ministros.

Artigo XXXI

O Conselho de Ministros decide sôbre os privilégios e imunidades a serem concedidos ao pessoal do Secretariado nos respectivos territórios dos Estados-Membros.

RENÚNCIA À QUALIDADE DE MEMBRO

Artigo XXXII

Qualquer Estado que deseje renunciar à condição de Membro da Organização enviará uma notificação escrita ao Secretário-Geral Administrativo. Decorrido um ano da data da notificação e a menos que a mesma não tenha sido retirada, a Carta cessará de ser aplicada com relação ao Estado renunciante, que deixará, assim, de pertencer à Organização.

EMENDA E REVISÃO

Artigo XXXIII

A presente Carta poderá ser emendada ou revista se qualquer Estado-Membro fizer uma solicitação escrita, nesse sentido, ao Secretário-Geral Administrativo. A emenda proposta sòmente será submetida à consideração da Conferência após todos os Estados-Membros dela terem sido devidamente notificados e decorrido o período de um ano. A emenda só terá efeito se aprovada por dois terços pelo menos dos Estados-Membros.

EM FÉ DO QUE, Nós, Chefes de Estado e de Govêrno africanos, assinamos a presente Carta.

Feito em Adis-Abeba, Etiópia, aos vinte e cinco dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e três.

ACÔRDO DE COMÉRCIO E PAGAMENTOS ENTRE O BRASIL E A URSS — PROTOCOLO COMERCIAL BRASILEIRO-SOVIÉTICO

Transcrevemos, a seguir, o texto do Acôrdo de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assinado, no Palácio Itamarati, a 20 de abril de 1963.

ACÔRDO DE COMÉRCIO E PAGAMENTO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidium do Soviet Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas,

RECONHECENDO, com satisfação, o favorável desenvolvimento que vêm tendo as relações comerciais entre os dois países;

DESEJANDO, num espírito de amizade e entendimento, expandir es-

sas relações e a cooperação econômica recíproca, baseadas no princípio de igualdade e vantagens mútuas;

RESOLVERAM concluir um Acôrdo de Comércio e Pagamentos; e, para êsse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Suas Excelências os Senhores Professor Hermes Lima, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e Professor Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda,

O Presidium do Soviet Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Suas Excelências os Senhores Andrei Andronovitch Fomin, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da URSS no Brasil, e Sergei Arkadievitch Mkrtumov, Chefe do Departamento do Ministério do Comércio Exterior da URSS,

Os quais, após terem exibido seus Plenos Podêres, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

Artigo 1

As Partes Contratantes contribuirão, por todos os meios a seu alcance, para o aumento do intercâmbio comercial entre os dois países. Para êsse fim, e em conformidade com as respectivas legislações sôbre comércio exterior e câmbio, os órgãos competentes de ambas as Partes concederão as necessárias facilidades administrativas e cambiais às operações comerciais reguladas pelo presente Acôrdo, particularmente no que se refere, quando fôr o caso, à emissão de licenças de exportação e importação para a realização de transações comerciais entre pessoas físicas ou jurídicas, do Brasil, e organizações de comércio exterior da URSS.

As Partes Contratantes aplicarão as disposições do presente Acôrdo, de modo a promover o equilíbrio dos pagamentos resultantes do intercâmbio comercial.

Artigo 2

As Partes Contratantes concedem uma à outra, em tôdas as questões relativas ao comércio e à navegação, um tratamento em todos os aspectos não menos favorável do que aquêle que cada uma delas conceda ou venha a conceder a qualquer terceiro país.

O tratamento indicado será aplicado, inclusive, a tudo que se refere a direitos e taxas aduaneiras, a impostos internos e quaisquer tributos, relativos à transformação, circulação ou consumo das mercadorias importadas; a restrições ou proibições, bem como a prescrições e formalidades, relativas à importação e exportação de mercadorias.

As disposições do presente Artigo não serão aplicadas:

a) às vantagens e facilidades decorrentes de união aduaneira em que venha a integrar-se uma das Parte Contratantes;

b) às vantagens e facilidades que o Brasil concedeu ou venha a conceder aos Estados-Partes no Tratado de Montevidéu, de 18 de fevereiro de 1960, e em decorrência das disposições dêsse Tratado; e

c) às vantagens e facilidades que cada uma das Partes concedeu quanto à importação, no seu território, dos produtos da terra e da indústria dos países limítrofes, bem como à exportação dos produtos da terra e da indústria, originários do território de cada uma das Partes, para êsses países.

Artigo 3

A execução dos contratos comerciais, concluídos sob o regime do presente Acôrdo, não envolverá a responsabilidade dos dois Governos, ou de outras pessoas, físicas ou jurídicas, salvo nos casos em que sejam partes intervenientes em tais contratos.

Artigo 4

A validade das autorizações de exportação e importação, concedidas pelos órgãos competentes de cada uma das Partes Contratantes, durante a vigência do presente Acôrdo, não será prejudicada pela expiração dêste.

Artigo 5

Respeitada a legislação do Brasil, os cidadãos soviéticos, bem como as pessoas jurídicas organizadas em conformidade com as leis vigentes na URSS, gozarão quanto à proteção de sua pessoa e propriedade do mesmo tratamento concedido aos cidadãos e às pessoas jurídicas de qualquer outro país, no exercício de suas atividades comerciais no território dos Estados Unidos do Brasil, diretamente ou através de representantes que êles escolherem, e nas condições em que essas atividades forem permitidas pelas normas legais vigentes no Brasil.

Respeitada a legislação da URSS, os cidadãos brasileiros, bem como as pessoas jurídicas organizadas em conformidade com as leis vigentes no Brasil, gozarão, quanto à proteção de sua pessoa e propriedade, do mesmo tratamento concedido aos cidadãos e às pessoas jurídicas de qualquer outro país, no exercício de suas atividades comerciais no território da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, diretamente ou através de representantes que êles escolherem, e nas condições em que esas atividades forem permitidas pelas normas legais vigentes na URSS.

Os cidadãos e as pessoas jurídicas de cada uma das Partes Contratantes, indicados no presente Artigo, poderão recorrer aos tribunais da outra Parte Contratante nas mesmas condições que os cidadãos e as pessoas jurídicas de qualquer outro país.

Artigo 6

As mercadorias exportadas por um país e importadas pelo outro, nos têrmos do presente Acôrdo, inclusive as que forem objeto das operações previstas nos Artigos 13 e 14, respectivamente, destinar-se-ão ao consumo interno ou à transformação no território do país importador.

Parágrafo 1.º — A reexportação de mercadorias por uma das Partes Contratantes não poderá ser feita senão com o consentimento prévio e expresso da outra Parte, em cada caso, e com observância dos compromissos assumidos em atos internacionais por uma ou outra Parte Contratante.

Parágrafo 2.º — No caso de reexportação autorizada, a Parte Contratante reexportadora incluirá, obrigatòriamente, nos contratos de compra e venda da mercadoria a reexportar-se, cláusula impeditiva da reexportação ulterior da mercadoria. No caso de não cumprimento dessa cláusula, no terceiro país, pelo comprador final da mercadoria, a Parte Contratante que realizar a reexportação assumirá, perante a outra Parte Contratante, a responsabilidade daí decorrente.

Parágrafo 3.º — A mercadoria reexportada será paga através das "Contas" ou das "Contas Especiais", previstas nos Artigos 7 e 14, respectivamente, do presente Acôrdo, ou em moeda escolhida por mútuo entendimento entre as Partes Contratantes.

Artigo 7

Os pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas serão efetuados, no primeiro país, através do Banco do Brasil S.A., e, no segundo, através do Banco do Comércio Exterior da URSS.

O Banco do Brasil S.A., que opera sob autorização do Govêrno do Brasil, abrirá uma conta, em dólares dos Estados Unidos da América, em nome do Banco do Comércio Exterior da URSS, sob a denominação de "Banco do Comércio Exterior da URSS — Conta Convênio Brasil-URSS".

O Banco do Comércio Exterior da URSS, que opera sob autorização do Govêrno da URSS, abrirá uma conta, em dólares dos Estados Unidos da América, em nome do Banco do Brasil S. A., sob a denominação de "Banco do Brasil S.A. — Conta Convênio URSS-Brasil".

As contas acima mencionadas serão, daqui por diante, designadas, simplesmente, "Contas".

Artigo 8

Os pagamentos efetuados através das "Contas", mencionadas no Artigo 7, referir-se-ão a:

I — Exportação e importação de mercadorias, nos têrmos do presente Acôrdo.

II — Despesas comerciais e bancárias, decorrentes das exportações e importações acima mencionadas, a saber:

1) fretes;

2) seguros (prêmios e indenizações);

3) custeio e reparo de navios, bem como taxas portuárias e outras despesas correlatas;

4) comissões de agentes;

5) promoção de vendas, inclusive viagens de caráter comercial, observados os limites e condições a serem estabelecidos entre as Partes;

6) juros comerciais e bancários;

7) comissões bancárias, despesas postais, telegráficas e radiotelegráficas dos dois Bancos mencionados no Artigo 7, e daqueles autorizados a operar em câmbio;

8) armazenagem;

9) custas judiciárias e outras despesas análogas;

10) inspeção e verificação de mercadorias;

11) diferenças de pêso, tipo e qualidades de mercadorias.

III — Aluguel de filmes cinematográficos.

IV — Viagens de delegações oficiais.

V — Organização e funcionamento de exposições e feiras.

VI — Transportes aéreos e serviços correlatos, quando baseados em acôrdos de tráfego mútuo entre emprêsas de navegação aérea de um e outro país.

VII — Compra ou uso de patentes de invenção, concedidas no território de cada uma das Partes; prestação de assistência técnica; direitos de autor e outros direitos análogos.

VIII — Manutenção das sedes de Missões diplomáticas, Repartições consulares e Representações comerciais, em bases a serem estabelecidas entre as duas Partes.

IX — Outros pagamentos pràviamente aprovados, em cada caso:

a) pelas duas Partes Contratantes; ou

b) pelos Representantes autorizados previstos no Artigo 20; ou

c) pelos dois Bancos mencionados no Artigo 7.

Artigo 9

Os pagamentos mencionados no Artigo 8, entre pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no Brasil e pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na URSS serão efetuados em conformidade com as condições estipuladas no presente Acôrdo e na forma das leis e regulamentos vigentes nos dois países. As Partes Contratantes não aplicarão, a êsse respeito, quaisquer restrições ou proibições, que não sejam aplicadas a terceiros países.

Artigo 10

A fim de facilitar o comércio entre os dois países, o Banco do Brasil S. A. e o Banco do Comércio Exterior da URSS conceder-se-ão um crédito técnico equivalente a 10 (dez) milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Parágrafo 1.º — Os Representantes autorizados, previstos no Artigo 20, poderão propor aos respectivos Governos, se assim o aconselhar o curso do intercâmbio, as medidas administrativas para a refixação do crédito técnico acima aludido.

Parágrafo 2.º — O eventual excesso sôbre o limite do crédito técnico acima referido será amortizado, no prazo de 1 (um) ano, por meio do fornecimento de mercadorias do país devedor ao país credor, o qual, na medida de suas possibilidades, facilitará essas transações.

Parágrafo 3.º — Se, decorrido êsse prazo, remanescer um excesso, o assunto será estudado pelos Representantes autorizados, previstos no Artigo 20, com o propósito de encontrar-se a solução mais conveniente para ambas as Partes.

Parágrafo 4.º — Se entretanto, no prazo de 1 (um) mês, a partir do início das negociações, não fôr alcançada uma solução satisfatória, o excesso que então se verificar será liquidado pela Parte devedora na moeda livremente conversível, escolhida pela Parte credora.

Parágrafo 5.º — O saldo líquido das "Contas", mencionadas no Artigo 7, renderá juros de 3% (três por cento) ao ano, os quais serão lançados nas "Contas".

Artigo 11

De comum acôrdo entre as partes interessadas, em cada caso, as "Contas" mencionadas no Artigo 7 poderão ser reforçadas mediante a transferência de recursos de contas de Convênios mantidos pelas Partes Contratantes com quaisquer terceiros países. Do mesmo modo, por mútuo entendimento, poderão ser efetuadas transferências das "Contas", mencionadas no Artigo 7, para outras contas de Convênios mantidos pelas Partes Contratantes com quaisquer terceiros países.

Artigo 12

A taxa de conversão do dólar das "Contas" e os respectivos prêmios de exportação, importação e despesas efetuadas de conformidade com o presente Acôrdo serão análogos à taxa de câmbio e aos prêmios aplicáveis ao dólar dos Estados Unidos da América, de livre conversibilidade.

Artigo 13

Expirado o presente Acôrdo, as "Contas" mencionadas no Artigo 7 permanecerão abertas durante um prazo suplementar de 180 (cento e oitenta) dias. Durante êsse prazo adicional, o Banco do Brasil S. A. e o Banco do Comércio Exterior da URSS continuarão a lançar nas "Contas" os pagamentos e recebimentos referentes às transações concluídas na forma dêste Acôrdo e durante a sua vigência, e ainda não liquidadas no momento da expiração do mesmo.

Parágrafo 1.º — No referido prazo suplementar, a Parte Contratante devedora deverá liquidar o eventual saldo, *prioritàriamente* por meio de fornecimentos de mercadorias à Parte Contratante credora, ou por meio de outras operações prèviamente acordadas.

Parágrafo 2.º — Decorridos os 180 (cento e oitenta) dias indicados, o saldo remanescente será liquidado, pela Parte Contratante devedora, na moeda livremente conversível escolhida pela Parte Contratante credora, nas seguintes condições:

a) o que exceder o limite do crédito técnico recíproco será pago imediatamente;

b) 50% (cinqüenta por cento) do restante serão pagos dentro dos 30 (trinta) dias subseqüentes, ou seja, até 210 (duzentos e dez) dias, a contar da data de expiração do Acôrdo; e

c) o remanescente será pago nos 30 (trinta) dias seguintes, isto é, 240 (duzentos e quarenta) dias depois de expirado o Acôrdo.

Artigo 14

Os órgãos soviéticos competentes consentirão em que as organizações soviéticas de comércio exterior, exportadoras de maquinaria e equipamentos, concedam aos importadores brasileiros condições de pagamento a prazo, de conformidade com a legislação em vigor na URSS.

Essas condições serão determinadas nos contratos a serem concluídos entre as pessoas físicas ou jurídicas brasileiras e as organizações soviéticas de comércio exterior.

Aplicar-se-ão aos pagamentos decorrentes dêsses contratos as seguintes disposições:

1) durante a vigência do presente Acôrdo, inclusive do prazo adicional de 180 (cento e oitenta) dias, mencionado no Artigo 13, os pagamentos decorrentes dos contratos serão lançados nas "Contas", mencionadas no Artigo 7, e nos prazos estabelecidos nos contratos;

2) se, expirado o presente Acôrdo e transcorridos 180 (cento e oitenta) dias, ainda houver pagamentos pendentes, relativos a tais contratos, o Banco do Brasil S.A. abrirá uma conta, em dólares dos Estados Unidos da América, em nome do Banco do Comércio Exterior da URSS, sob o título "Banco do Comércio Exterior da URSS — Conta Especial", e o Banco do Comércio Exterior da URSS abrirá uma conta, em dólares dos Estados Unidos da América, em nome do Banco do Brasil S.A., sob o título "Banco do Brasil S.A. — Conta Especial", doravante designadas "Contas Especiais";

3) o saldo líquido das "Contas Especiais" renderá juros de 3% (três por cento) ao ano, que serão lançados nas "Contas Especiais";

4) todos os pagamentos pendentes, relativos a tais contratos, serão, à época dos respectivos vencimentos, lançados nas "Contas Especiais", que permanecerão abertas até a realização definitiva dêsses pagamentos e final cumprimento dêsses contratos;

5) os fundos acumulados nas "Contas Especiais" serão utilizados, pelas organizações soviéticas de comércio exterior, para adquirir mercadorias no Brasil e para realizar outros pagamentos previstos no presente Acôrdo;

6) a conclusão e o cumprimento dos contratos firmados para os fins previstos no item anterior, bem como os pagamentos dêles resultantes, realizar-se-ão de conformidade com as disposições do presente Acôrdo;

7) após 6 (seis) meses do vencimento da última prestação, relativa a essas operações, o eventual saldo das "Contas Especiais" será imediatamente pago pela Parte Contratante devedora, na moeda livremente conversível escolhida pela Parte Contratante credora; e

8) os Representantes autorizados, previstos no Artigo 20, continuarão a reunir-se, se necessário, até a liquidação final de todos os pagamentos lançados nas "Contas Especiais", a fim de examinar quaisquer dificuldades que possam surgir na execução do disposto neste Artigo.

Artigo 15

A conversão da moeda das "Contas" e das "Contas Especiais", mencionadas nos Artigos 7 e 14, respectivamente, do presente Acôrdo, para as moedas de livre conversibilidade e outras moedas, bem como a operação inversa, efetuar-se-á segundo a paridade-ouro das moedas pertinentes, vigente na data da execução de cada operação.

Artigo 16

No prazo de 1 (um) mês, a partir da data da assinatura dsête Acôrdo, o Banco do Brasil S.A. e o Banco do Comércio Exterior da URSS fixarão, por mútuo entendimento, a maneira de operar as contas e efetuar os cálculos, nos têrmos do presente Acôrdo.

O esquema combinado entrará em vigor na data da troca de Notas sôbre a aprovação do Acôrdo.

Artigo 17

Os saldos das Contas, mencionadas no Artigo VIII, dos "Têrmos do Entendimento entre a Missão Comercial dos Estados Unidos do Brasil e a Delegação Comercial da URSS Sôbre Problemas de Comércio e Pagamentos", assinados em Moscou, a 9 de dezembro de 1959, serão transferidos para as "Contas" abertas de conformidade com o Artigo 7, do presente Acôrdo, na data de sua entrada em vigor, em caráter provisório, como previsto no Artigo 21.

A partir dessa última data, todos os pagamentos pendentes, que se refiram a transações efetuadas ou autorizadas, serão lançados nas "Contas" mencionadas no Artigo 7.

Artigo 18

Expirado o presente Acôrdo, suas disposições aplicar-se-ão a tôdas as transações concluídas na forma por êle prevista, mas não liquidadas até o momento de sua expiração, inclusive as transações concluídas de conformidade com o Parágrafo 1.°, do Artigo 13, e a alínea 5, do Artigo 14.

Artigo 19

A fim de facilitar o transporte de mercadorias entre o Brasil e a URSS, as Partes Contratantes instruirão os respectivos órgãos competentes no sentido de efetuarem, no mais breve prazo possível, negociações para a conclusão de ajuste, ou ajustes, sôbre tráfego e divisão eqüitativa de fretes entre os dois países, segundo os princípios abaixo enunciados:

1) O transporte de mercadorias será efetuado, prioritàriamente, em navios de bandeira brasileira e soviética. As Partes Contratantes esforçar-se-ão para que o transporte de mercadorias entre o Brasil e a URSS seja realizado, em partes iguais, nos dois sentidos, com base no valor global do frete, em navios de bandeira brasileira e soviética.

2) Na impossibilidade de transportar-se, por embarcações de uma das Partes Contratantes, a parcela de carga que lhe couber, poderá a mesma ser

transportada por embarcações da outra Parte Contratante, ou, na falta dessas, por embarcações de outras bandeiras. Para o transporte em aprêço, são considerados navios de bandeira nacional os navios de outras bandeiras afretados por emprêsas de navegação brasileiras ou soviéticas.

3) As disposições que precedem não deverão acarretar a fixação de fretes acima dos preços de frete do mercado internacional nem retardar o embarque das mercadorias.

Artigo 20

A fim de acompanhar a execução do presente Acôrdo, bem como estudar tôdas as questões relativas à sua execução, e submeter aos Governos das Partes Contratantes quaisquer propostas que visem a aumentar o comércio e a fortalecer as relações econômicas entre os dois países, ambos os Governos designarão Representantes autorizados, que se reunirão, em forma de Comissão Mista, no território de um ou outro país, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias após a apresentação de um pedido nesse sentido, por uma das Partes Contratantes.

Artigo 21

O presente Acôrdo será submetido à aprovação do Órgão ou Poder competente de cada uma das Partes Contratantes, de conformidade com as respectivas disposições constitucionais.

Entrará provisòriamente em vigor na data da troca de Notas, pelas quais as Partes notificarem, recìprocamente, sua aprovação.

Entrará provisòriamente em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação, que se efetuará em Moscou, no mais breve prazo possível, e vigorará por um período de 5 (cinco) anos, a partir dessa última data.

Se, pelo menos até 90 (noventa) dias antes da expiração do período mencionado, nenhuma das Partes Contratantes houver comunicado à outra sua intenção de denunciar o Acôrdo, continuará o mesmo em vigor pelo período de 1 (um) ano; e por sucessivos períodos anuais, até que uma das Partes Contratantes notifique a outra, pelo menos 90 (noventa) dias antes do término de qualquer período anual, de sua intenção de denunciá-lo.

EM FÉ DO QUE, os Plenipotenciários acima indicados firmam êste Acôrdo e nêle apõem os respectivos selos.

FEITO na cidade do Rio de Janeiro, em dois exemplares de igual teor, ambos nos idiomas português e russo, aos vinte dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e três.

PROTOCOLO COMERCIAL BRASIL—URSS

Eis o texto do Protocolo relativo ao Escritório de Expansão Comercial do Brasil na URSS e à Representação Comercial da URSS no Brasil firmado entre os Governos brasileiro e soviético, no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a 20 de abril de 1963:

Protocolo

O Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RECONHECENDO o crescimento do intercâmbio comercial entre os dois países; e

TENDO em mira promover a expansão ulterior dêsse comércio,

CONVIERAM no seguinte:

Artigo 1

A Delegação Comercial Soviética no Brasil fica transformada em Representação Comercial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no Brasil, daqui por diante denominada Representação Comercial.

A Representação Comercial é parte integrante da Embaixada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no Brasil.

As instalações da Representação Comercial na cidade do Rio de Janeiro gozarão dos mesmos privilégios e imunidades concedidas às instalações das Missões diplomáticas estrangeiras no Brasil.

A mudança das instalações da Representação Comercial de um local para outro ou outros locais, na cidade do Rio de Janeiro, bem como a criação de Seções em outros pontos do país, só poderá ser feita mediante prévio consentimento do Govêrno brasileiro.

A Representação Comercial poderá usar correspondência cifrada.

A Representação Comercial não estará sujeita às leis e regulamentos sôbre registro comercial.

Artigo 2

O Chefe da Representação Comercial (o Representante Comercial), seus dois Suplentes e demais funcionários da mesma que constarem da "Lista Diplomática" gozarão dos mesmos privilégios e imunidades que, segundo o Direito Internacional, são concedidos aos funcionários da Embaixada da URSS no Brasil.

O número de funcionários da Representação Comercial estabelecer-se-á em entendimento à parte entre os dois Governos.

Os cidadãos soviéticos enviados ao Brasil para servirem como funcionários da Representação Comercial estarão isentos do pagamento de impôsto de renda sôbre os salários que percebam do Govêrno soviético, pela execução das funções previstas no Artigo 3.

Artigo 3

A Representação Comercial exercerá as seguintes funções:

a) promover a expansão do comércio entre o Brasil e a URSS;

b) representar os interêsses da URSS no Brasil, no que se refere ao comércio entre os dois países; e

c) exercer, em nome do Govêrno da URSS, o comércio entre os dois países.

Artigo 4

A Representação Comercial atua em nome do Govêrno da URSS.

O Govêrno da URSS assume, pois, a responsabilidade por tôdas as transações comerciais que, no Brasil, forem concluídas ou garantidas pela Representação Comercial, mediante a assinatura dos documentos respectivos por duas pessoas devidamente credenciadas.

A Representação Comercial comunicará ao Govêrno brasileiro os nomes das pessoas que credencie para êsse fim, bem como a extensão dos podêres que lhes confira, no tocante a quaisquer obrigações comerciais assumidas em nome da Representação Comercial. O Govêrno brasileiro publicará no "Diário Oficial" dos Estados Unidos do Brasil os nomes das pessoas designadas, bem como a extensão dos podêres que lhes hajam sido conferidos. Tais podêres serão considerados válidos até que, no "Diário Oficial", seja publicada notícia de sua revogação ou alteração.

Fica entendido, entretanto, que, quando não houver tal garantia da Representação Comercial — no caso de transações concluídas por Organizações soviéticas com personalidade jurídica autônoma, segundo o Direito soviético — serão responsáveis por essas transações, apenas, as Organizações Soviéticas autônomas que delas participarem, as quais por elas responderão com seus bens e propriedades. Nesses casos, nem o Govêrno da URSS, nem a Representação Comercial, nem qualquer outra Organização soviética autônoma que não seja parte na transação por elas assumirá a responsabilidade.

Artigo 5

A Representação Comercial goza dos privilégios e imunidades que lhe são conferidos no Artigo 1, com as seguintes exceções:

1) As questões surgidas de transações comerciais, concluídas ou garantidas no Brasil pela Representação Comercial, nos têrmos do parágrafo 2.º, do Artigo 4, serão da competência da Justiça brasileira, caso não haja estipulações sôbre a arbitragem, ou outra em contrário nos contratos específicos; ou as partes interessadas cheguem a entendimento diverso a respeito. Não caberão, nesse caso, medidas judiciais que impeçam a livre disposição dos bens de propriedade da Representação Comercial.

2) No que se refere aos procedimentos judiciais determinados pelos Tribunais brasileiros, de acôrdo com o disposto no parágrafo anterior, o Govêrno da URSS não invocará em favor do Chefe da Representação Comercial (o Representante Comercial), seus dois Suplentes ou demais funcionários da mesma os privilégios e imunidades indicados no Artigo 2, e se compromete a autorizar o Chefe da Representação Comercial (o Representante Comercial) e na sua ausência o Chefe-Substituto da mesma a representar o país, a fim de que o Tribunal possa proceder às medidas judiciais, de acôrdo com as demandas pro-

postas nos têrmos do parágrafo anterior.

A execução das sentenças judiciais relativas às transações de que seja parte a Representação Comercial poderá incidir sôbre todos os bens do Estado soviético no Brasil, particularmente sôbre os bens, direitos e interêsses, oriundos de transações efetuadas ou garantidas pela Representação Comercial. Não incidirá, porém, sôbre os bens pertencentes às Organizações mencionadas no parágrafo 4.º, do Artigo 4, que não houverem participado de transação garantida pela Representação Comercial.

Segundo a praxe internacional, não serão objeto de procedimento judicial, de qualquer natureza, os bens e locais destinados exclusivamente ao funcionamento, no Brasil, da Embaixada, da Representação Comercial e do Consulado soviéticos, bem como os móveis e pertences nêles situados.

Artigo 6

A instituição da Representação Comercial no Brasil não impede as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Brasil de se entenderem diretamente com as Organizações soviéticas de comércio exterior para a contratação e execução de transações comerciais.

Artigo 7

Será instituído, como parte integrante da Embaixada do Brasil na URSS, um Escritório de Expansão Comercial, daqui por diante denominado Escritório Comercial, com as funções de promover a expansão do comércio e representar os interêsses do Brasil, no que se refere às relações comerciais e econômicas entre os dois países.

As instalações do Escritório Comercial na cidade de Moscou gozarão dos mesmos privilégios e imunidades concedidos às instituições das Missões diplomáticas estrangeiras na URSS.

A mudança das instalações do Escritório Comercial de um local para outro ou outros locais, na cidade de Moscou, bem como a criação de Seções em outros pontos do país, só poderá ser feita mediante prévio consentimento do Govêrno soviético.

O Escritório Comercial poderá usar correspondência cifrada.

O número de funcionários do Escritório Comercial estabelecer-se-á em entendimento à parte entre os dois Governos.

Os cidadãos brasileiros enviados à URSS para servirem como funcionários do Escritório Comercial estarão isentos de pagamento do impôsto de renda sôbre os salários que percebam do Govêrno brasileiro, pela execução das funções previstas no parágrafo 1.º, dêste Artigo.

O Chefe, seus dois Suplentes e os demais funcionários do Escritório Comercial que constarem da "Lista Diplomática" gozarão dos mesmos privilégios e imunidades que, segundo o Direito Internacional, são concedidos aos funcionários da Embaixada do Brasil na URSS.

Artigo 8

O Govêrno brasileiro e o Govêrno soviético se comprometem a conceder

tôdas as facilidades, normalmente conferidas às Missões diplomáticas estrangeiras, para a instalação e funcionamento, nos seus respectivos territórios, da Representação Comercial e do Escritório Comercial, acima mencionados.

Artigo 9

Fica revogado o Protocolo, firmado em Moscou, em 27 de maio de 1961, relativo à instituição de uma Delegação Comercial Brasileira, com sede em Moscou, e de uma Delegação Comercial Soviética, com sede no Rio de Janeiro.

Artigo 10

O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigência, pelo menos, até a expiração do Acôrdo de Comércio e de Pagamentos, assinado nesta data, entre o Brasil e a URSS.

FEITO na cidade do Rio de Janeiro aos vinte dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e três, em dois exemplares, nas línguas portuguêsa e russa, sendo ambos igualmente autênticos.

CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE MINISTROS DO TRABALHO SÔBRE ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Na Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho realizada em Bogotá, Colômbia, de 5 a 11 de maio de 1962, o Ministro do Trabalho do Brasil, Senhor Almino Affonso, apresentou o seguinte projeto de resolução, bem como uma declaração de voto sôbre o assunto:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

"A Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho Sôbre a Aliança Para o Progresso,

CONSIDERANDO:

Que as classes trabalhadoras urbanas e rurais latino-americanas alcançam sua maioridade política inseridas num processo de tensões sociais decorrentes de confronto da consciência de sua própria dignidade com a vontade de superar seu baixo padrão de vida (baixa renda *per capita*, subalimentação ou fome declarada, elevadas taxas de mortalidade infantil e geral, analfabetismo, deficiente equipamento sanitário, hospitalar e escolar, reduzida esperança de vida ao nascer, deficit habitacional, etc.);

Que essa crise social é apenas sintomática da crise econômica estrutural do subdesenvolvimento, caracterizada por uma estrutura agrária caduca, que tende ao latifúndio e ao minifúndio improdutivos e pela condição de países exportadores de produtos primários, sujeitos a uma queda persistente de suas relações de troca;

Que a superação dessa crise, não através do combate assistencial aos seus sintomas, mas pela solução estrutural de suas causas, é a única con-

dição de realizar a democracia política, dando-lhe o conteúdo econômico e social que hoje já não pode ser omitido;

Que a aceitação dêsse desafio era a idéia norteadora da Aliança para o Progresso, segundo proposta pelo Presidente Kennedy em seu discurso proferido na Casa Branca, em 13 de março de 1961 e acolhida pela Carta de Punta del Este;

Que, segundo têm acentuado numerosos governantes americanos, o fracasso levaria o povo do crédito de confiança ao desespêro;

Que a Resolução E anexa à Carta de Punta del Este dirigia "um apêlo à opinião pública do continente, e muito em particular aos sindicatos, organizações profissionais e associações estudantis, a fim de que se compenetrem das projeções sociais da Aliança para o Progresso e participem ativamente na divulgação de seus objetivos, e na discussão e execução de seu programa";

Que, entretanto, mais de um ano depois, a Resolução A-10 da Primeira Reunião Anual do Conselho Interamericano Econômico e Social no Nível Ministerial, realizada na Cidade do México, de 22 a 27 de outubro de 1962, reaconselhou a obtenção do "apoio mais amplo e firme das grandes maiorias em favor da Aliança para o Progresso" e pediu "se conceda às organizações trabalhistas dos países da Aliança a mais ampla oportunidade de se fazerem ouvir, por meio de representantes devidamente autorizados, nas deliberações, atividades e responsabilidades dos organismos criados para que, no nível local, nacional ou internacional, se ocupem das diferentes etapas do esfôrço para a realização rápida e eficaz do programa da Aliança para o Progresso";

Que, não bastassem os pronunciamentos que julgam insatisfatórios os resultados da Aliança para o Progresso, essa repetição de apelos à opinião pública demonstra a pequena ressonância que teve e, até mesmo, as hostilidades despertadas certamente diante do desnível entre as esperanças suscitadas e as poucas aplicações feita ou conforme reconhece, em uma de suas considerações, a Resolução A-2 da Primeira Reunião Anual do Conselho Interamericano Econômico e Social no Nível Ministerial;

Que os trabalhadores, urbanos e rurais, são os criadores do desenvolvimento econômico e devem ser seus principais beneficiários; e

Que as organizações sindicais são autônomas e seu apoio deve ser conquistado por medidas práticas e não induzido por *slogans* publicitários,

RESOLVE:

1. Recomendar aos Governos dos Estados-Membros que incluam, com capacidade decisória, e não meramente consultiva, representantes dos trabalhadores urbanos e rurais, livremente indicados por suas entidades, nos órgãos encarregados do planejamento do desenvolvimento econômico e social;

2. Sugerir que os organismos da Aliança para o Progresso, procurem conquistar o apoio popular, especialmente das classes trabalhadoras, para os objetivos por que propugna, pela

sua dinamização através das seguintes medidas concretas:

a) Buscar um nôvo conteúdo e não apenas um rótulo nôvo para a política pan-americana;

b) Respeitar o caráter nacionalista do desenvolvimento latino-americano;

c) Preferir aplicações infra-estruturais às simplesmente assistenciais;

d) Atingir o auxílio externo ao nível prometido de dois bilhões de dólares anuais;

e) Descentralizar, para o âmbito de jurisdição de cada uma, em cada país, o poder de decisão das missões técnicas da Agência Internacional de Desenvolvimento quanto à aprovação de projetos e concessão efetiva dos auxílios; e

f) Conceder os auxílios concomitantemente com a realização das reformas estruturais (agrária, tributária, bancária progressista, urbana, educacional, eleitoral, etc.), não exigindo como pré-requisitos essenciais à concessão de financiamentos destinados à execução de planos de desenvolvimento econômico e social.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO MINISTRO ALMINO AFFONSO

Reafirmando os têrmos da exposição geral e da proposição apresentada, a Delegação Brasileira considera insatisfatórios os resultados da Aliança para o Progresso e, sobretudo, discorda da linha assistencial que a tem marcado. Entende que o problema fundamental da América Latina é o subdesenvolvimento e não será possível superá-lo senão através das reformas estruturais e de investimentos maciços ao nível mínimo de dois bilhões de dólares por ano, conforme está expresso na "declaração aos povos da América", que lhe permitam realizar sua industrialização e assegurar-lhe maior produtividade da terra, respeitando o caráter nacionalista de seu processo de desenvolvimento. Acentua a urgência da reformulação da Aliança para o Progresso de sorte a descentralizar, para o âmbito da jurisdição de cada país, os Órgãos da Agência Internacional de Desenvolvimento, garantindo-se aos trabalhadores a efetiva participação nas decisões através de representantes livremente indicados pelos Sindicatos.

Quanto às proposições específicas, de natureza social ou técnica, tendentes a assegurar a participação dos Ministérios do Trabalho e dos Trabalhadores na formulação, realização e benefícios dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, a Delegação Brasileira considera também que, por melhores que sejam, provàvelmente se defrontarão com um obstáculo insuperável: a insuficiência ou inexistência de recursos humanos, materiais e, sobretudo, financeiros impossibilitando o seu cumprimento. Essa deficiência de recurso, justificativa da não adoção, até agora, por nossos países de medidas tão pacìficamente elogiadas é sintoma da situação estrutural de subdesenvolvi-

mento latino-americana e reforça, portanto, as restrições que a Delegação Brasileira apõem ao documento.

A posição de crítica formulada traduz a profunda convicção de que só através do progresso efetivo será a verdadeira aliança dos povos da América.

Bogotá, 10 de maio de 1963.
Almino Affonso
Ministro do Trabalho e da Previdência Social do Brasil

PONTE INTERNACIONAL QUARAÍ-ARTIGAS E MELHORAMENTO DA BACIA DA LAGOA MIRIM

Publicamos abaixo os textos do Acôrdo para a construção da ponte Quaraí-Artigas, assinado em Montevidéu pelos chefes dos Governos do Brasil e Uruguai, e, a seguir, as medidas acordadas entre os dois países para melhoramento da Bacia da Lagoa Mirim.

Eis o texto do acôrdo:

Artigo I — Fica constituída nesta data a comissão mista prevista no Artigo II do Convênio firmado a 22 de maio de 1947, para a construção da ponte internacional Quaraí-Artigas. Artigo II — A Comissão Mista será integrada por dois representantes de cada Govêrno a serem designados no menor prazo possível. Artigo III — Dentro do prazo de 30 dias, contados da assinatura desta nota, os Governos do Brasil e do Uruguai determinarão as instruções por que se deverá reger a Comissão Mista. A esta caberá, dentro de 60 dias, no máximo, a partir da data de sua instalação, preparar e submeter o projeto de regulamento e o programa de ação à aprovação de ambos os Governos. Artigo IV — A Comissão Mista ficará subordinada aos Ministérios das Relações Exteriores e da Viação e Obras Públicas, no Brasil, e aos Ministérios das Relações Exteriores e Obras Públicas, no Uruguai, e poderá dirigir-se diretamente às autoridades locais dos dois países, visando medidas que possibilitem rápido andamento das obras a seu cargo. Artigo V — As autoridades competentes de ambos os países concederão as facilidades possíveis para a circulação de veículos, embarcações e equipamentos que a Comissão Mista venha a utilizar nas áreas relacionadas com os seus trabalhos. Artigo VI — As operações da Comissão Mista poderão iniciar-se em qualquer dos dois territórios, como melhor convenha a suas atividades e à orientação por ela adotada. Artigo VII — Se, durante os trabalhos, surgirem dúvidas ou divergências no seio da Comissão Mista, serão elas dirimidas pelos dois Governos. Os trabalhos não serão suspensos em conseqüência de tais dúvidas ou divergências, a não ser na parte em que forem suscitadas.

MELHORAMENTOS DA BACIA DA LAGOA MIRIM

— São as seguintes as medidas tendentes a propiciar melhores condições de navegação e aproveitamento da Lagoa Mirim e do sistema hidrográ-

fico correspondente, inclusive sua comunicação com o oceano: 1) De acôrdo com o estabelecido na Ata do Rio de Janeiro seja constituída a Comissão Mista nela prevista. Esta estudará os problemas técnicos, econômicos e sociais relacionados com o melhoramento total da bacia da Lagoa Mirim, integrada pela baixada sul-rio-grandense e pela parte situada em território uruguaio. 2) Com o objetivo de lhe facilitar o funcionamento, fica a Comissão Mista autorizada a dirigir-se diretamente tanto às autoridades nacionais de ambos os países quanto aos organismos internacionais que se relacionem com suas atividades. 3) A Comissão Mista será integrada por três representantes de cada Govêrno. Êste número poderá ser aumentado por proposta devidamente justificada da Comissão, desde que seja aprovada por ambos os Governos. 4) A Comissão Mista será instalada em Montevidéu dentro de 15 dias, no máximo, a partir da presente data. A segunda sessão será realizada em Pôrto Alegre, e as seguintes em qualquer ponto do território dos dois países, de acôrdo com as conveniências do trabalho. 5) Dentro do prazo de 30 dias, contados a partir da sessão de instalação, a Comissão Mista deverá preparar e submeter projeto de regulamento e o programa de ação à aprovação dos dois Governos. 6) As autoridades competentes de ambos os países concederão as facilidades possíveis para a livre circulação dos veículos, embarcações e equipamentos que a Comissão Mista venha a empregar nas áreas relacionadas com seus trabalhos. 7) As operações da Comissão Mista poderão iniciar-se em qualquer dos dois territórios, como melhor convenha a seu trabalho e à orientação por ela adotada. 8) Cada representação integrada da Comissão Mista arcará com suas próprias despesas. 9) Se durante os trabalhos surgirem dúvidas ou divergências no seio da Comissão Mista, serão elas submetidas à apreciação dos dois Governos, que deverão resolvê-las no menor prazo possível. Não se suspenderão os trabalhos em conseqüência de tais dúvidas ou divergências, a não ser na parte em que forem suscitadas. 10) A Comissão Mista encaminhará aos Governos dos dois países os estudos realizados, para os devidos fins.

LIVROS

DOIS ESTUDOS: CONFLITO JUDEU-ÁRABE E COEXISTÊNCIA PACÍFICA — *Paulo de Castro* — Editôra Felman-Rêgo, São Paulo, 1963 — 100 págs.

A presente obra de Paulo de Castro compõe-se de dois ensaios, de natureza marxista-leninista, um sôbre tema de atualidade momentosa e âmbito mundial — a coexistência pacífica — e outro tratando de assunto situado num plano regional, o velho conflito entre árabes e judeus. É a reunião em livro de conferências proferidas em duas entidades israelitas.

Em sua análise do conflito judeu-árabe, o autor não concorda com a concepção de que Israel foi criação do capitalismo; diz que o conflito entre árabes e judeus foi estimulado e alimentado pelo colonialismo inglês; afirma que o anti-semitismo de Nasser não se baseia no islamismo mas tem como fundamento sua formação fascista; examina a campanha do Sinai, em suas diversas causas, implicações e resultados para ambas as partes.

Assim, Paulo de Castro, remonta às origens do islamismo para demonstrar que, na fundação dessa religião, estiveram juntos árabes e judeus e que sem o judaísmo o Islam não teria sido possível, para não falar em muitas lutas em que árabes (muçulmanos) e judeus estiveram lado a lado. Afirma o autor que Nasser se aproveitou de alguns resíduos emocionais e religiosos anti-semitas, existentes no mundo árabe, para arregimentar os povos árabes contra Israel, bem assim canalizar o descontentamento do povo egípcio, resultante de seu govêrno antipopular e ditatorial.

Evocando as origens do conflito judeu-árabe (declaração de Balfour de 1917, outorga do Mandato da Palestina à Grã-Bretanha em 1920), o autor da "Terceira Fôrça" mostra, apoiado em Abdel Kader, marxista árabe, como os inglêses (aproveitando o incidente criado pela ação do feudal Ahmed Bey contra duas aldeias judaicas, em 1921, no norte da Galiléia) cultivaram e propagaram a guerra psicológica entre árabes e judeus, e lutaram tenazmente contra a formação do Estado de Israel — que poria em perigo seu domínio no Oriente médio —, principalmente pelas "guerras santas" antijudaicas. Isso para

demonstrar que Israel não foi criado pelo imperialismo, mas "contra" o imperialismo, no caso, o inglês.

Referindo-se à operação Sinai, de 1956, afirma Paulo de Castro que a reação quase unânime de setores de opinião de várias partes do mundo, inclusive de políticos e pensadores de esquerda, em condenarem frontalmente Israel e enaltecerem Nasser, se explica pelo desconhecimento de alguns aspectos da situação e dinâmica das relações entre Israel e o Egito; acha o autor de "Subdesenvolvimento e Revolução" que o govêrno de Israel errou em se associar à França e à Grã-Bretanha, o que deixou a impressão de ser a operação uma ação imperialista contra o Egito, que pouco antes se tinha libertado do colonialismo. Isso, também, veio justificar a propaganda de Nasser contra Israel junto aos países árabes, transformando-o em herói do mundo árabe, além de ter consolidado sua posição interna de domínio e ditadura sôbre o povo egípcio.

Mas, do ponto de vista de Israel — percebido por poucos — a operação de Sinai teve um caráter de autodefesa, de punição defensiva, em face das ameaças e da ação de Nasser no trritório de Israel. Porém, o que havia de justo e razoável na ação do Estado judaico foi ofuscado pela sua aliança com Paris e Londres, acarretando isso uma série de desvantagens para Israel, em especial quanto à sua posição perante as esquerdas do mundo.

Paulo de Castro, um dos maiores conhecedores dos problemas do Estado israelita e pelo qual tem uma predileção tôda especial, termina seu ensaio prevendo a solução das divergências árabes-israelitas sòmente com novas elites judaicas e árabes orientando seus povos e com as esquerdas no poder, quando se dará o "abraço fraternal de árabes e judeus no seio do marxismo".

Em seu outro ensaio, Paulo de Castro apresenta, sob uma perspectiva marxista, a problemática da coexistência pacífica, não só em face dos blocos frontais, capitalista e socialista-comunista, como, também, dentro do bloco socialista-comunista, em sua dinâmica interna.

A tese principal do autor é de que a coexistência pacífica é uma nova categoria marxista, destinada a superar a contradição guerra-paz, contradição fundamental resultante da contradição principal capitalismo-mundo socialista. A coexistência pacífica não é, para o bloco socialista, uma estratégia destinada a evitar a guerra. O cerne da tese de Paulo de Castro é o

princípio de que "as guerras não são inevitáveis". Tchitcherine, com sua "existência paralela", seria o precursor da atual formulação da coexistência pacífica.

Já o imperialismo, segundo o autor, adota a coexistência como estratégia, empìricamente, em face do poderio militar da União Soviética, pois "a essência do imperialismo não muda, o que muda é sua forma, não desistindo, portanto, nem da corrida armamentista nem dum possível recurso à guerra".

Assim, "a estratégia da classe operária e das classes històricamente ascendentes tende a fixar o imperialismo na *forma* coexistência, que foi obrigado a aceitar pelo sistema de fôrças e a insistir sôbre a essência *pacífica* (planos de desarmamento, ação na ONU, mobilização dos países neutralistas)". Por sua vez, o imperialismo, "na impossibilidade hoje de dominar o mundo" irá tentar manter a *forma* sem nunca mudar a *essência*. "E de fato não quer nem pode, em virtude de sua essência não ser suscetível de mudar (mas apenas de ser contraída, enfraquecida, diluída)."

A China Continental, porém, não concorda com a nova categorização. Para Mao Tsé-Tung e seus companheiros, a única tese aceitável é que "as guerras são inevitáveis" (entre os blocos capitalista e comunista) e que as conseqüências das mesmas abririam "uma perspectiva radiosa à humanidade", com a vitória final do marxismo.

O autor refuta esta e outras argumentações chinesas contra a tese de Kruschev (uma guerra entre os dois blocos nas condições atuais seria a destruição total da humanidade), embora se confesse admirador de Mao Tsé-Tung e da revolução chinesa.

O ensaio termina com a aplicação da tese da coexistência pacífica à crise de Cuba, em que situa as posições e analisa as ações, dentro dessa perspectiva, de Fidel Castro, da União Soviética e dos Estados Unidos.

"Dois Estudos..." tem um cunho confessada e acentuadamente marxista. Nesse sentido difere um pouco de suas obras anteriores, "Terceira Fôrça" e "Subdesenvolvimento e Revolução", em que aparece mais o comentarista e estudioso dos problemas internacionais do que pròpriamente o teórico marxista.

Em "O Conflito Judeu-Árabe", embora composto, principalmente, de matéria factual, está bem clara a posição marxista do autor, como na parte referente ao surgimento das religiões,

quando afirma que o cristianismo e o islamismo surgiram como resultado das condições sócio-econômicas da época, ou a previsão, no fim do ensaio, de um mundo árabe marxista.

A sua tese da coexistência pacífica, como nova categoria marxista, não nos parece sustentável. Sua argumentação, farta, por sinal, não convence plenamente. Não vemos como o que diz a respeito da concepção da coexistência pacífica para o capitalismo (especìficamente os Estados Unidos não possa ser aplicado à União Soviética (aceitar a coexistência como estratégia, para evitar a guerra, em face do poderio militar dos EUA).

Quanto à tese da imutabilidade da essência do capitalismo, suscetível de controvérsia, o autor não faz sua demonstração, limitando-se a apresentá-la axiomàticamente.

Com isto nos estamos referindo, apenas, à fundamentação teórica da coexistência, não à coexistência como fato. Nesse ponto a posição de Kruschev, que é a do autor, nos parece a mais lógica e correta, contra a posição ortodoxa e extremada de Mao Tsé-Tung.

Com relação à parte formal da obra, sejam-nos permitidas algumas observações. Sob êsse aspecto, os livros anteriores do autor, já citados neste comentário, "Terceira Fôrça" e "Subdesenvolvimento e Revolução", são bem superiores ao presente. Parece-nos que faltou uma adaptação melhor dos textos das conferências, carecendo de uma redação menos apressada, melhor divisão dos assuntos etc. Em certa passagem de "O Conflito Judeu-Árabe", em nota de rodapé, o autor chega a afirmar que "Jesus agiu como puro filho de Israel e se tivesse previsto que fundava uma nova religião, isso o teria desesperado...". Ora, parece-nos que o assunto é demasiadamente sério para ser resolvido com uma simples nota de fim de página, em que pese a citação de alguns autores. Compreende-se, perfeitamente, que a afirmação tenha sido feita numa conferência a um auditório israelita, mas transcrevê-la para um livro, destinado a um público heterogêneo, não nos parece aconselhável.

Feitas essas ressalvas, achamos de grande interêsse e bastante utilidade esta edição da Felman-Rêgo, reunindo estudos sôbre dois assuntos de transcendente importância no atual panorama internacional. O ensaio sôbre o conflito judeu-árabe interessa, também, aos não-marxistas pelo seu conteúdo do-

cumental. O estudo sôbre a coexistência pacífica, como documento marxista, é uma contribuição valiosa para o debate de um assunto, de cujo encaminhamento pode depender a própria existência da humanidade.

Hélio Mathias

SOLIDARIDAD O DESINTEGRACIÓN — *Myrdal, Gunnar* — "Tendências Actuales de las Relaciones Económicas Internacionales en el Mundo Soviético" (título do original: *An International Economy. Problems and Prospects*) — Tradução de Salvador Echavarria e Enrique González Pedrero para o Fondo de Cultura Económica — 1.ª edição em espanhol, 1956; 2.ª edição, 1962, 454 págs.

A tese central dêste extraordinário livro — a *magnum opus* do autor — é a integração econômica internacional, numa indagação amplamente envolvente e profunda dos meios práticos de superar a flagrante antinomia entre as políticas internas dos países e seus tratos na categoria internacional.

Em sua grande obra, Myrdal — um internacionalista consciente — não traz, diferentemente de, por exemplo, "Equilíbrio Monetário", de 1927, ou "Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas", de 1957, nenhuma criação teórica notável, mas, em compensação, por um processo analítico de grande ressonância, apresenta ao leitor as possibilidades efetivamente concretas de uma *praxis* econômica internacional. O autor, herdeiro legítimo das melhores tradições wicksellianas, tão conhecidas dos economistas, situa-se, preferentemente, num ponto de vista de notável lucidez crítica. Sua linguagem, despreocupada de vinculações aos *experts*, é de tal forma simples e clara que poderá ser apreendida, com grande proveito, por qualquer pessoa medianamente culta.

Os problemas apresentados em cada capítulo e minuciosamento analisados, de forma rigorosamente lógica e formalmente simples, são de grande valia para o leitor comum se familiarizar com a linguagem nem sempre muito clara dos economistas, já que a ótica de análise é sobretudo de um economista educado dentro "da velha tradição". O autor, portanto, não constrói nenhum modêlo teórico de análise, infere-se numa linha estritamente pragmática, dentro da filosofia da democracia e pela

valoração interna do homem, numa tentativa de decidido combate à grande antinomia, qual seja, a integração nacional contra a integração internacional.

A obra, dividida em quatorze longos capítulos, na verdade está composta de duas partes distintas: até o capítulo IX o autor se prende à análise dos fenômenos estruturais das economias desenvolvidas; a partir daquele capítulo, a ótica analítica se translada para os difíceis problemas dos países subdesenvolvidos, numa interpretação ampla e profunda de tais problemas, que o autor conhece invejàvelmente, lançando mão de uma sólida e profícua exposição.

No longo e admirável capítulo dedicado à política comercial dos países atrasados (que na verdade se constitue no grande desafio para a humanidade), o autor revela, com extremo sentido crítico, a verdadeira e trágica situação daquelas regiões, pelas condições infra-humanas de grande massa de sua população, num verdadeiro submundo de miséria, incompatível com a condição social do homem. Neste ponto, Myrdal se coloca decidida e contràriamente à corrente ortodoxa do pensamento postulado pelos teóricos do desenvolvimento espontâneo das economias atrasadas. Diz o autor, referindo-se ao vínculo estatal daquelas economias: "Se os países subdesenvolvidos hão de ter êxito, suas economias terão que contar, desde as primeiras etapas de seu desenvolvimento, importantes elementos de socialismo, ainda mais frisantes que nos países altamente integrados e industrializados, do ponto de vista nacional." (Pág. 280.)

Quanto ao problema ideológico da planificação nos países pobres, elemento êste de grande sensibilidade emocional nos meios acadêmicos dos economistas, Myrdal se coloca numa posição francamente progressista, postulando que "uma considerável planificação central e uma direção do Estado são muito compatíveis com a democracia e com uma sociedade livre" (página 281), significando com isto que o autor pensa, implìcitamente, que em todos os países democráticos, a regra comum é a intervenção, a regulamentação cada vez mais crescente do Estado nos negócios privados. Também depreende-se que o chamado liberalismo econômico já não mais existe, sendo pura balela pensarmos que o mercado funciona livremente (página 39). É interessante ressaltar, todavia, que muitos economistas "neoclássicos", como Von Mises nos Estados Unidos e Rueff na França, sustentam, ainda hoje, que o mecanismo dos

preços é o suficiente para a regulação do mercado; se bem que em teoria "pura" aquêles economistas raciocinem corretamente, no ponto de vista prático, todo o aparelho de análise se revela inútil.

Myrdal revela claramente as incongruências da doutrina neoclássica do comércio internacional. O autor assinala que, apesar de todo o instrumental teórico formulado pelos economistas liberais, há uma demonstração clara e flagrantemente contraditória, pois a solidariedade se limita à nação, já que o nacionalismo é mais forte que a razão, numa forma de irracionalidade emocional da política exterior em geral, dificultando a integração internacional das economias do chamado mundo livre. "Temos que nos esforçar para construir um mundo melhor integrado, valendo-nos de Estados que, pelas mais excelentes razões, estão tratando constantemente de realizar uma melhor integração nacional" (pág. 73) e "o problema decisivo consiste, por outro lado, em iniciar o sistema internacional que leve para a cooperação e a integração numa forma ascendente, ao invés do movimento descendente que se tem observado nos últimos anos, mas isto implicaria em mudanças fundamentais das atitudes populares. Por qualquer meio, o crescente nacionalismo deveria ser contrabalançado. Como está profundamente arraigado em tôdas as tendências políticas atuais e uma vez que o apoio à comunidade vigente é sumamente débil, êste grande processo educativo é levado a efeito com flagrante desvantagem" (pág. 77).

Denunciando a decadência do direito internacional (página 62), bem como criticando o internacionalismo tradicional — que na verdade era uma aproximação individualista disfarçada —, que tinha como premissa a simples e total abolição das políticas econômicas nacionais, esta premissa, por ser totalmente falaz, reacionária e ineficaz, sobretudo ia de encontro a uma imutável tradição histórica, logo sendo completamente natimorta. O autor propõe uma política de coordenação internacional integrada, muito embora advirta que tal premissa não seja das mais fáceis, admitindo a verdade que "a realização gradual de uma economia mundial necessitará de uma modificação de atitude nas pessoas, embora seja também certo que é mais difícil modificar hábitos, a menos que se coloquem as pessoas, por intermédio de suas vidas e seu trabalho real, dentro da estrutura de uma sociedade modificada" (págs. 75-76).

Myrdal é um firme convicto do sistema democrático e critica àsperamente a tendência manifesta em todos os países de

encerrar, isolar o indivíduo que procura trabalho dentro das suas fronteiras nacionais. O autor assinala, muito embora não concordemos com o mesmo, que tal fato "é francamente reacionário... causando um dano intrínseco ao esfôrço para alcançar a integração internacional... a situação ideal seria... que os indivíduos e grupos tivessem a plena oportunidade de se moverem de um lado para outro das fronteiras e de procurar emprêgo nos países estrangeiros" (págs. 130-131). Isto é uma contradição *in extreminis*, já que, conforme o autor discorre ao longo da obra, o que se evidencia em tôdas as comunidades é o surgimento de um crescente nacionalismo (principalmente nos países pobres), vale dizer, os países se voltam para "dentro" de suas isóbares políticas. De resto, Myrdal assinala, melancòlicamente, que seria pura utopia esperar que tal sonho do internacionalismo — o mercado livre internacional de trabalho — pudesse aplicar-se ao desintegrado mundo atual.

Na penetrante análise do verdadeiro aspecto da ajuda internacional (capítulo IX), Myrdal tem palavras amargas e melancólicas sôbre a política das potências mundiais, em relação às comunidades pobres, pois, quando muito, aquêles países ricos dispendem inversões maciças nos gastos de defesa e por tal motivo, negam-se a ajudar, em larga escala, o rompimento do atraso dos países pobres e "provàvelmente, a negativa corresponde, com exatidão, aos sentimentos populares..." (pág. 169). Mais adiante, Myrdal estuda os aspectos políticos da ajuda, chegando a afirmar que, "conforme ensina a experiência, introduzir a política na ajuda internacional causa o perigo de que os fundamentos morais e econômicos se derrubem" (página 171). Faltou, porém, a nosso ver, maior profundidade na análise da matéria, pois a ação política sempre caminhou, històricamente, com a ajuda internacional e que por isso mesmo, na luta ideológica dos dois sistemas vigentes no mundo — capitalismo e socialismo — tal fato é de extrema gravidade e não é à toa que nos países menos desenvolvidos, os governos estejam, freqüentemente, nas mãos de oligarquias corrompidas por ditas ajudas.

A obra de Myrdal, dado seu aspecto de análise de um mural de vastas contradições, como é a sociedade atual, traz uma importantíssima contribuição: a análise imparcial e brilhante dos problemas de um mundo que se acha à deriva, ao sabor de um crescente e irracional individualismo entre as nações, onde se afunda a diferença entre "ricos" e "pobres" é justamente analisando crítica e objetivamente tal fato que o autor demons-

tra que muitos dos nossos problemas atuais, no contexto internacional, dependem mais de boa-vontade e compreensão do que qualquer outra coisa.

Silvando Cardoso

RUSSIA WITH YOUR EYES OPEN — *Davidson Houston J. V.* — Edição "The Bodley Head" — 123 págs., Londres, 1962.

A Rússia é um país de muitos contrastes, e um visitante mal informado não poderia jamais compreendê-la como é e porque é. O objetivo dêste livro é justamente dar ao leitor os conhecimentos indispensáveis, para que não se deixe iludir pelo que venha a ver ou ouvir.

Russia With Your Eyes Open, não é um estudo aprofundado da União Soviética pois aborda apenas superficialmente os principais setores de atividade dêste país. Além disso, a evidente parcialidade do autor prejudica em muito o valor informativo da obra. Mesmo aquêles que, como nós, não são simpatizantes do nôvo regime, estranharão que nada seja apresentado sob um aspecto positivo, sobretudo quando se pensa nos anos que precederam a revolução.

Davidson começa seu livro com a descrição rápida dos primórdios da história russa, e a formação étnica do povo que ocupa seu território, com o fim de facilitar a localização da atual União Soviética face aos demais países da Europa e a compreensão da atitude passiva do russo sob o nôvo regime. É interessante observar como o autor analisa o indivíduo descrevendo ora sua humilde submissão, ora sua disfarçada revolta às rígidas leis.

A importância do partido comunista é salientada por D. Houston, que, em vivas côres, conta como a vida política, econômica e social, controlada pelos comunistas, é condicionada pró permanência do atual sistema político. Tamanha ênfase é dada a êste aspecto, que parece muitas vêzes ao leitor que o livro se repete. Na verdade, são os membros mais graduados do partido, que substituindo os antigos nobres formam a nova classe privilegiada, e dirigem ou mantêm os setores industriais e artísticos a serviço do Estado, embora respeitando as decisões técnicas e artísticas dos profissionais.

Podemos dizer que a originalidade da obra consiste na grande preocupação do autor em descrever a vida do cidadão russo, chegando ao detalhe, ao dar o horário e a qualidade dos alimentos mais comuns. Mesmo nos capítulos referentes aos setores de economia, como os que tratam da indústria e agricultura, Houston ao comentar os contrastes entre êstes dois tipos de produção, detém-se, principalmente, na análise dos diferentes comportamentos dos trabalhadores, traçando um paralelo entre a vida urbana e rural.

Ao falar da sociedade, Houston descreve a estruturação desta, afirmando que a União Soviética é o país dos privilégios. Entretanto, de suas próprias palavras o leitor poderá concluir que se há privilégios, há, também, de certa forma, merecimento, pois que vantagens na Rússia de hoje, gozam não só os membros mais graduados do partido, como também todo aquêle que pelo seu trabalho colabora para o engrandecimento do país.

Ao finalizar, o autor chama a atenção para o contraste entre a Rússia de hoje, e a promessa da "utopia comunista" sem fazer previsões. Entretanto, ousamos crer que com o seguimento da atual desdogmatização política dias melhores não tardarão a chegar para o povo soviético.

H. F. Cavalcanti

LA PREMIÈRE ÉTAPE DU MARCHÉ COMMUN — *Communauté économique européenne Comission* — Edição de "Services des publications des communautés européennes" — Paris — 1962.

Trata-se de um relatório sôbre a execução do Tratado de Roma, que abrange o período de janeiro 1958 a janeiro 1962. Sua finalidade primordial é apresentar um balanço ao Parlamento europeu, mas pretende, também, ser um testemunho do trabalho realizado em prol do estabelecimento do mercado comum e de uma Europa unida — condição indispensável para que "a Europa mantenha o lugar que ocupa no mundo, a sua influência e a sua irradiação..."

Tentaremos resumir o relatório, destacando certos tópicos e conclusões a que chegou a Comissão e que nos pareceram mais relevantes.

Se os progressos apontados se verificaram no plano econômico e no plano político, as constatações mais importantes foram feitas através do plano psico-social. Em primeiro lugar, sobressai a vontade firme dos governos em aplicar o Tratado e, como prova disso, temos a aceleração do processo de redução de tarifas aduaneiras, que possibilitou a "queima" de etapas previstas (no Tratado) para serem executadas 3 anos e meio depois; as decisões concretizando a política comum num dos setores mais complexos — o setor da agricultura. Em segundo lugar, podemos comparar a reação dos outros países e da opinião pública mundial quando foi criada a Comunidade: indiferença, ceticismo, hostilidade — com a importância que se atribui hoje à Comunidade no sistema comercial e econômico do mundo livre. Outro índice de sucesso é a reação dos países comunistas que assumiram uma atitude de combate cada vez mais intensa.

No interior do Mercado Comum, verificou-se um refôrço da solidariedade entre os países-membros, o reconhecimento, por parte da opinião pública, da necessidade de uma ação em comum, com as vantagens e sacrifícios que essa ação comporta e, mais, a adesão maior ao objetivo de unificação e à experiência dos métodos de integração.

Relativamente a essa primeira etapa do Mercado Comum, o Conselho concluiu ter sido um sucesso, decisivo para a passagem à segunda etapa. Atualmente pode-se afirmar que a Comunidade conta com as condições econômicas, jurídicas, políticas, psicológicas e humanas necessárias a um amplo desenvolvimento. O funcionamento das instituições do Mercado Comum possibilitou a adoção de processos automáticos que aumentam a eficácia da Comunidade e uma troca permanente de idéias e opiniões que estimulam as realizações do Tratado.

Pode-se dizer que a Comunidade já conseguiu estabelecer, em grande parte, um Mercado Comum aos Seis, fator de expansão e de progresso interno. Os objetivos da política econômica definidos pelo Tratado são: a) expansão contínua e equilibrada; b) elevação geral do nível de vida; c) alto grau de emprêgo; d) estabilidade dos preços; e) permanência da confiança na moeda; f) equilíbrio da balança de pagamentos.

O crescimento econômico foi mais equilibrado que antes e o produto bruto da Comunidade aumentou, em volume, de 20% em relação a 1957. A expansão das atividades econômicas pos-

sibilitou a absorção considerável do desemprêgo existente antes do Tratado. De 1958 a 1961 os preços se conservaram mais estáveis que anteriormente. E as dificuldades na balança de pagamentos, experimentadas em 1957 e 1958 por alguns países-membros, não reapareceram, dando lugar a uma posição financeira sólida com relação ao exterior.

Segue-se o relato detalhado da criação progressiva do Mercado Comum sôbre as trocas no setor industrial, onde se verificou um desenvolvimento espetacular das trocas comerciais entre Estados-membros: volume aumentado de 21% ao ano (em média) de 1959 a 61, o que não impediu o desenvolvimento considerável das importações dos outros países. O papel mais importante, aqui, foi conferido ao comportamento dos chefes de emprêsa diante da intensificação da concorrência: já raciocinando em têrmos de unificação, anteciparam muitas vêzes o ritmo de realização do Tratado. As conseqüências estruturais mais importantes dêsse dinamismo dos empresários foram: a especialização crescente da produção, o crescimento dos investimentos e a participação nas emprêsas estrangeiras. Essa evolução deu ao Mercado Comum uma amplidão difícil de se prever.

As medidas tomadas para o desarmamento alfandegário, para a harmonização dos regulamentos alfandegários, para a organização progressiva dos monopólios nacionais, para o recurso às cláusulas de salvaguarda são objeto de detalhada exposição.

As decisões do Conselho em matéria agrícola compreendem a criação de diferentes organizações de mercados para os produtos mais importantes, a instituição de um financiamento comunitário, com o Fundo de Orientação e de Garantia, a aplicação das regras de concorrência ao conjunto global dos produtos.

A livre circulação das pessoas, dos serviços e dos capitais foi empreendida como complemento necessário à liberação das trocas de mercadorias. O objetivo não é criar sòmente uma união alfandegária e um mercado comum, mas promover a elaboração de políticas comuns em um certo número de setores.

Matéria da maior importância é a que se refere à política de concorrência. A Comunidade considera a concorrência como um instrumento direcional indispensável a uma economia dirigida pela livre iniciativa dos empresários e pela livre escolha

do local de trabalho e do modo de consumo. As medidas tomadas pela Comissão têm por fim conservar êsse instrumento para que não seja deturpado, paralisado ou limitado em seu funcionamento. O regime estabelecido é transitório e visa dar às emprêsas organizadas de acôrdo com a situação anterior uma possibilidade de adaptação às condições do Tratado.

Dois princípios fundamentais regem a ação da Comissão: não julgar isoladamente uma medida em vigor num país ou setor, mas apreciá-la relativamente a tôdas as outras medidas suscetíveis de afetar as emprêsas e os setores de produção respectivos; em segundo lugar que a ação referente a essas medidas se adapte ao progresso do Mercado Comum.

A harmonização dos diferentes regimes de impostos foi estudada por um comitê científico de professôres e economistas, o Comitê Fiscal e Financeiro, que procurou estabelecer até que ponto essa harmonização é exigida pela integração econômica. Os Estados interessados deram aos órgãos da Comissão o poder de decidir as aproximações dos textos legislativos, administrativos e regulamentares.

As medidas no setor de transportes objetivam a eliminação dos obstáculos que os transportes opõem à realização do Mercado Comum em geral, a integração comunitária dos transportes, a organização do sistema de transportes na Comunidade.

A Comissão considera que a Política Social não pode ser uma simples conseqüência do progresso econômico e sim que deve andar a par com êsse progresso. A elevação do nível de vida deve ter um desenvolvimento harmonioso e uma expansão equilibrada. A política geral nesse setor compreende os problemas de emprêgo, de trabalho, de formação profissional, de harmonização dos sistemas sociais, levando em consideração as incidências sociais das ações tomadas sôbre o plano econômico em determinados setores. O Fundo Social, instituído como uma espécie de caixa de compensação, tem por fim garantir o salário e o emprêgo dos assalariados contra os riscos da integração das economias e favorecer a expansão da procura de trabalho, através dos impulsos que suas intervenções dão à luta contra o desemprêgo estrutural.

A orientação dada ao problema da formação profissional foi a de determinar regras de conduta e fixar as grandes linhas de uma ação comum tendente à formação e ao aperfeiçoamento do conjunto da população ativa, jovem ou adulta, e não de se

limitar à formação de algumas categorias de trabalhadores. Partem do princípio de que a formação profissional é o laço entre o desenvolvimento demográfico e a evolução tecnológica, e deve permitir a adaptação constante da repartição da população ativa às exigências de uma política econômica de expansão contínua e equilibrada. Um dos aspectos da política de integração mais importante é o da mobilidade dos trabalhadores, tanto sôbre o plano geográfico quanto sôbre o plano profissional.

O regime de associação estabelecido entre a Comunidade e os Estados do Ultramar (africanos e malgache) se concretizou nos esforços financeiros empreendidos pela Comunidade, geralmente como complemento da ajuda bilateral de que se beneficiavam por parte do Estado com que tinham relações particulares. No que se refere às medidas de desarmamento alfandegário e contigentário, elas tiveram apenas um efeito limitado sôbre o desenvolvimento das exportações dos Estados-membros para êsses países. As importações da Comunidade provenientes dos países associados do Ultramar aumentaram 6% de 1960 a 1961. A cooperação técnica se traduziu em um importante esfôrço da Comunidade na formação dos quadros africanos e malgaches. Durante 1960-61 foram distribuídas 62 bôlsas de estudos e durante 1961-62 êsse número se elevou a 300. Por outro lado, a Comissão financiou numerosos e importantes estudos sôbre o desenvolvimento dos Estados associados.

Com relação aos outros países, a Comunidade conclui que não é possível estudar isoladamente o aspecto mundial e o aspecto europeu de suas relações exteriores. Reconhecendo encontrar-se no início de sua evolução, era-lhe difícil determinar, antes de se reforçar interiormente, as condições e modalidades de uma cooperação a longo têrmo. A cooperação dada pela Comunidade aos países em vias de desenvolvimento se traduziu em medidas de assistência técnica e financeira e de cooperação comercial.

Da leitura do Relatório podemos ressaltar 3 pontos. O primeiro diz respeito à preocupação em evitar novos conflitos na Europa, em torná-los "não sòmente impensáveis, mas materialmente impossíveis". O rebaixamento progressivo das barreiras alfandegárias, significativamente chamado de "desarmamento", denotando a conotação de hostilidade existente na economia dos países europeus, fonte de tantas lutas e de tantos perigos de conflagração, é um exemplo dêsse espírito e dessa

vontade de resolver, por meios pacíficos, o que outrora só tinha solução na guerra.

O segundo ponto marca a importância dada às pesquisas, às sondagens e aos estudos em profundidade — feitos com o fim de delinear o mais exato possível, o quadro da realidade existente. Dêsse modo as medidas são empreendidas sôbre uma base sólida, realista, obtendo assim mais chances de sucesso. Muitas medidas do Tratado de Roma puderam ser realizadas antes do prazo previsto devido a essa objetividade na coleta dos dados e na sua organização.

E, por último, devemos dizer com Ortega y Gasset que "sòmente a decisão de construir uma grande nação com o grupo dos povos continentais voltaria a sintonizar a pulsação da Europa, fazendo-a crer em si mesma e, automàticamente, exigir-se muito, disciplinar-se". Para isso é necessário um incitante programa de vida e a adesão dos homens a êsse programa. Podemos constatar no trabalho já realizado e por realizar êsse dinamismo peculiar a tôda obra de unificação humana em tôrno de um grande objetivo.

Maria Luíza Pulchério

SITUACIÓN DE LA IGLESIA EN YUGOSLÁVIA — *Rastko Vidic* — Editor Publicisticko — Izdavacki zavod "Jugoslavija" — Beograd, Knez Mihailova 6 — Versão castelhana de Valentin Rodríguez — 144 págs., 1962.

O livro em foco reporta-se a três fases distintas do relacionamento entre o Estado iugoslavo e os diversos cultos religiosos existentes naquele país balcânico: a antes, durante e após a 2.ª Grande Guerra resumem-se estas três fases.

Tem o autor a intenção precípua de descrever as transformações surgidas durante o transcurso dessas fases; de informar sôbre uma nova situação; de apontar-lhe as causas, embora, sem aquela preocupação interpretativa que teria, por exemplo, um cientista social. Rastko Vidic parece-nos dizer: "Os fatos são êsses, concluam!" Não obstante é necessário adotar uma atitude defensiva e recordar que em todo e qualquer trabalho desta natureza, dependendo do que poderíamos chamar de juízos intencionais e juízos não-intencionais ou preconceitos sócio-culturais, os fatos podem ser apresentados e correlacionados

visando levar o leitor a uma ou várias conclusões predeterminadas. Face ao exposto, a solução a adotar seria considerar o livro como um útil subsídio à compreensão do problema; concluir, mas levando em conta outros dados e outras fontes.

Anteriormente ao 2.º grande conflito universal, as comunidades religiosas existentes na Iugoslávia estavam hierarquizadas na seguinte ordem de importância: Ortodoxa Sérvia, Católica Romana, Islâmica e outras de menor importância como a Velho-Católica, a Mosaico-Judia e Igrejas Protestantes (Evangélica Alemã, Evangélica Eslovaca, Calvinista, Batista etc.) e seitas como a dos Nazarenos. O autor faz um estudo pormenorizado das mesmas: do seu aparecimento na Iugoslávia e do papel que exerceram na ocasião que ora nos interessa. Procura patentear a luta de tôdas, em especial das duas primeiras, para exercerem maior influência no poder e as conseqüências desastrosas disto advindas. Mostra-se o grau de influência de cada uma no executivo, no legislativo e no povo em geral e os métodos que adotaram para galgarem na escala hierárquica do prestígio político-religioso. Em oposição relata quão discriminatória era a atuação do Estado, os favoritismos que se permitia a umas em detrimento das outras e as modificações de atitudes que assumia no decorrer do tempo para com as diferentes Igrejas.

Posteriormente estuda o papel assumido pelas Comunidades religiosas durante a 2.ª Guerra Mundial e a luta de libertação dos povos iugoslavos. É analisada a posição das seguintes religiões: Ortodoxa Sérvia, Islâmina, Evangélica Alemã e Católica. A posição passiva que adotam face a luta dos povos iugoslavos como também a atitude ativa que tomam contra o movimento de libertação nacional além da colaboração com fôrças invasoras explicam-se, conforme o autor, pela união das mesmas com movimentos políticos reacionários e com meios clericais. É demonstrado o caráter divisionista que se processou no clero, principalmente no da religião Ortodoxa Sérvia, que se perfilou junto às fileiras dos revolucionários em defesa do princípio de Liberdade de Consciência e de Culto, base do princípio de Igualdade de Direitos de todos os cidadãos independentemente de confissão religiosa. Contudo, alguns sacerdotes ortodoxos ocuparam cargos diretivos na organização dos *chetniks*.

A atuação de outras religiões pode ser patenteada em que:

a) Parte dos funcionários da religião Islâmica cooperou com o Estado alemão fascista tomando parte ativa em unidades armadas;

b) A Igreja Evangélica Alemã estava totalmente ao serviço das fôrças alemãs de ocupação. Com recursos financeiros alemães, construiu em Belgrado uma igreja que se tornou a base principal do serviço de informação alemão na citada capital.

É feita, também, a análise do papel da Igreja Católica e do Vaticano quanto ao reconhecimento do Estado independente Croata *quisling,* primeiro passo para a criação nos Balcãs de um país católico, uma barreira contra os movimentos perigosos vindos de Este e cabeça-de-ponte para a propagação do catolicismo nos Balcãs e daí para o Leste. Mais adiante são estudados os meios utilizados pelos católicos croatas na conversão e na eliminação dos não-católicos. A política do Estado Croata quanto aos Sérvios — eliminação dos mesmos, expulsão dos restantes e, afinal, conversão dos sobreviventes à religião católica — era apoiada pelo alto clero católico e pelo Vaticano que ignorava as notícias que lhe chegavam das crueldades praticadas pelo govêrno *ustachi*. É mencionado que o Vaticano reconheceu de fato o Estado Croata, apesar de continuar mantendo relações diplomáticas com a Iugoslávia, só não o fazendo de júri, pois ficou aguardando que um outro Estado o fizesse primeiro.

A parte do livro que classificamos de "Posterior à 2.ª Guerra Mundial" é a mais ampla e focaliza as religiões em convívio com regime político diverso do anterior.

Inicialmente estuda-se o estatuto jurídico (anexo às últimas fôlhas do livro) que regulamenta a situação das religiões existentes na nação iugoslava. Patenteia-se a intenção dêste estatuto em separar integralmente a Igreja do Estado a fim de assegurar ao cidadão uma verdadeira liberdade religiosa. O mesmo contém um conjunto de direitos e de impedimentos que incidem sôbre as religiões.

No capítulo "A situação das comunidades religiosas depois da guerra" (pág. 52), trata-se da estrutura e da organização destas comunidades, bem como do aparecimento histórico de cada uma na Iugoslávia.

A intenção de positivar a separação total da Igreja e do Estado é patente em várias passagens do livro. Constantemente pretende provar que a situação de hoje já não é a de antes da guerra. Na nossa opinião, entretanto, esta separação se vê prejudicada pelo fato de que o govêrno da República Popular Iugoslava concede a todos os cultos uma ajuda pecuniária, com o que não pretendemos fazer juízo de valor mas constatar um fato simplesmente. A ajuda, entre 1955 e 1961, importou em

1.222.704.072 dinares em que estão incluídos 257.477.849 dinares dos 50% que couberam ao Estado nas cotizações para o seguro social do clero. As 3 maiores religiões receberam nestes últimos 6 anos:

a) Ortodoxa Sérvia .... 426.322.179 dinares

b) Católica Romana .... 374.885.181 dinares

c) Islâmica .... 356.830.207 dinares

O seguro social visa assegurar ao clero os seguintes direitos: proteção sanitária; indenização que substitua o salário em caso de enfermidade; indenização por deslocação que se relacione com a utilização do direito à proteção sanitária; indenização para gastos de entêrro; pensão de invalidez; etc.

Registra-se que a Igreja Católica-Romana tem no país 8 Escolas Teológicas Superiores, 14 Escolas Teológicas Secundárias (com 1.214 seminaristas) e 8 Noviciados (agrupando 102 Noviços); que a Igreja Ortodoxa possui uma Faculdade de Teologia em Belgrado com 116 estudantes ordinários e 100 externos; a Islâmica, duas Escolas com 158 e 76 alunos, respectivamente; a Cristã Adventista, uma para Predicadores com 26 alunos; a Batista, uma com 20 alunos e a Velho-Católica forma seus sacerdotes no estrangeiro ou na Faculdade de Teologia da Igreja Ortodoxa de Belgrado.

Outros dados estatísticos contidos no livro revelam-nos:

a) Igreja Ortodoxa Sérvia — 1 Patriarca, 21 bispos, 1 850 sacerdotes, 293 frades, 552 religiosas, 2.974 igrejas e capelas e 144 mosteiros; possui, ainda, 3 Escolas Confissionais com 449 alunos regulares e 210 estudantes livres;

b) Igreja Ortodoxa Macedônica — 1 Patriarca — o mesmo da Ortodoxa Sérvia —, 3 bispos, 221 sacerdotes, 80 frades e religiosas, 785 igrejas e 70 mosteiros;

c) Igreja Católica-Romana — 28 arcebispos e bispos, 3.137 curas, 7.702 igrejas e capelas, 376 conventos, 685 frades, 5.870 religiosas e umas 2.500 paróquias;

d) Igreja Greco-Católica — 50 paróquias e 64 sacerdotes;

e) Comunidade Religiosa Islâmica — 2.000 diáconos-ajudantes e 2.077 mesquitas;

f) Igreja Velho-Católica — 32 sacerdotes e 11 templos;

g) Outros dados referentes às Igrejas Protestantes.

No que concerne aos últimos dados acima é de se lastimar a inexistência de informes atinentes ao período anterior à 2.ª Guerra Mundial. Se o autor pretendia dar uma noção fiel da situação atual da religião na Iugoslávia deveria ter procedido a uma comparação dos dados numéricos de hoje com os de ontem. Destarte, não se pode constatar se a situação é idêntica ou se se modificou — para melhor ou para pior. A não ser que se proceda como já foi aconselhado anteriormente: através de uma pesquisa bibliográfica reveladora dos dados imprescindíveis a uma decisão. Esta mesma observação serve para o que nos é informado sôbre a liberdade de imprensa na Iugoslávia.

O artigo 3.º do Estatuto, sôbre os direitos e deveres das comunidades religiosas, reza que as mesmas podem publicar e distribuir o que vierem a editar e que as disposições gerais válidas para tôda a imprensa são válidas para elas também. Omitem-se, porém, estas disposições.

A atividade editôra mais importante cabe em 1.º lugar à Igreja Católica e em 2.º à Ortodoxa Sérvia. A primeira, em 18 meses, publicou aproximadamente 3 milhões de livros e opúsculos de caráter religioso. A segunda, no mesmo período, editou cêrca de 900.000 exemplares. No ano de 1961 o índice editorial de tôdas as Comunidades Religiosas iugoslavas girou ao derredor de 500.000 exemplares.

O livro contém dados referentes aos contatos externos que estas comunidades religiosas vêm mantendo e intensificando a partir do ano de 1955 e fatos comprobatórios de um bom relacionamento entre o Estado e as Igrejas. Várias contingências, incluindo-se a de que as relações diplomáticas entre o Govêrno iugoslavo e o Vaticano acham-se cortadas desde 1952, sugere-nos distinguir o relacionamento existente entre o Estado e as Religiões em geral do existente entre aquêle e a Religião Católica especificamente. Condições históricas e fatôres estruturais-organizacionais da Igreja Católica-Romana, como seu caráter supranacional e sua estrutura hierárquica centralizada no Vaticano e no Papa, explicam esta situação. Apesar disto o livro, conjuntamente a outras fontes, nos indica o aparecimento de um processo social interativo de acomodação, mais acentuado no que concerne às religiões que não a Católica.

Sob 2 prismas pode ser estudado êste processo interativo: um interno e outro externo.

a) De parte a parte — Govêrno e Religiões —, os fatôres essenciais que levariam a um processo de acomodação nas ati-

tudes seriam: do lado das religiões, indubitàvelmente, a necessidade vital de continuarem a existir mesmo com a perda de importantes prerrogativas; do lado governamental, o interêsse de diminuir os atritos e conflitos com as igrejas, transformando-as de adversárias em úteis colaboradoras, sem dúvida que, também, com a desvantagem de ter de contemporizar e, pois, abrandar e mesmo abandonar alguns de seus pontos de vista. Os grupos e as instituições participantes das relações, as situações específicas emergidas e, fundamentalmente, a ação diluente e modificadora do tempo contribuem para o aparecimento do processo social acomodativo. O tipo particular de cultura de cada sociedade não deve ser desprezado; no caso em foco cumpre lembrar que a tradição cultural dos povos iugoslavos é eminentemente cristã e espiritualista, fator condicionante do abrandamento de sua política que, em teoria, é materialista. Acresce que as concessões do govêrno às religiões podem hoje, mais do que nunca, ser feitas graças ao fortalecimento crescente do govêrno e à consecução de grande parte de suas metas;

b) Do ponto de vista externo ou das relações internacionais resulta que a imperiosa necessidade de a Iugoslávia expandir-se econômicamente através do comércio internacional é motivo relevante para uma nova e mais plástica política *vis-à-vis* com as religiões, considerando-se a essencial necessidade de estimular na opinião pública internacional — em especial a do grupo ocidental — uma atitude menos hostil a seu govêrno. Acrescente-se, ainda, a motivação capital de a Iugoslávia manter para com os EUA uma posição mais simpática para que os créditos e as ajudas financeiras que recebe dêste país não sejam afetados pela opinião pública norte-americana, sensível e contrária a tôda e qualquer perseguição de caráter político, econômico ou social.

Até certo ponto a análise acima desenvolvida pode ser generalizada a outras nações sob regime comunista, respeitadas as suas especificidades históricas e sócio-culturais. Livros, opúsculos e observações feitas nestas nações vêm constatando mudanças nas relações entre Estados e Religiões. Os últimos acontecimentos parecem indicar que estas mudanças interessam ao próprio Vaticano. Não sendo assim, como se explicariam os rumôres de aberturas de Consulados do Vaticano nos países comunistas, da partida para Roma do Cardeal Mindszenty, asilado, desde 1956, na Legação dos EUA, em Budapeste, ou como se explicariam a presença de uma representação da Igreja Or-

todoxa Russa no Concílio Ecumênico ou palavras do Papa João XXIII admitindo a possibilidade de um entendimento entre Católicos e pessoas sem fé cristã alguma?! (Encíclica Paz na Terra — Parte V — Relações entre Católicos e não-católicos...)

Célio José Alves

LIVROS RECENTES SÔBRE PROBLEMAS POLÍTICOS REGIONAIS E INTERNACIONAIS:

1. POLÍTICA GERAL

SUBDESENVOLVIMENTO E POLÍTICA INTERNACIONAL — *Adolfo Justo Bezerra de Menezes* — Rio de Janeiro, GRD, 1963 — 223 p., Cr$ 720,00

MANIFESTO DE LA DEMOCRACIA — *William O. Douglas* — México, Centro de estudios y documentación sociales (1962) — 55 p.

LA NAZIONALIZZAZIONE DEL CANALE DI SUEZ — *Antoun Fahmy Abdou* — El Cairo, "Mondiale" — 1962 — 96 p.

L'ART DE LA POLITIQUE — *Gaston Bouthol* — Paris, Ed. Séghers et Verviers — 1962 — 640 p., 25, 75 FF.

PAIX ET GUERRE ENTRE LES NATIONS — *Raymond Aron* — Paris, Calmann-Lévy — 1962 — 794 p., Fr. 28.50

AGAINST THE COLD WAR; A STUDY OF ASIAN-AFRICAN POLICIES SINCE WORLD WAR II — *Chanakya Sen* — London, Asia publishing house, 1962 — 228 p., 25 s.

THE AMERICAN LIBERALS AND THE RUSSIAN REVOLUTION — *Christopher Lasch* — N. Y. Columbia Univ. press — 1962 — 290 p., $6.50

DEMOCRACY SPEAKS MANY TONGUES — *Richard W. Poston* — N. Y. — Evanston, Harper and Row, 1962 — 206 p., $4.75

THE EDGE OF FREEDOM: A REPORT ON NEUTRALISM AND NEW FORCES IN SUB-SAHARAN AFRICA AND EASTERN EUROPE — *John B. Oakes* — N. Y., Harper, 1961 — 129 p., 25 s.

FOREIGN POLICY DECISION-MAKING — *Richard C. Snyder* [and others] — (ed.) — N. Y. Free press of Glencoe, 1962 — 274 p., $6.50

THE ILLUSION OF NEUTRALITY — *Robert A. Devine* — Chicago-London, The Univ. of Chicago press, 1962 — 370 p.

A KEY TO SOVIET POLITICS: THE CRISIS OF THE "ANTI-PARTY" GROUP — *Roger Pethybridge* — London, Allen & Unwin, 1962 — 207 p., 21 s.

KHRUSCHEV SPEAKS — *Thomas P. Whitney* (ed) — Ann Arbor, Univ. of Michigan press, 1963 — 466 p., $ 7.50

MAN IN THE STRUGGLE FOR PEACE — *Charles Malik* — N. Y., Harper and Row, 1963 — 429 p., $ 6.95

THE NATURE OF INTERNATIONAL SOCIETY — *C. A. W. Manning* — London, G. Bell & Sons, Ltd., 1962 — 220 p., 30 s.

NEGOTIATIONS FROM STRENGTH: A STUDY IN THE POLITICS POWER — *Corel Bell* — London, Chatto & Windus, 1962 — 224 p., 21 s.

ON REVOLUTION — *Hannah Arendt* — N. Y., Viking, 1963 — 343 p., $ 6.50

THE ORDEAL OF COEXISTENCE — *Willy Brandt* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1963 — 112 p., $ 3.00

POLITICAL HANDBOOK AND ATLAS OF THE WORLD, 1963 — *Walter H. Mallory* (ed.) — N. Y., Harper and Row, 1963 — 294 p., $ 6.50

POLITICS IN THE TWENTIETH CENTURY — *Hans J. Morgenthau* — Chicago, Univ. of Chicago press, 1962 — 3 v., $ 25.00

THE PRICE OF PEACE — *James J. Wadsworth* — New York, Praeger, 1962 — 127 p., $ 3.95

SUBVERSION OF THE INNOCENTS: PATTERNS OF COMMUNIST PENETRATION IN AFRICA, THE MIDDLE EAST, AND ASIA — *Dan Kurzman* — N. Y., Random House, 1963 — 570 p., $ 6.95

THE THEORY OF POLITICAL COALITIONS — *William H. Riker* — N. Y., Yale Univ. press, 1962 — $ 6.00

THE THIRD WORLD: THE UNALIGNED COUNTRIES AND THE WORLD REVOLUTION — *Mario Rossi* — N. Y., Funk, 1963 — 209 p., $ 4.00

TREASON IN THE TWENTIETH CENTURY — *Margret Boveri* — N. Y., Putnam, 1963 — 370 p., $ 5.95

VORAUSSETZUNGEN DER KOEXISTENZ — *Bruno Kreisky* — Friburgo de Brisgovia, Rombach, 1960 — 24 p.

2. ASSUNTOS JURÍDICOS E DIPLOMACIA

ANNUAIRE FRANÇAIS DE DROIT INTERNATIONAL. 1961. VII — Paris, Centre national de la recherche scientifique, 1962 — 1.220 p.

LE DROIT DE PÉTITION DANS LES TERRITOIRES SOUS TUTELLE — *Jean Beauté* — Paris, Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1962 — 265 p., NF 30

DROIT INTERNATIONAL ET DROIT INTERNE — *Krystyna Marek* (ed.) — Geneva, Droz, 1961 — Vol. I, 1.016 p.

L'OCCUPATION MILITAIRE — *Odile Debbasch* — Paris, Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1962 — 424 p.

LE PRINCIPE DE "SUPRANATIONALITÉ": ESSAI SUR LES RAPPORTS DE LA POLITIQUE ET DU DROIT — *Francis Rosenstiel* — Paris, A. Pedone, 1962 — 134 p.

REPERTOIRE DE LA PRATIQUE FRANÇAISE EN MATIÈRE DE DROIT INTERNATIONAL — *Alexandre Kiss* — Paris, Ed. Du Centre national de la recherche scientifique, 1962 — 660 p.

THE EUROPEAN CONVENTION ON HUMAN RIGHTS — *Gordon Lee Weil* — Bruges, Collège d'Europe; Leyden, Ed. Sythoff, 1963 — 260 p., 28, 75 fl.

FREEDOM OF SPEECH AND PRESS IN AMERICA — *Edward G. Hudon* — Washington, Public affairs press, 1963 — 224 p., $ 4.50

JUDICIAL CONTROL OF THE EUROPEAN COMMUNITIES — *Gerhard Bebr* — London, Stevens, 1962 — 268 p., 52 s. 6 d.

LAW AND ORGANIZATION IN WORLD SOCIETY — *Kenneth S. Carlston* — Urbana, Univ. of Illinois press, 1962 — 356 p., $ 6.50

THE MAKING OF FOREIGN POLICY — *Joseph Frankel* — N. Y., Oxford Univ. press, 1963 — 231 p., $ 5.60

METTERNICH'S DIPLOMACY AT ITS ZENITH, 1820-1823 — *Paul W. Schroeder* — Austin, Univ. of Texas press, 1962 — $ 5.00

THE NATURE OF INTERNATIONAL SOCIETY — *C. A. W. Manning* — N. Y., Willey, 1962 — 220 p., $ 5.00

THE NUREMBERG TRIAL — *Joe Heydecker* and *Johannes Leeb* — Cleveland, World publishing co., 1962 — 398 p., $ 6.00

POST-WAR INTERNATIONAL CIVIL AVIATION POLICY AND THE LAW OF THE AIR — *H. A. Wassenbergh* — The Hague, Nijhoff, 1962 — 197 p., Gldrs. 15

THE PUBLIC ORDER OF THE OCEANS — *Myres S. McDougal* and *William T. Burke* — New Haven, Yale Univ. press, 1962 — 1.226 p., $ 15.00

RUSSIAN DIPLOMACY AND EASTERN EUROPE (1914-1917) — *Alexander Dallin* — N. Y., King's Crown press, 1963 — 305 p., $ 5.50

INTERNATIONALE ORGANISATIONEN UND REGIONALPAKTE — *Fritz Münch* and *Gert von Eynern* — Köln, Westdeutscher Verlag, 1962 — 268 p., DM 15

3. ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

L'ÉCONOMIE DES JEUNES NATIONS — *François Perroux* — Paris, Presses universitaires de France, 1962 — 252 p., NF 12

ATLANTIC TARIFFS AND TRADE — London, Political and economic planning, 1962 — 426 p., 80

BANKING IN WESTERN EUROPE — *R. S. Sayers* (ed.) — N. Y., Oxford Univ. press, 1962 — 403 p., $ 6.75

CARTEL AND MONOPOLY IN MODERN LAW — Karlsruhe, C. F. Müller, 1961 — 2 vols., DM 110

COMMUNIST CHINA'S ECONOMY 1949-1962: STRUCTURAL CHANGES AND CRISIS — *Cheng Chu-yuan,* 1963 — 217 p., $ 5.00

CULTURAL AFFAIRS AND FOREIGN RELATIONS — *Robert Blum* (ed.) — Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1963 — 184 p., $ 3.95

ECONOMIC BACKWARDNESS IN HISTORICAL PERSPECTIVE — *Alexander Gerschenkron* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1962 — 456 p., $ 8.75

ECONOMIC DEVELOPMENT AND THE PRICE LEVEL — *Geoffrey Maynard* — N. Y., St. Martin's press, 1962 — 295 p., $ 7.50

ECONOMIC DEVELOPMENT IN PERSPECTIVE — *John Kenneth Galbraith* — Cambridge, Harvard Univ. press; London, Oxford Univ. press, 1962 — 76 p., 10 s. 6 d.

THE ECONOMICS OF MIDDLE EASTERN OIL — *Charles Issawi* and *Mohammed Yeganeh* — N.Y., Praeger, 1963 — 230 p., $ 8.00

FACTORS IN ECONOMIC DEVELOPMENT — *A. K. Cairncross* — N. Y., Praeger, 1962 — 346 p., $ 6.60

FOREIGN TRADE AND THE NATIONAL ECONOMY — *Charles P. Kindleberges* — New Hames, Yale Univ., press, 1962 — 265 p., $ 6.00

THE GENESIS OF THE COMMON MARKET — *W. O. Henderson* — Chicago, Quadrangle books, 1962 — 201 p., $ 5.50

GERMAN RESISTANCE TO HITLER: ETHICAL AND RELIGIOUS FACTORS — *Mary Alice Gallin* — Washington, Catholic Univ. of America press, 1961 — 259 p., $ 4.95

THE IDEOLOGIES OF THE DEVELOPING NATIONS — *Paul E. Sigmund, Jr.* (ed.) — N. Y., Praeger, 1963 — 326 p., $ 6.00

INVESTMENT AND GROWTH IN MATURE ECONOMIES: THE CASE OF BELGIUM — *A. Lamfalussy* — London, N. Y., Macmillan, 1961 — 206 p., 31 s 6 d.

LEGAL PROBLEMS IN INTERNATIONAL TRADE AND INVESTMENT — *Crawford Shaw* (ed.) — Dobbs Ferry, Oceana publications, 1962 — 265 p., $ 12.50

OIL AND STATE IN THE MIDDLE EAST — *George Lenczowiski* — Ithaca, Cornell Univ. press, 1960 — 379 p.

ON THE THEORY OF SOCIAL CHANGE: HOW ECONOMIC GROWTH BEGINS — *Everett E. Hagen* — Homewood, Dorsey press, 1962 — 557 p., $ 7.50

THE POLITICAL ECONOMY OF COMMUNISM — *P. J. D. Wiles* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1962 — 404 p., $ 7.50

PROFIT POTENTIAL IN THE DEVELOPING COUNTRIES — *Robert Theobald* — N. Y., American management association, 1962 — 299 p., $ 12.00

SHAPING THE WORLD ECONOMY: SUGGESTIONS FOR AN INTERNATIONAL ECONOMIC POLICY — *Jan Tinbergen* — N. Y., Twentieth Century Fund, 1962 — 330 p., $ 4.00

STUDIES IN ECONOMIC DEVELOPMENT — *Bernard Okun* and *Richard W. Richardson* — London — N. Y., Holt, Rinehart & Winston, 1962 — 498 p.

WORLD WITHOUT WANT — *Paul G. Hoffman* — N. Y., Harper and Row, 1962 — 144 p., $ 3.50

KRIZIS MIROVOVO KAPITALISMA NA SOVREMENNON ETAPE — *A. A. Arzumanyan* — Moscow, Akademia Nauk SSSR, 1962 — 145 p., 64 k.

4. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

LES INSTITUTIONS INTERNATIONALES ET TRANSATIONALES — *Fernand L'Huillier* [y otros] — Paris, Presses universitaires de France, 1961 — 295 p.

INTERNATIONAL REGIONAL ORGANIZATIONS: CONSTITUTIONAL FOUNDATIONS — *Ruth C. Lawson* (ed.) — N. Y., Praeger, 1962 — 387 p., $ 8.50

5. ASSUNTOS MILITARES, ESTRATÉGIA E DESARMAMENTO

LA GUERRE DES BLINDÉS — *Major Eddy Bauer* — Paris, Payot, 1962 — 2 v., Fr. 50

LES MUTATIONS DE LA GUERRE MODÈRNE, DE LA RÉVOLUTION FRANÇAISE À LA RÉVOLUTION NUCLÉAIRE — *Jean Perré* — Paris, Payot, 1962 — 419 p., Fr. 25

AN ALTERNATIVE TO WAR OR SURRENDER — *Charles E. Osgood* — Urbana, Univ. of Illinois press, 1962 — 183 p., $ 1.45

THE CHALLENGES OF SPACE — *Hugh Odishaw* (ed.) — Chicago, Univ. press, 1962 — 379 p., $ 6.95

CIVILIAN NUCLEAR POWER — *Philip Mullenbach* — N. Y., Twentieth Century Fund, 406 p., $ 8.50

CONFLICT IN SPACE — *M. N. Golovine* — N. Y., St. Martin's press, 1962 — 146 p., $ 4.50

COUNTERGUERRILLA OPERATIONS: THE PHILIPPINE EXPERIENCE — *Colonel Napoleon D. Valeriano and Liutenant Colonel T. R. Bohannan* — N. Y., Praeger, 1962 — 275 p., $ 5.95

DETERRENCE, ARMS CONTROL, AND DISARMAMENT — *J. David Singer* — Columbus, Ohio State Univ. press, 1962 — 279 p., $ 5.50

DISARMAMENT: ITS POLITICS AND ECONOMICS — *Seymour Melman* (ed.) — Boston, American Academy of arts and sciences, 1962 — 398 p.

FREEDOM'S FRONTIER — ATLANTIC UNION NOW — *Clarence K. Streit* — Washington, Freedom & Union press, 1961 — 308 p.

THE HARD WAY TO PEACE — *Amitai Etzioni* — N. Y., Crowell-Collier press, 1962 — 284 p., $ 3.95

HISTORY OF UNITED STATES NAVAL OPERATIONS: KOREA — *James A. Field (Jr.)* — Washington, D. C., Department of the Navy, 1962 — 499 p., $ 4.25

I WAS CICERO — *Elyesa Bazna and Hans Nogly* — N. Y., Harper and Row, 1963 — 212 p., $ 3.95

KILL AND OVERKILL — *Ralph E. Lapp* — N. Y., Basic Books, 1962 — 197 p., $ 4.95

THE MAN ON HORSEBACK: THE ROLE OF THE MILITARY IN POLITICS — *S. E. Finer* — London — Dunmow, Pall Mall press, 1962 — 268 p., 27 s. 6 d.

MAO TSE-TUNG ON GUERRILLA WARFARE — N. Y., Praeger, 1961 — 114 p., $ 4.50

MISSILES AND THE REVOLUTION IN WARFARE — *Nels A. Parson Jr.* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1962 — 245 p., $ 5.75

ON THE PREVENTION OF WAR — *John Strachey* — London, Macmillan, 1962 — 334 p., 40 s.

PEARL HARBOR: WORKING AND DECISION — *Roberta Wohlstetter* — Stanford, Univ. press, 1962 — 426 p., $ 7.50

POWER POLITICS IN THE NUCLEAR AGE — *Stephen King-Hall* — London, Gollancz, 1962 — 224 p., 25 s.

THE PRICE OF GLORY: VERDUN 1916 — *Alistar Horne* — N. Y., St. Martin's press, 1963 — 371 p., $ 5.95

THE ROLE OF THE MILITARY IN UNDERDEVELOPED COUNTRIES — *John J. Johnson* (ed.) — London, Oxford Univ. press, 1962 — 427 p., 68 s.

SEATO: SIX STUDIES — *George Modelski* (ed.) — Malbourne, Cheshire, 1962 — 302 p., 75

THE SPACE RACE — *Donald W. Cox* — Philadelphia, Chilton, 1962 — 393 p., $ 6.95

THE SPREAD OF NUCLEAR WEAPONS — *Leonard Beaton* and *John Maddox* — London, Chatto & Windus, 1962 — 216 p., 18 s.

SUN TZU: THE ART OF WAR — *Samuel B. Griffith* (trad.) — N. Y., Oxford Univ. press, 1963 — 197 p., $ 5.60

TOWARDS AN AMERICAN ARMY — *Russel F. Weigley* — N. Y., Columbia Univ. press, 1962 — 297 p., $ 7.50

THE WAR: A CONCISE HISTORY 1939-1945 — *Louis L. Snyder* — London, Hale, 1962 — 594 p., 30 s.

WE SEVEN — By the austronauts themselves — N. Y., Simon and Schuster, 1962 — 352 p., $ 6.50

THE WEAPONS ACQUISITION PROCESS: AN ECONOMIC ANALYSIS — *Merton J. Peck and Frederic M. Scherer* — Boston, Harvard Univ., Graduate school of business administration, 1962 — 736 p., $ 10.00.

WORLD WAR I: AN OUTLINE HISTORY — *Hanson W. Baldwin* — N.Y. Harper & Row, 1962 — 181 p., $ 3.95.

DER FELDZUG GEGEN SOWJETRUSSLAND 1941 BIS 1945 — *Alfred Philippi and Ferdinand Heim* — Stuttgart, Kohlhammer, 1962 — 293 p., DM. 24.

6. ASSUNTOS REGIONAIS

I. África

DOIS CAMINHOS DA REVOLUÇÃO AFRICANA — *Moacir Werneck de Castro* — Rio de Janeiro, Instituto brasileiro de estudos afro-asiáticos, 1962 — 101 p.

EL PENSAMIENTO PORTUGUÊS Y LA CUESTION DE ANGOLA — *José L. Serrano Lafita* — Madrid, Seminario central de estudios internacionales de la Delegación nacional de organizaciones del movimiento, 1962 — 90 p.

L'ÁLGÉRIE DE DEMAIN — *François Perreou* (ed.) — Paris, Presses universitaires 1962 — 262 p., Fr. 12

LES ORIGINES DE LA GUERRE D'ALGÉRIE — *Robert Aron* — Paris, Fayard, 1962 — 332 p., Fr. 12

OUI SONT LES LEADERS CONGOLAIS? — *Pierre Artigue* — Bruxelles, Ed. Europe-Afrique, 1962 — 375 p., Fr. belges 175

AFRICA FOR BEGINNERS: A TRAVELLER'S NOTEBOOK — *Melvin J. Lasky* — Philadelphia, Lippincott, 1962 — 171 p., $ 3.50

THE AFRICAN KALEIDOSCOPE — *Pieter Lessing* — London, Collins, 1962 — 382 p., 30 s.

AMERICANS AND OIL IN THE MIDDLE EAST — *Charles W. Hamilton* — Houston, Gulf publishing co., 1962 — 307 p., $ 5.95

THE ARAB STATES AND THE ARAB LEAGUE: A DOCUMENTARY RECORD — Beirut, Khayats, 1962 — 2 v., $ 36.00

THE ARAB WORLD TODAY — *Morrce Berger* — London, Weidenfeld & Nicolson, 1962 — 480 p., 36 s.

ARABIC THOUGHT IN THE LIBERAL AGE, 1798-1939 — *Albert Hourani* — N. Y., Oxford Univ. press, 1962 — 403 p. $ 6.75

THE ARABS AND THE WORLD: NASSER'S ARAB NATIONALIST POLICY — *Charles D. Creameans* — N.Y., Praeger, 1963 — 338 p., $ 6.50

ASPECTS OF NEAR EAST SOCIETY — *Moshe Zeltzer* — N.Y., Bookman associates, 1962 — 276 p., $ 6.00

BETWEEN ARAB AND ISRAELI — *Liutenant-General E.L.M. Burns* — N.Y., Obolensky, 1963 — 336 p., $ 6.50

THE BRITISH IN AFRICA — *Don Taylor* — London, Robert Hale, 1962 — 192 p., 21 s.

BUTAL MANDATE: A JOURNEY TO SOUTH WEST AFRICA — *Allard K. Lowestein* — N. Y., The Macmillan Co., 1962 — 257 p., $ 5.00

THE CASE FOR AFRICAN FREEDOM, AND OTHER WRITINGS ON AFRICA — *Joyce Cary* — Austin, Univ. of Texas press, 1962 — 241 p., $ 5.00

THE COMMONWEALTH IN AFRICA: REPORT OF AN UNOFFICIAL STUDY CONFERENCE HELD AT LAGOS, NIGERIA, 8-16 JANUARY 1962 — *C. E. Carrington* — London, Oxford Univ. press, 1962 — 57 p., 5s 6d.

CONTEMPORARY IRAN — *Donald N. Wilber* — N. Y., Praeger, 1963 — 224 p., $ 6.00

DEVELOPMENT IN AFRICA: A STUDY IN REGIONAL ANALYSIS WITH SPECIAL REFERENCE TO SOUTHERN AFRICA — *L. P. Green and T. J. D. Fair* — Johannesburg, Witwatersrand Univ. press, 1962 — 203 p., Rs. 3.50

ENTREPRENEURS OF LEBANON — *Yusif A. Sayigh* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1962 — 181 p., $ 4.25

ERNEST OPPENHEIMER AND THE ECONOMIC DEVELOPMENT OF SOUTHERN AFRICA — *Theodore Gregory* — N. Y., Oxford Univ. press, 1962 — 637 p., $ 13.45

FROM MADAGASCAR TO THE MALAGASY REPUBLIC — *Raymond K. Kent* — N. Y., Praeger, 1962 — 182 p., $ 4.85

HASSAN II: KING OF MOROCCO — *Rom Landau* — London, Allen & Unwin, 1962 — 95 p., 15 s.

A HISTORY OF AFRICA SOUTH OF THE SAHARA — *Donald L. Wiedner* — N. Y., Random House, 1962 — 578 p., $ 7.50

IN THE FIERY CONTINENT — *Tom Hopkinson* — London, Gollancz, 1962 — 376 p., 30 s

KATANGA REPORT — *Smith Hempstone* — London, Faber & Faber, 1962 — 212 p., 25 s.

LEOPOLD TO LUMUMBA: A HISTORY OF THE BELGIAN CONGO 1877-1960 — *George Martelli* — London, Chapman & Hall, 1962 — 259 p., 30 s.

THE MIND OF AFRICA — *W. E. Abraham* — London, Weidenfeld & Nicolson, 1962 — 206 p., 21 s.

THE NEW FACE OF AFRICA SOUTH OF THE SAHARA — *John Hughes* — N.Y., Longmans, Green and co., 1961 — 296 p.

NEW FORCES IN AFRICA — *William H. Lewis* (ed.) — Washington, Public affairs press, 1962 — 132 p., $ 3.25

THE NEW SOCIETIES OF TROPICAL AFRICA: A SELECTIVE STUDY — *Guy Hunter* — N.Y., Oxford Univ. press, 1962 — 376 p., $ 6.75.

THE NIGERIAN POLITICAL SCENE — *Robert O. Tilman and Taylor Cole* (eds.) — Durhan, Duke Univ. press, 1962 — 340 p., $ 10.00

THE POLITICAL DEVELOPMENT OF TANGANYIKA — *J. Clagett Taylor* — Standford, Standford Univ. press, 1963 — 254 p., $ 6.00

QUIET CRISIS IN INDIA — *John P. Lewis* — Washington, Brockins Institution, 1962 — 350 p., $ 5.75

THE REBIRTH OF AFRICAN CIVILIZATION — *Chancellor Williams* — Washington, D. C., Public affairs press, 1962 — 328 p., $ 6

A SHORT HISTORY OF NIGERIA — *Michael Crowder* — N.Y., Praeger, 1962 — 307 p., $ 5.75

SOUTH AFRICA 1960-1961: THE PRICE OF MAGNANIMITY — *Nicolas Mansergh* — London, Allen & Unwin, 1962 — 104 p., 15 s.

SOUTH AFRICA: THE DYNAMICS OF THE AFRICAN NATIONAL CONGRESS — *Edward Feit* — London [etc] Oxford Univ. pres, 1962 — 73 p., 7s. 6d.

SOUTH AFRICA-YESTERDAY AND TOMORROW: A CHALLENGE TO CHRISTIANS — *Rev. Ambrose Reeves* — London, Gollancz, 1962 — 173 p., 21s.

STUDIES IN INDUSTRIALIZATION: NIGERIA AND THE CAMEROONS — *F. A. Wells and W. A. Warmington* — London, Oxford Univ. press, 1962 — 266 p., 35s.

TO KATANGA AND BACK: A U.N. CASE HISTORY — *Conor Cruise O'Brien* — London, Hutchinson, 1962 — 371 p., 35s.

THE WHITE MAN'S FUTURE IN BLACK AFRICA — *Thomas Patrick Melady* — N.Y., Macfadden books, 1962 — 208 p., 60

WHO KILLED THE CONGO? — *Philippa Schuyler* — N.Y., Devin-Adair, 1962 — 310 p., $ 5

II — América

CUBA, NAÇÃO INDEPENDENTE OU SATÉLITE? — *Michel Aubry* — Trad. de Rocha Torres — Rio de Janeiro, GRD, 1963 — 75 p.

PENSAMENTO E AÇÃO DO PRESIDENTE KENNEDY — *John Fitzgerald Kennedy* — Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1962 — 229 p.

DIFERENCIAS Y SEMEJANZAS ENTRE LOS PAÍSES DE LA AMÉRICA LATINA — *Ezequiel Martinez Estrada* — Mexico City, Universidad nacional autónoma, 1962 — 594 p., pesos 65

THE AMERICAN POLICY: A SOCIAL AND CULTURAL INTERPRETATION — *William C. Mitchell* — N. Y., The Free press of Glencoe, 1962 — 434 p., $ 6.00

BRAZIL: THE INFINITE COUNTRY — *William Lytle Schurz* — London, Hale, 1962 — 272 p., 25 s.

CHILE AND THE UNITED STATES, 1880-1962 — *Frederick B. Pike* — Nothe Dame, Univ. of Notre Dame press, 1963 — 466 p., $ 7.50

THE COMING EXPLOSION IN LATIN AMERICA — *Gerald Clark* — N.Y., McKay, 1963 — 436 p., $ 6.75

CUBA — *Wyatt McGaffei* and *Clifford R. Barnett* — New Haven, HRAF press, 1962 — 392 p., $ 8.75

DENIAL OF EMPIRE — *Whitney T. Perkins* — Leyde, Sijthoff, 1962 — 381 p., Gldrs 35

THE ECONOMY OF WESTERN HEMISPHERE — *Arnold J. Toynbee* — London [etc] Oxford Univ. press, 1962 — 74 p., 12 s. 6d.

EMERGING COLOMBIA — *John M. Hunter* — Washington, D.C., Public affairs press, 1962 — $ 3.25

THE FUTURE OF ALASKA — *George W. Rogers* — Baltimore, Johns Hopkins press, 1962 — 311 p., $ 6.50

THE INSTRUMENTS OF AMERICA'S FOREIGN POLICY — *Bradford* Westerfield — N.Y., Crowell, 1963 — 538 p., $ 10.00

LABOUR POLITICS AND LABOUR ECONOMICS IN CANADA — *H. D. Woods and Sylvia Ostry* — N.Y., St. Martin's press, 1963 — 534 p., $ 8.50

MAKING AND INTER-AMERICAN MIND — *Harry Bernstein* — Gainesville, Univ. of Florida press, 1961 — 190 p., $ 5.50

A NEW DEAL FOR LATIN AMERICA — *Lincoln Gordon* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1963 — 146 p., $ 3.25

PUERTO RICAN POLITICS AND THE NEW DEAL — *Thomas G. Mathews* — Gainesville, Univ. of Florida press, 1960 — 345 p.

RED RUMBA: A JOURNEY THROUGH THE CARIBBEAN AND CENTRAL AMERICA — *Nicholas Wollaston* — London, Hodder & Stoughton, 1962 — 231 p., 25 s.

THE SIXTH COLUMN — *Roger Burlingame* — Philadelphia, Lippincott, 1962 — 258 p., $ 4.95

SOUTH WIND RED: OUR HEMISPHERIC CRISIS — *Philip Alexander Ray* — Chicago, H. Regnery co., 1962 — 242 p., $ 5.00

TEN KEYS TO LATIN AMERICA — *Frank Tannenbaum* — N.Y., A. Knopf, 1962 — 237 p., $ 4.95

THE TWO FACES OF AMERICAN FOREIGN POLICY — *Thomas Molnar* — Indianopolis, Bobs-Merrill, 1962 — 281 p., $ 5.00

THE UNITED STATES, CUBA, AND CASTRO — *William Appleman Appleman Williams* — N.Y., Monthly Review press, 1962 — 179 p., $ 3.25

URBANIZATION IN LATIN AMERICA — *Philip M. Hausser* (ed.) — N.Y., International documents service, 1961 — 331 p., $ 4.50

THE VOICE OF LATIN AMERICA — *William Benton* — London, Weidenfeld & Nicolson, 1962 — 204 p., 21 s.

III — Ásia

MOSCOU, LENINGRAD — *Lila Marabin* & *Jean Marabin* — Paris, Hachette, 1963 — 176 p.

LE PAKISTAN — *François De Testa* — Paris, Presses universitaires de France, 1962 — 126 p.

LE RÉGIME ET LES INSTITUTIONS DE LA REPUBLIQUE POPULAIRE CHINOISE — Brussels, Institut de sociologie Solvay, 1960 — 227 p., Bel. Fr. 210

AFTER NEHRU, WHO? — *Welles Hangen* — N.Y., Harcourt, Brace and World, 1963 — 303 p., $ 6.95

AN OUTLINE HISTORY OF THE INDIAN PEOPLE — *H. R. Ghosal* — Delhi, Ministry of information & broadcasting, Publications division, 1962 — 140 p., 7s. 6d.

THE ARC OF CRISIS: NATIONALISM AND NEUTRALISM IN ASIA TODAY — *Claude A. Buss*, N.Y., Doubleday, 1961 — 479 p., $ 6.75

BRITAIN AND CHINA — *Evan Luard* — London, Chatto & Windus, 1962 — 256 p., 25 s.

BRITAIN AND SOUTH-EAST ASIA — *Saul Rose* — London Chatto & Windus, 1962 — 208 p., 25 s.

BURMA'S FOREIGN POLICY: A STUDY IN NEUTRALISM — *William C. Johnstone* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1963 — 339 p., $ 7.50

CHINA — *Victor Purcell* — London, Ernest Benn Ltd., 1962 — 340 p., 37s. 6d.

CHINA'S CULTURAL DIPLOMACY — *Herbert Passin* — N.Y., Praeger, 1963 — 133 p. $ 4.50

COMMUNIST CHINA, 1955-1959: POLICY DOCUMENTS WITH ANALYSIS — Cambridge, Harvard Univ. press, 1962 — 611 p., $ 10.00

THE DECLINE OF CONSTITUTIONAL DEMOCRACY IN INDONESIA — *Herbert Feith* — Ithaca, Cornell Univ. press, 1962 — 618 p., $ 8.75

THE EARLIEST MODERN GOVERNMENT SCHOOLS IN CHINA — *Knight Biggerstaff* — Ithaca, Cornell Univ. press, 1961 — 276 p., $ 5.00

ECONOMIC CHANGE IN RURAL INDIA — *Walter C. Neale* — New Haven, Yale Univ. press, 1962 — 333 p., $ 7.50

THE EVOLUTION OF INDIA AND PAKISTAN, 1858 TO 1947 — *C. H. Philips and others* — N.Y., Oxford Univ. press, 1962 — 786 .p, $ 14.40

FAITH IN THE FILIPINO: THE RIPENING REVOLUTION — *Raul S. Manglapus* — Manila, Regal publishing co., 1962 — 204 p.

FOOD IN INDIA: AN ANALYSIS OF THE PROSPECT FOR SELF-SUFFICIENCY BY 1975-76 — *R. P. Sinha* — London, Oxford Univ. press, 1961 — 200 p., 22s. 6d.

GOVERNMENT AND POLITICS IN JAPAN — *John M. Maki* — N.Y., Praeger, 1962 — 275 p., $ 6.00

THE GOVERNMENT OF JAPAN — *Ardath L. Burks* — N.Y., Thomas y Crowell, 1961 — 269 p., $ 1.95

GUIDE TO RUSSIAN REFERENCE BOOKS, V. I: GENERAL BIBLIOGRAPHIES AND REFERENCE BOOKS — *Karol Maichel* — Stanford, The Hoover institution, 1962 — 92 p., $ 5.00

HIMALAYA: MOUNTAINS OF DESTINY — *Walter Leifer* — London, Galley press, 1962 — 176 p., 25 s.

HUANG HSING AND THE CHINESE REVOLUTION — *Chun-tu Hsueh* — Standford, Univ. press, 1961 — 260 p., $ 5.75

INDIA AS A SECULAR STATE — *Donald Eugene Smith* — Princeton, Princeton Univ. press, 1963 — 518 p., $ 10.00

INDIAN ECONOMIC POLICY AND DEVELOPMENT — *P. T. Bauer* — London, George Allen & Unwin ltd., 1961 — 152 p., 16 s.

THE INDIAN POLITICAL SYSTEM — *Norman D. Palmer* — Boston, Houghton Mifflin, 1961 — 27 p., $ 1.95

INDIA'S INTERNATIONAL DISPUTES: A LEGAL STUDY — *J. S. Bains* — London, Asia publishing house, 1962 — 28 s.

INDONESIAN COMMUNISM — *Arnold C. Brackman* — N.Y., Praeger, 1963 — 336 p., $ 6.50

INNER ASIAN FRONTIERS OF CHINA — *Owen Lattimore* — Boston, Beacon press, 1962 — 585 p., $ 2.95

THE LAND OF ETERNAL STABILITY — *K. C. Wu* — N. Y., Crown publishers, 1962 — 479 p., $ 4.95

LAW AND SOCIETY IN TRADITIONAL CHINA — *T'ung-tsu-Ch'u* — Paris, The Hague, Mouton and Co., 1961 — 304 p., Fl. 42.00

LEADERSHIP IN COMMUNIST CHINA — *John Wilson Lewis* — Ithaca, Cornell Univ. press, 1963 — 305 p., $ 5.00

LEGAL INSTITUTIONS IN MANCHU CHINA — *Sybille van der Sprenkel* — London, The Atholone press; Toronto, Univ. of Toronto press, 1962 — 178 p., 30 s.

THE NEHRUS: MOTILAL AND JAWAHARLAL — *B. R. Nanda* — London,, Allen & Unwin, 1962 — 357 p., 30 s.

THE NEW FACE OF SOVIET TOTALITARIANISM — *Adam B. Ulam* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1963 — 233 p., $ 4.95

NORTH VIETNAM TODAY: PROFILE OF A COMMUNIST SATELLITE — *P. J. Honey* (ed.) — N.Y. Praeger, 1962 — 166 p., $ 4.50

THE OTHER SIDE OF THE RIVER: RED CHINA TODAY — *Edgar Snow* — N.Y., Random House, 1962 — 810 p., $ 10.00

PAKISTAN: THE CONSOLIDATION OF A NATION — *Wayne Ayres Wilsox* — N.Y., Columbia Univ. press, 1963 — 276 p., $ 6.00

PARTIES AND POLITICS IN CONTEMPORARY JAPAN — *Robert A. Scalapino and Junnosuke Masumi* — *Berkeley* — Los Angeles, Univ. of California press, 1962 — 190 p., $ 3.75

PEASANT NATIONALISM AND COMMUNIST POWER — *Chalmes A. Johnson* — Stanford, Univ. press, 1962 — 256 p., $ 5.75

THE PHILIPPINES: A YOUNG REPUBLIC ON THE MOVE — *Albert Ravenholt* — Princeton Van Nostrand, 1962 — 204 p., $ 4.25

POLITICAL CONTROL OF LITERATURE IN THE USSR, 1946-1959 — *Harold Swayze* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1962 — 301 p., $ 5.95

POLITICS AND SOCIETY IN INDIA — *C. H. Philips* — London, Allen and Unwin, 1962 — 25 s.

POLITICS IN THAILAND — *David A. Wilson* — Ithaca, Cornell Univ. press, 1962 — 307 p., $ 5.75

POLITICS, PERSONALITY, AND NATIONAL BUILLDING: BURMA'S SEARCH FOR IDENTILY — *Lucian W. Pye* — New Haven — London, Yale Univ. press, 1962, 307 p., $ 7.50

THE RED ARMY OF CHINA — *Edgar O'Ballance* — N.Y., Praeger, 1963 — 232 p., $ 6.00

THE RED BARBARIANS; THE LIFE AND TIMES OF MAO TSE-TUNG — *Roy MacGregor-Hastie* — London, T.V. Boardman & co., 1961 — 224 p., 18 s.

REUNION IN MOSCOW — *Markoosha Fischer* — N.Y., Harper and Row, 1962 — 240 p., $ 5.00

THE REVOLUTION IN SOUTH-EAST ASIA — *Victor Purcell* — London, Thames & Hudson, 1962 — 200 p., 21 s.

THE RISE OF MODERN CHINA — *Victor Purcell* — London, Routledge and Kegan Paul, 1962 — 36 p., 2s. 6d.

RUSSIAN PANORAMA — *K.P.S. Menon* — N.Y., Oxford Univ. press, 1962 — 278 p., $ 4.00

SOME ASPECTS OF INDUSTRIAL FINANCE IN INDIA — *George Rosen* — Glencoe — N.Y., The Free press of Glencoe, 1962 — 14 p., $ 6.50

SOVIET AFFAIRS, NUMBER THREE — *David Footman* (ed.) — Carbondale, Southern Illinois Univ. press, 1962 — 142 p., $ 3.75

SOVIET POTENTIALIS: A GEOGRAPHIC APPRAISAL — *George B. Cressey* — N.Y., Syracuse Univ. press, 1962 — 232 p., $ 5.75

THE STORY OF CEYLON — *E. F. C. Ludowyk* — N.Y., Roy, 1962 — 328 p., $ 5.95

TIBET AND ITS HISTORY — *H. E. Richardson* — London-Toronto, Oxford Univ. press, 1962 — 308 p., $ 5.95

TIBET AND THE CHINESE PEOPLE'S REPUBLIC — Geneva, International commission of jurists, 1960 — 340 p.

THE UNITED STATES AND THE SINO-SOVIET BLOC IN SOUTH-EAST ASIA — *Oliver E. Clubb* (Jr.) — Washington, D.C., The Brookings Institution, 1962 — 173 p., $ 3.

THE U.S.S.R. AND THE FUTURE — *Leonard Schapiro* (ed.) — N.Y., Praeger, 1963 — 324 p., $ 6.00

THE WILTING OF THE HUNDRED FLOWERS: THE CHINESE INTELLIGENTSIA UNDER MAO — *Mu Fu-Sheng* — N. Y., Praeger, 1963 — 324 p., $ 7.50

WORLD WAR IN IRAN — *Sir Clarmont Skrine* — London, Constable, 1962 — 267 p., 42 s.

IV — Europa

L'ACTION POLITIQUE DE L'ASSEMBLÉE DE L'U.E.O. — *Paulo Borcier* — [Strasbourg, U. E. O.] 1963 — 52 p.

LES AFFAIRES ÉTRANGÈRES — *Jean Baillou and Pierre Pelletier* — Paris, Presses universitaires, 1962 — 378 p., Fr. 18

ALLEMAGNE — Paris, Nagel; Bruxelles, Ed. Sequoia, 1963 — 864 p., 330 fr. b.

BENELUX 1963 — Paris, Ed. Michelin, 1963 — 242 p., 6,30 ff.

ESPAGNE 1963 — Paris, Ed. Michelin, 1963 — 186 p., 6,30 ff.

FONCTIONNEMENT ET PERSPECTIVES DE LA COMMUNAUTÉ EUROPÉENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER — *Nicolas Morard* — Fribourg, Ed. universitaires, 1962 — 233 p., Swiss Fr. 20

FRANCE 1963 — Paris, Ed. Michelin, 1963 — 997 p., 10 ff.

HISTOIRE DES NATIONS EUROPÉENNES — *Maxime Mourin* — Paris, Payot, 1962 — 3v., Fr. 69

LE PORTUGAL ET LA FIN DE L'ULTRA-COLONIALISME — *Perry Anderson* — Paris, F. Maspero, 1963 — 168 p., 12 fr. 30.

YOUGOSLAVIE — Paris Ed. Nagel; Bruxelles, Ed. Sequaia, 1963 — 568 p., 264 fr. b.

ALGERIA AND FRANCE: FROM COLONIALISM TO COOPERATION — *Dorothy Pickles* — N.Y., Praeger, 1963 — 215 p., $ 5.00

THE AMERICAN INVASION — *Francis Williams* — N.Y., Crown publishers inc., 1962 — 158 p., $ 3.95

ANATOMY OF BRITAIN — *Anthony Sampson* — N.Y., Harper and Row, 1962 — 662 p., $ 6.95

ATLAS OF WESTERN EUROPE — *Jean Dollfus* — Paris, Société européenne d'études et d'informations; London, John Murray, 1962 — 48 p., 32 s. 6d.

BEYOND THE BERLIN WALL — *Erika Von Horstein* — London, Wolff, 1962 — 254 p., 25 s.

BRITAIN AND THE NEW EUROPE — THE FUTURE OF THE COMMON MARKET — *Michael Shanks and John Lambert* — London, Chatto & Windus, 1962 — 253 p., 25s.

BRITISH ECONOMIC GROWTH, 1688-1959 — *Phyllis Deand and W. A. Cole* — N.Y. Cambridge Univ. press, 1962 — 348 p., $ 11.50

CENTRAL PLANNING IN POLAND — *John Michael Montias* — New Haven, Yale Univ. press, 1962 — 410 p., $ 7.50

COLLECTIVE BARGAINING IN SWEDEN: A STUDY OF THE LABOUR MARKET AND ITS INSTITUTIONS — *T. L. Johnston* — London, Allen & Unwin, 1962 — 358 p., 40 s.

THE COMMONWEALTH CHALLENGE — *Derek Ingram* — London, Allen and Unwin, 1962 — 291 p., 30/

COMMUNITY AND CONTENTION: BRITAIN AND AMERICA IN THE TWENTIETH CENTURY — *Bruce M. Russett* — Cambridge, M.I.T. press, 1963 — 252 p., $ 7.00

THE COMMUNITY OF EUROPE — *Richard Mayne* — N.Y., Norton, 1963 — 192 p., $ 4.00

CRETAN CULTS AND FESTIVALS — *R. F. Willetts* — N.Y., Barnes & Noble, 1962 — 362 p., $ 8.75

DE GAULLE — *Edward Ashcroft* — London, Odhams press, 1962 — 272 p., 25s.

ESSAYS IN RUSSIAN AND SOVIET HISTORY — *John Shalton Curtiss* (ed.) — N.Y. Columbia Univ. press, 1963 — 345 p., $ 10.00

FEDERALISM, BUREAUCRACY, AND PARTY POLITICS IN WESTERN GERMANY — *Edward L. Pinney* — Chapel Hill, Univ. of North Carolina press, 1963 — 268 p., $ 5.00

GOERING — *Rober Manvell and Heinrich Fraenkel* — N.Y., Simon and Schuster, 1962 — 442 p., $ 6.50

IN SEARCH OF FRANCE — *Stanley Hoffman* [*and others*] — Cambridge, Harvard Univ. press, 1963 — 443 p., $ 8.95

THE ITALIAN LABOR MOVEMENT — *Daniel L. Horowitz* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1963 — 356 p., $ 7.50

ITALY: A STUDY IN ECONOMIC DEVELOPMENT — *Vera Lutz* — London [etc.] Oxford Univ. press, 1962 — 342 p., 45 s.

LABOR LEADERSHIP IN ITALY AND DENMARK — *Joseph A. Raffaele* — Madison, Univ. of Wisconsin press, 1963 — 436 p., $ 10.00

THE PATH TO EUROPEAN UNION: FROM THE MARSHALL PLAN TO THE COMMON MARKET — *Hans A. Schmitt* — Baton Rouge, Louisiana State Univ. press 1962 — 272 p., $ 6.00

PLANNING IN YUGOSLAVIA: ORGANIZATION AND IMPLEMENTATION — *Albert Waterston* — Baltimore, Johns Hopkins press, 1962 — 109 p., 24 s.

POLISH-SOVIET RELATIONS, 1932-1939 — *Bohdan B. Budurowycz* — N.Y., Columbia Univ. press, 1963 — 229 p., $ 6.00

THE POLITICS OF POSTWAR GERMANY — *Walter Stahl* (ed.) — N.Y., Praeger, 1963 — 480 p., $ 6.00

PROBLEMS OF GREEK REGIONAL DEVELOPMENT — *Benjamin Ward* — Athens, Center of Economic Research, 1962 — 159 p.

PROMOTION AND CONTROL OF INDUSTRY IN POSTWAR FRANCE — *John Shaahan* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1963 — 301 p., $ 5.95

SPANISH FURY: THE STORY OF A CIVIL WAR — *James Cleugh* — London [etc.] Harrap, 1962 — 286 p., 21 s.

THE SURVIVORS: A REPORT ON THE JEWS IN GERMANY TODAY — *Norbert Muhlen* — N.Y., Thomas Y. Crowell, 1962 — 228 p., $ 3.95

THE TEST. DE GAULLE AND ALGERIA — *C. L. Sulzberger* — Harcourt, Brace & World, inc., 228 p., $ 4.95

TOWARD AN ATLANTIC COMMUNITY — *Christian A. Herter* — N.Y., Harper and Row, 1963 — 107 p., $ 2.95

UNITED EUROPE: CHALLENGE AND OPPORTUNITY — *Walter Halstein* — Cambridge, Harvard Univ. press; London, Oxford Univ. press, 1962 — 109 p., 8s. 6d.

DOCUMENTE ZUR DEUTSCHLANDPOLITIK — *Ernest Deuslein* (ed.) — Frankfurt-Berlin, Alfred Metzner Verlag, 1961 — Vol. 1, 883 p., DM. 39.

V — Oceania

NEW ZEALAND POLITICS IN ACTION — *R. M. Chapman and others* — N.Y., Oxford Univ. press, 1963 — 303 p., $ 5.60

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

EDITADA SOB OS AUSPÍCIOS DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS





ASSINATURA ANUAL .... Cr$ 400,00
PREÇO DE CADA NÚMERO .... Cr$ 200,00



PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

REDAÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS * BELO HORIZONTE * MINAS GERAIS * BRASIL

Revista Brasileira de Política Internacional

Assinatura anual: Cr$ 1.200,00. Número avulso: Cr$ 350,00.
Para o exterior: Cr$ 1.500,00 ou US$ 4,00 (Dois anos: US$ 7,00)

Distribuição da

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — Caixa Postal 4081 — ZC 05
Telefone: 46-4010 — Ramal 15
Rio de Janeiro — GB



ATENDE-SE PELO REEMBÔLSO POSTAL

POSTOS DE VENDA

Livraria — Praia de Botafogo, 186
Livraria — Ed. Darke de Mattos
Av. 13 de Maio, 23 - 12.° - S/1204

LIVRARIA EM BRASÍLIA (D.F.)
SQ. 104 - Bloco A - Lote 11
Tel.: 2-4689

AGENTES:

SÃO PAULO — Capital
Fornecedora de Publicações Técnicas (M. M. de Oliveira Marques)
Rua Quirino de Andrade, 193 - 7.° and.
Tels.: 36-1187 e 36-6629

CAMPINAS — S.P.
Renato Vaz Pupo
Rua Campos Salles, 890
conjunto 1 102

BELO HORIZONTE — MG.
Sociedade Importadora Ltda. (Socimp)
Rua Espírito Santo, 341 - Sala 305
Tel.: 4-5083

JUIZ DE FORA — MG.
Luiz de Souza
Ed. Santa Helena — Sala 6

PÔRTO ALEGRE — RS.
Organização Sulina de Representações Ltda. — (Livraria Sulina)
Av. Borges de Medeiros, 1030/36
Tel.: 9-1087

SALVADOR — BA.
Livraria Continental
Pça. Barão de R. Branco, 51 - 2.° and.

RECIFE — PE.
Almir Viggiano Antunes
Ed. Seguradora - S/202 - (2.° and.)

Composto e Impresso nas Oficinas
da Gráfica Editôra LIVRO S/A
R. Tapirapé, 74 - Tel.: 49-4758-Rio